

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CONTRIBUIÇÕES DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
COOPERATIVAS POPULARES DA UNOCHAPECÓ PARA A
PROPOSTA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM
EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR
SOLIDÁRIA**

Ana Paula Granella Zarpelon

Porto Alegre, 2007

Ana Paula Granella Zarpelon

**CONTRIBUIÇÕES DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
COOPERATIVAS POPULARES DA UNOCHAPECÓ PARA A
PROPOSTA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM
EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR
SOLIDÁRIA**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Administração.**

**Orientadora: Profa. Rosinha
da Silva Machado Carrion**

Porto Alegre, 2007

**CONTRIBUIÇÕES DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
COOPERATIVAS POPULARES DA UNOCHAPECÓ PARA A
PROPOSTA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM
EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

ANA PAULA GRANELLA ZARPELON

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de **Mestre em Administração, área de concentração Organizações**, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Ângela Beatriz Scheffer Garay

Prof. Janaina Macke

Prof. João Luiz Becker

Prof. Rosinha da Silva Machado Carrion

Porto Alegre, 10 de abril de 2007.

Orientadora: Prof. Rosinha da Silva Machado Carrion
Aluna: Ana Paula Granella Zarpelon

“De todas as horas que gastei
De todos os abraços que não dei
Resta o saldo positivo
De ter cumprido o objetivo.
No plano estratégico da minha vida
Cumprir mais uma etapa
E parto confiante para as demais.
Renovada as forças,
Oxygenado o pensamento,
Liberta das amarras da ignorância,
Posso olhar o futuro que quero dar aos meus filhos
E vê-lo pleno de oportunidades”.

(Elaine Páscoa Lavall, 2003)

Aos meus pais, Nauro e Terezinha, amor incondicional e doutores em sabedoria.

Ao Wilson, Carolina e Mateus, os grandes amores da minha vida. Vocês acreditaram em mim e mesmo nos momentos mais difíceis estavam lá, transmitindo coragem, força e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Você que me possibilitou chegar até aqui, e que tenho certeza, sempre esteve presente. Obrigado meu Deus!

A minha família, sempre acompanhando e incentivando. Ao meu esposo Wilson e meus filhos Carolina e Mateus. Com certeza, sem vocês isso não teria sido possível. As minhas irmãs, Maria Teresa e Marta, sempre um ombro onde recostar a cabeça e um abraço forte para acalantar ou comemorar. Ao tio Luiz, pela sua preciosa contribuição, conhecimento utilizado para ajudar os outros.

Aos colegas de mestrado, parceiros de muita aprendizagem, principalmente para a vida, que, com o calor da amizade, nunca me deixaram sentir só. Em especial, Alexandre Angonezi, Joel, Leandra, Leonita, Lílian, Rogério e Sandra Andres.

Aos mestres que, abdicando de profissões mais glamurosas, dedicam-se a ensinar, fazendo-o com tal paixão e apego, anonimamente, como só os grandes de espírito podem fazer. Dentre esses, quero agradecer a professora Rosinha, minha orientadora, pela sua paciência, dedicação e valorosas contribuições que engrandeceram o trabalho. À professora Evania Schneider, sempre presente e pronta a contribuir. Ao inesquecível professor Becker, alguém que aprendi a respeitar e admirar, pelas suas palavras, pela sua presença e pela sua participação nessa minha árdua jornada.

Aos técnico-administrativos da UFRGS e UNIVATES que sempre estiveram prontos a auxiliar, conseguindo realizar o milagre da aproximação de Chapecó (SC) com Porto Alegre (RS) e Lajeado (RS).

Ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNOCHAPECÓ, em especial ao professor Vilmar, pelas suas contribuições e ao professor Sady, que além de amigo tornou-se um mestre para mim.

À ITCP que possibilitou a realização do estudo. Quero, em nome da professora Adriana, agradecer a todos os professores que integram o grupo. Agradeço também aos acadêmicos que participam, de forma muito especial ao Leonardo e a Fernanda, os quais generosamente disponibilizaram os empreendimentos que coordenavam para que a pesquisa fosse realizada.

Aos integrantes dos empreendimentos Cooperunião, Coopersol e grupo de tricô e crochê - Criarte, que se dispôs a participar da pesquisa, entendendo a relevância de sua contribuição para o estudo.

A todos que contribuíram para essa dissertação, meu muito obrigado!

RESUMO

Sob a expressão Economia Popular Solidária reúne-se o conjunto de práticas de geração de trabalho e renda, organizadas de modo associativo, que teriam em comum a colaboração, a vivência solidária e o humano como razão de ser da vida em sociedade. Como proposta tais práticas esposam a melhoria da qualidade de vida, a autonomia, o reconhecimento e a satisfação das necessidades materiais, sem que ocorra, entretanto, a submissão do humano à lógica do capital. É neste cenário que se situa a presente dissertação, que teve por objetivo investigar, se, e em que medida, os projetos de geração de trabalho e renda - desenvolvidos por técnicos e professores da ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, em Chapecó, no estado de Santa Catarina – contribuíram para a melhoria das condições de vida de trabalhadores de empreendimentos, identificados com o Movimento da Economia Popular e Solidária. Entre os principais fatores que se buscou investigar com a realização da presente dissertação, tem-se: flutuações na renda; percepção dos trabalhadores solidários em termos de ganhos e perdas decorrentes da adesão à proposta solidária e ao modo associativo de produção; desejo de permanência e/ou de desligamento face à possibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho; características dos processos de trabalho e de gestão, bem como do modo como são tomadas decisões relativas à admissão, desligamento, partilha dos resultados. Para tal foi realizada pesquisa de tipo exploratório-descritiva, quali-quantitativa, apoiada em observação participante, consulta às fontes de dados secundários, entrevistas não-estruturadas e questionário aplicado por sistema de amostra por conveniência aos integrantes de três dos empreendimentos solidários pesquisados. A análise dos dados revelou flutuação na renda mensal dos participantes após a intervenção, apresentando uma diferença de R\$57,93 a maior, essa renda se mostrou variável. Dos pesquisados, 73% afirmam que sua vida está melhor depois da intervenção, 71% entendem que o empreendimento lhes dá a garantia dos princípios de Economia Solidária e 51% responderam que não deixariam o empreendimento, mesmo diante da possibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho. Quanto à participação no processo de gestão, a pesquisa apresentou que 52% dos associados participam no momento de decidir como será a partilha do excedente (sobra) e 68% afirmam que são utilizados os princípios de Economia Solidária na decisão. Na decisão da remuneração, 41% dos associados participam sempre e 53% responderam que os princípios são observados. Com relação ao processo decisório na admissão e afastamento de associados, o índice de participação apresentado foi de 52% (na admissão) e 46% (no afastamento). Os respondentes indicaram que os princípios são respeitados na admissão (61%) e no afastamento (55%). A divisão do trabalho é decidida com a participação de 47% dos associados e 69% identificaram que essa divisão é feita com base nos princípios. Essa dissertação possibilitou avaliar os princípios de gestão dos empreendimentos, analisando a participação dos associados. Verificou também o conhecimento dos membros dos empreendimentos (grupos) sobre os princípios de Economia Popular Solidária e identificou quais foram as contribuições que a ITCP proporcionou a esses empreendimentos (grupos).

Palavras-chave: Economia Solidária, Incubadora Tecnológica de Economia Solidária, Qualidade de Vida, Autogestão.

ABSTRACT

Under the Solidary Popular Economy expression the set of practical of generation of work and income is congregated, organized in associative way, that would have the contribution in common, the solidary experience and the human being as reason of being from life in society. As proposal such practical marry the improvement from quality of life, the autonomy, the recognition and the satisfaction of the material necessities, without that it occurs, however, the submission of the human being to the logic of the capital. It is in this scene that if points out the present dissertation, that had for objective to investigate, if, and where measured, the projects of work generation and income - developed for technician and professors of the ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares of Universidade Comunitária Regional de Chapecó, in Chapecó, the state of Santa Catarina - had contributed for the improvement from the conditions of life of workers of enterprises, identified with Moviment of the Popular and Solidary Economy. Between the main factors that if it searched to investigate with the accomplishment from present dissertation, it is had: fluctuations in the income; decurrent perception of the solidary workers in terms of profits and losses of the adherence to the proposal solidary and the associative way of production; disconnection and/or permanence desire face to the possibility of ingression in the formal market of work; characteristics from management and work processes, as well as in the way as are taken relative decisions to the admission, disconnection, allotment from results. For such research of exploratory-descriptive type was carried through, qualitative-quantitative, supported in participant comment, consults to the sources of secondary data, not-structuralized interviews and questionnaire applied for system of sample for convenience to the integrant ones of three from searched solidary enterprises. The analysis of the data after disclosed to fluctuation in the monthly income of the participants the intervention, presenting a difference from R\$57,93 the greater, this income if it showed variable. Of the searched ones, 73% affirm that its life is better after the intervention, 71% understand that the enterprise gives the guarantee to them of the principles of Solidary Economy and 51% had answered exactly that they would not leave the enterprise, ahead from possibility of ingression in the formal market of work. How much to the participation in the management process, the research presented that 52% of the associates participate at the moment to decide as (surplus) will be the allotment of the excess and 68% affirm that the principles of Solidary Economy in the decision are used. In the decision from remuneration, 41% of the associates always participate and 53% had answered that the principles are observed. With relation to the power to decide process in the admission and removal of associates, the presented index of participation was of 52% (in the admission) and 46% (in the removal). The respondents had indicated that the principles are respected in the admission (61%) and the removal (55%). The division of the work is determined with the participation of 47% of the associates and 69% had identified that this division is made on the basis of the principles. This dissertation made possible to evaluate the principles of management from enterprises, being analyzed the participation of the associates. It also verified the knowledge of the members of the enterprises (groups) on the principles of Solidary Popular Economy and identified which had been the contributions that the ITCP provided to these enterprises (groups).

Key-words: Solidary Economy, Technological Incubadora of Solidary Economy, Quality of Life, Self Management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados.....	61
Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados.....	62
Gráfico 3 – Gênero e faixa etária dos entrevistados.....	63
Gráfico 4 – Renda mensal antes da intervenção.....	64
Gráfico 5 – Renda fixa ou variável.....	64
Gráfico 6 – Renda mensal atual.....	65
Gráfico 7 – Renda fixa ou variável.....	66
Gráfico 8 – Deixaria o trabalho?	67
Gráfico 9 – Deixaria o trabalho x gênero x faixa etária	68
Gráfico 10 – Não deixaria o trabalho x gênero x faixa etária.....	69
Gráfico 11 – Motivo pelo qual deixaria o trabalho	71
Gráfico 12 – Motivo pelo qual não deixaria o trabalho.....	72
Gráfico 13 – O que acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento)?	74
Gráfico 14 – A vida está melhor ou pior do que antes da intervenção?	75
Gráfico 15 – Melhor x gênero x faixa etária	76
Gráfico 16 – Pior x gênero x faixa etária	77
Gráfico 17 – Motivo pelo qual a vida está melhor do que antes da intervenção.....	79
Gráfico 18 – Motivo pelo qual a vida está pior do que antes da intervenção.....	81
Gráfico 19 – Quem define como vai ser a partilha do excedente?	82
Gráfico 20 – Como é feita a partilha do excedente?.....	84
Gráfico 21 – Quem define como será a remuneração?.....	85
Gráfico 22 – Como se decide qual a remuneração que cada um vai receber?	87
Gráfico 23 – Quem define sobre a admissão?	88
Gráfico 24 – Quem define sobre o afastamento?	88

Gráfico 25 – Como se decide sobre a admissão de novos membros?	90
Gráfico 26 – Como acontece o afastamento de algum membro?	92
Gráfico 27 – Quem define sobre a divisão do trabalho?	93
Gráfico 28 – Como é feita a divisão do trabalho?	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre renda mensal antes e depois da intervenção	65
Quadro 2 – Motivo pelo qual deixaria o trabalho.....	70
Quadro 3 – Motivo pelo qual não deixaria o trabalho.....	72
Quadro 4 – O que acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento)?	73
Quadro 5 – Motivo pelo qual a vida está melhor do que antes da intervenção	78
Quadro 6 – Motivo pelo qual a vida está pior do que antes da intervenção.....	80
Quadro 7 – Como é feita a partilha do excedente?.....	83
Quadro 8 – Como se decide qual a remuneração que cada um vai receber?.....	86
Quadro 9 – Como se decide sobre a admissão de novos membros?	89
Quadro 10 – Como acontece o afastamento de algum membro?	91
Quadro 11 – Como é feita a divisão do trabalho?	94

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS.....	15
1.1.1	Objetivo geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
2	HISTÓRICO DA ITCP	16
3	REVISÃO DA LITERATURA	20
3.1	MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO.....	20
3.1.1	Desemprego	23
3.1.2	Exclusão social	25
3.2	A EPS – ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO PROJETO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	27
3.3	IDENTIFICAÇÃO/APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA EPS	30
3.3.1	Significado do termo.....	30
3.3.2	Princípios de economia solidária e características desses empreendimentos.....	31
3.3.3	Economia popular solidária no Brasil	32
3.4	PROJETOS AUTOGESTIONÁRIOS.....	33
3.5	ENTIDADES DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	34
3.6	PROPOSTA FILOSÓFICA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	37
3.6.1	Valorização do trabalho sobre o excedente.....	38
3.6.2	Remuneração	39
3.6.3	Processo decisório	40
3.6.4	Divisão do trabalho.....	41
3.7	DESAFIOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	42
3.7.1	Principais desafios	42
3.7.2	Políticas públicas	44
4	MÉTODOLOGIA	47
4.1	TIPO DE ESTUDO	47
4.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	48
4.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	49

4.4	ANÁLISE DE DADOS	52
4.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	53
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	54
5.1	VISÃO GERAL DO PROGRAMA ITCP DA UNOCHAPECÓ	54
5.2	APRESENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS UTILIZADOS NO ESTUDO DE CASO	58
5.3	PESQUISA DE CAMPO.....	60
5.3.1	Caracterização dos empreendimentos e entrevistados.....	61
5.3.2	Renda mensal dos entrevistados.....	63
5.3.3	Entendimento dos entrevistados sobre empreendimento solidário	67
5.3.4	Proposta filosófica de economia popular solidária.....	82
5.3.4.1	Valorização do trabalho sobre o excedente	82
5.3.4.2	Remuneração	85
5.3.4.3	Processo decisório	87
5.3.4.4	Divisão do trabalho	93
6	CONCLUSÕES.....	97
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	107

1 INTRODUÇÃO

A região oeste de Santa Catarina (SC) caracteriza-se por seu potencial agro-industrial, mas não são apenas as agroindústrias que caracterizam a região. Merece destaque a agricultura familiar desenvolvida nas pequenas propriedades familiares. A colonização de origem européia contribuiu decisivamente para implantação da agricultura familiar diversificada, base histórica da economia regional.

O município de Chapecó, situado na mesorregião oeste catarinense, é considerado o principal pólo comercial e industrial da região. O oeste de SC – com destaque para a cidade de Chapecó e região – tem sofrido as conseqüências da reestruturação produtiva em escala mundial. Caracterizada como uma região predominantemente agrícola, com destaque para as agroindústrias de suínos e aves, Chapecó também vem enfrentando a diminuição do emprego formal, que se relaciona, entre outros motivos, com a evasão do complexo agro-industrial para o centro-oeste do país.

Frente ao desemprego, às transformações no mercado de trabalho, às dificuldades de inserção no mesmo, inúmeras alternativas têm sido criadas tanto no campo, quanto na cidade, na busca da sobrevivência. Como exemplo pode-se citar: pequenos negócios de caráter familiar, grupos de produção, grupos de produção agrícola, cooperativas, empresas autogestionárias, comércio ambulante, coleta e reciclagem de lixo, hortas comunitárias, entre outras, caracterizadas como iniciativas de Economia Solidária, popular, de solidariedade, social, alternativa, etc.

Por considerar a importância e relevância desta discussão no amplo universo dessas iniciativas, e tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento social e econômico regional, a UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária Regional de Chapecó desenvolveu um programa de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, a ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

A criação e implementação da ITCP da UNOCHAPECÓ foram iniciativas estratégicas na perspectiva da concretização dos eixos orientadores do seu processo de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à sua inserção no processo de desenvolvimento regional.

O impacto de tal iniciativa se dá, acima de tudo, porque coloca a universidade, seus profissionais e seus alunos em contato direto com as demandas e iniciativas dos setores

populares mais marginalizados da sociedade. Este contato com tais demandas, por sua vez, além de um apoio direto às iniciativas de geração de trabalho e renda dessa população, é uma oportunidade ímpar de formação de profissionais abertos e minimamente capacitados a responder a oportunidades ocupacionais que têm surgido em proporção crescente no seio da crise econômica e do desemprego que tem se registrado nas últimas décadas.

Sendo a ITCP um programa de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, pergunta-se: **o apoio prestado pela ITCP da UNOCHAPECÓ às cooperativas e empreendimentos, identificados com o Movimento da Economia Popular e Solidária, está contribuindo para a geração de trabalho e renda dos trabalhadores dessas organizações?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Investigar se o apoio prestado pela UNOCHAPECÓ às cooperativas e empreendimentos, identificados com o Movimento da Economia Popular e Solidária, está contribuindo para a geração de trabalho e renda assim como para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores dessas organizações.

1.1.2 Objetivos específicos

a) verificar se após o início da assessoria prestada pela ITCP houve flutuação na renda dos integrantes dos empreendimentos por ela apoiados e, nesse caso, qual o sentido dessa flutuação;

b) investigar se os trabalhadores identificam mudanças em suas vidas associadas ao fato de estarem atuando de modo associativo, e descrevê-las;

c) investigar os princípios de administração subjacentes às práticas de gestão da produção e de pessoas nas cooperativas (empreendimentos) assessoradas pela ITCP UNOCHAPECÓ.

2 HISTÓRICO DA ITCP¹

O primeiro contato com a idéia da criação de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares ocorreu em 1999, quando uma professora do Serviço Social da UNOCHAPECO participou do Encontro Universitário para a Criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Esse encontro ocorreu no Rio de Janeiro e foi promovido pela UNITRABALHO (rede universitária de ensino, pesquisa e extensão sobre trabalho) e a COPPE/UFRJ - Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O foco central do encontro foi o debate sobre o tema Economia Solidária e a apresentação e discussão de experiências pioneiras, visando compreender qual era o papel da universidade no apoio aos setores marginalizados da sociedade, os quais estão à margem do mundo do trabalho.

Dentro desta perspectiva, um grupo de professores da UNOCHAPECÓ ligados ao núcleo local da UNITRABALHO passou a discutir o tema e a possibilidade da criação de uma incubadora. Essa discussão prolongou-se por dois anos, devido principalmente às dificuldades estruturais para a criação de um grupo de trabalho que conseguisse desenvolver o projeto e dificuldades financeiras, por parte da universidade, para manter um projeto dessa natureza. É importante ressaltar que a UNOCHAPECÓ é mantida, quase que exclusivamente, dos recursos das mensalidades.

A UNOCHAPECÓ, sendo uma entidade de natureza comunitária, filantrópica, dentro da perspectiva do público não estatal, tem limitadores na sua capacidade de investimentos próprios para projetos que não são auto-sustentáveis. Porém, tem com isso o potencial para realizar ações e projetos via convênios e parcerias com ONGs – Organizações Não Governamentais, organizações comunitárias e com o poder público.

No ano de 2002, atendendo ao Edital 01/2001 da FUNCITEC - Fundação de Ciência e Tecnologia, um grupo de professores conseguiu a aprovação de um financiamento para a implantação de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares.

¹ Informação construída com base no artigo do professor Poli (2004) e no Projeto da ITCP.

O recurso recebido, somado às condições já existentes na UNOCHAPECÓ, possibilitou a capacitação de uma equipe de trabalho e o financiamento das ações da incubadora por um ano.

O primeiro passo para a criação da ITCP da UNOCHAPECÓ foi a capacitação de sua equipe de trabalho. Capacitação essa que ocorreu de setembro de 2002 a abril de 2003. A capacitação abordou aspectos conceituais de Economia Solidária e a rede de incubadoras, sempre descrevendo a realidade do oeste catarinense. Num segundo momento, a capacitação tratou da formação e gestão de cooperativas autogestionárias, capacitação que ficou a cargo da ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias. Num último momento, foram trabalhados aspectos metodológicos de trabalho com grupos populares, visto que o público participante era formado por profissionais e alunos de diferentes cursos.

Faz-se importante salientar que essa capacitação contou com a presença de representantes das principais entidades locais que já atuavam na área, contribuindo, assim, para a aproximação das entidades e para apresentação de experiências.

A elaboração final do projeto da ITCP ocorreu durante o processo de capacitação, sendo que em 07 de maio de 2003 o projeto ITCP foi aprovado pelo CONSUN - Conselho Universitário da UNOCHAPECÓ.

Como programa permanente de extensão da UNOCHAPECÓ, a ITCP tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social e econômico regional. Possui a finalidade de apoiar iniciativas como cooperativas e associações de produtores, auxiliar na formulação e execução de políticas públicas e fortalecer o cooperativismo popular como meio para a geração de trabalho e renda. Objetiva contribuir para o desenvolvimento social e econômico regional, a partir da realidade e do debate sobre os princípios e a ação da Economia Solidária, articulando-se com outros segmentos para elevar a qualidade de vida e ampliar a cidadania. Com isso, pretende apoiar iniciativas de economia solidária, sejam elas cooperativas, associações de produtores ou outras formas de organização econômica autogestionárias e auxiliar na formulação e execução de políticas públicas.

Além do objetivo de fortalecer o cooperativismo popular como meio da geração de trabalho e renda, através de assessoramento junto aos empreendimentos de Economia Solidária, a ITCP também objetiva contribuir com a formação de profissionais identificados com as condições de vida dos segmentos excluídos do mercado de trabalho. A Incubadora é

formada por uma equipe multidisciplinar. Para cada empreendimento que a incubadora assessora ou faz o processo de incubação, forma-se um grupo com professores, acadêmicos e técnico-administrativos. Além disso, possui convênio feito com prefeituras e outras instituições de fomento.

A ITCP é um programa que tem por finalidade a inserção de atores marginalizados economicamente no sistema formal de economia, a partir da organização para o trabalho e, nas comunidades, conquistar a cidadania, bem como construir um novo espaço de produção acadêmica inter/multidisciplinar, tanto no campo do ensino quanto no campo da pesquisa e da extensão.

Os principais objetivos da ITCP são:

a) fortalecer o cooperativismo popular (e outras formas de Economia Solidária), como meio para geração de trabalho e renda e para a organização da comunidade e de grupos socialmente excluídos visando a ampliação da cidadania e da participação popular;

b) assessorar empreendimentos de Economia Solidária em processo de formação, desde a apresentação da demanda e pelo período necessário a sua consolidação (de acordo com a avaliação da equipe de incubação), através da prestação de serviços de consultoria e realização de atividades formativas de capacitação para autogestão;

c) aqueles empreendimentos não contemplados com o processo de *incubação* poderão receber, mediante demanda dos interessados, atividades de capacitação de caráter eventual e emergencial, sem caracterizar o processo de *incubação* propriamente dito;

d) serviços de consultoria/assessoria em áreas técnicas como: jurídica, social, contábil, administrativa, econômica, etc.;

e) promover a capacitação das organizações associativas e apoiar diferentes formas de cooperação, auxiliando-as nos processos de gestão e inserção de seus produtos e serviços no mercado;

f) promover e apoiar iniciativas de intercooperação entre os empreendimentos de Economia Solidária da Região, especialmente aqueles assistidos pela Incubadora e por outras entidades parceiras;

g) colaborar para a articulação e ação de outros atores sociais da Região, vinculados ao projeto de desenvolvimento da Economia Solidária, através de assessorias, troca de experiências e outras formas de intercâmbio;

h) assessorar a formulação e a execução de políticas públicas de apoio e de fomento à Economia Solidária em função de demandas dos poderes públicos;

i) incentivar e possibilitar iniciativas e espaços de reflexão, na comunidade e na universidade, sobre os valores éticos, culturais e políticos que formam o movimento da Economia Solidária e suas iniciativas;

j) possibilitar à universidade a interação com segmentos excluídos do mercado de trabalho e com as entidades que atuam na promoção do desenvolvimento social e econômico regional, através do oferecimento de espaços alternativos de formação profissional a acadêmicos e profissionais dos mais diferentes cursos de graduação e pós-graduação da universidade, em campos de estágio curriculares e extracurriculares, atividades complementares e outras formas de intervenção junto aos empreendimentos atendidos pela incubadora;

k) desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão voltados à Economia Solidária nas diversas áreas do conhecimento e nas diversas temáticas relacionadas à viabilização e consolidação das iniciativas de Economia Solidária, incentivando articulações inter/multidisciplinares para este fim;

l) contribuir para o debate teórico-metodológico sobre a incubação de cooperativas populares, através da participação e interação ativa da ITCP na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;

m) incentivar o máximo intercâmbio teórico-prático entre a UNOCHAPECÓ e outras instituições de ensino superior e entidades vinculadas ao movimento da Economia Solidária no Brasil e no exterior.

A área de atuação da ITCP é a Região Oeste de Santa Catarina, tendo como público-alvo as comunidades populares que estejam organizadas ou querendo se organizar de forma autogestionária, através de cooperativas populares, associações de produtores, grupos informais etc.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo globalizado, mais aberto e receptivo, trouxe consigo mudanças fundamentais no mundo do trabalho. O impacto do processo de globalização trouxe, principalmente para o Brasil, o crescimento do desemprego, a redução do emprego formal e a exclusão social. Singer (1998) define como responsável pela retomada do processo de globalização econômica, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, capitaneando outros países também vencedores na guerra.

Os Estados Unidos, ao fim dos anos 60, desfrutava de grande hegemonia, possuía elevados níveis de produção, consumo, produtividade e salários. Fato esse que não ocorria com outros países, ainda em recuperação de um pós-guerra. Com a injeção de recursos, oriundo dos Estados Unidos, na Europa e Japão, logo as diferenças foram eliminadas e a hegemonia econômica se consolidou, fortificando os países de Primeiro Mundo.

Após 1970, o Primeiro Mundo abriu espaço para os produtos originários dos países do Terceiro Mundo, injetando capital para que esses pudessem implantar seus parques industriais e abastecerem os países de Primeiro Mundo. O Brasil foi um dos países que se beneficiou com tal fato, na época chamada de “Milagre Econômico”. Porém, aquilo que foi benefício tornou-se um problema, pois ocorre o choque do petróleo e conseqüentemente o endividamento dos países, e sua dependência econômica dos países de Primeiro Mundo.

Paralelamente assiste-se à progressiva internacionalização econômico-financeira, dando origem ao processo que passa a ser conhecido por globalização. Para Dupas (1999) globalização nada mais é do que, a partir da década de 80, a economia capitalista internacionalizando-se de forma cada vez mais intensa.

O processo de globalização buscava a reorganização da divisão mundial do trabalho. Os países industrializados conseguiam maior produção com menor custo e mão-de-obra mais especializada. Essa mão-de-obra passou a se organizar e criar lutas de classe, motivadas pela insatisfação de um trabalho monótono e alienante. Para amenizar o problema, grandes indústrias foram transferidas para as periferias e grandes parques fabris na Europa e América

do Norte foram desativados, causando desemprego em massa. Isso gerou empobrecimento de cidades e regiões inteiras.

O processo de importação e exportação mexe com a questão emprego. A exportação gera ocupação e a importação tende a eliminar postos de trabalho, ou transferi-los para países onde os produtos são industrializados.

A movimentação do capital e as cadeias produtivas se deslocando provocam a desestabilização dos salários, afirma Dupas (1999). Como consequência, cresce a disparidade de renda, sendo que a pobreza, o desemprego e o subemprego engrossam a exclusão social. Tal fato gera, segundo Singer (1998), o desemprego estrutural, pois aqueles trabalhadores que perdem suas atividades não têm acesso aos novos postos de trabalho, ou muitas vezes as novas ocupações não lhes dão garantia de compensações e direitos que as leis vinham garantindo. Dupas (1999) afirma que o desemprego estrutural é a incapacidade progressiva de geração de emprego formal em quantidade e qualidade adequadas.

Cabe aqui trazer a definição apresentada por Carrion *et al.* (2004) sobre desempregado estrutural e conjuntural. Para os autores, desempregado estrutural é o trabalhador que foi excluído de forma permanente do mercado de trabalho. Já o desempregado conjuntural é aquele cuja exclusão foi consequência de processos de reestruturação de capital.

A supressão de empregos diretos e postos de trabalho para eliminar custo direto de mão-de-obra, estratégia essa realizada pelos programas de reengenharia, ou reestruturação, como mais tarde foi chamado, assim também como aquisições e fusões de empresas ou deslocamento das sedes sociais e filiais, acarretaram, segundo Chevalier e Dure (apud TORRÊS, 2000), corte também no quadro de pessoal altamente qualificado, com uma grande bagagem de experiência e muitos anos de empresa.

A principal preocupação desses novos modelos de empresa era dedicar-se a sua atividade fim, deixando de exercer as atividades complementares, ou seja, passando a comprar essas atividades no mercado. Assim, os pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas, etc., passam a desenvolver essas novas atividades. Isso demanda o rompimento do posto de trabalho (emprego formal) para o surgimento da ocupação informal.

Esse tipo de ocupação deixa de oferecer ao trabalhador garantias e direitos habituais, mas consegue oferecer à empresa contratante mão-de-obra semiqualficada e excelente redução no custo dos serviços oferecidos. Torrês (2000, p. 35) defende que:

Nessas condições, o setor informal continua a oferecer mão-de-obra barata abundante e semitreinada para as empresas formais quando essas necessitam reforçar seu quadro de pessoal, não só como mão-de-obra temporária, mas também como mão-de-obra das empresas subcontratadas, que as empregam em condições precárias e à margem das regulamentações básicas.

É interesse das empresas reduzirem o trabalho estável, contratando trabalhadores temporários, eventuais e aprendizes. Toma forma, então, a terceirização, ou seja, a substituição de empregos permanentes (normalmente formalizados) por prestadores autônomos de serviços. Dupas (1999) afirma que esse momento abriu espaço para empresas menores que prestam serviço a custos mais baixos – terceirizações, franquias e informalização.

Deve-se considerar que uma das características da economia informal é a não existência de vínculo empregatício. Mas para Icasa e Tiriba (apud CATTANI, 2003), na Economia Popular não ter vínculo empregatício não quer dizer que existe ganância ou descaso do empregado, mas, sim, uma racionalidade que busca negar a relação patrão-empregado, ou seja, a lógica da não hierarquia.

Toledo (apud TORRÊS, 2000) exemplifica diversas atividades que podem ser consideradas informais: pessoas que fazem transações clandestinas, movimentando dinheiro e não estando legalmente registrados ou recolhendo impostos (vendedores ambulantes, guardadores e limpadores de carro); as microempresas de uma única pessoa ou que possuem apenas um funcionário, o qual não está registrado, conseqüentemente não fazendo recolhimento das contribuições sociais; empregadas domésticas e similares; até grandes, médias e pequenas empresas, quando efetuam contratação de mão-de-obra precária ou efetuam venda sem emissão de nota fiscal; os profissionais autônomos ou liberais que prestam serviço e recebem salário sem fornecer recibo. O autor considera, diante dessa exposição, que muitas atividades consideradas informais possuem divergência das atividades formais, porém, ao mesmo tempo, estão articuladas com as atividades inseridas no setor formal da economia. Dupas (1999) denomina essa categoria de “conta própria”.

Conceitualmente, segundo Carleial *et al.* (2004), a informalidade agrega, predominantemente, aqueles trabalhadores por conta própria/autônomos, os pequenos empresários e seus empregados, em alguns casos até os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os empregados domésticos, pois os mesmos são pagos pela renda e não pelo capital.

Tais mudanças acarretam a flexibilização do trabalho, pois, se por um lado as empresas contratam a prestação dos serviços complementares, por outro ainda mantêm em seus quadros funcionais, como trabalhadores estáveis, aquele que são considerados de difícil substituição, seja por questão de qualificação ou de experiência.

[...] faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes [...] (GENTILI; FRIGOTTO, 2001, p. 52).

Dupas (apud COSTA; CARRION, 2005), defende que o emprego tornou-se progressivamente cada vez mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade que são factíveis dos trabalhos associados ao padrão convencional.

A precarização sofrida com tais mudanças exclui parte dos trabalhadores do gozo de seus direitos legais, que passam a receber apenas pelo montante de serviço prestado. Isso é, segundo Singer (1998), a pura demonstração de que o trabalho nada mais é do que uma troca, a qual através de um contrato, o patrão compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado.

3.1.1 Desemprego

O desemprego é assunto de muita preocupação e discussão, inclusive internacionalmente. As pessoas, diz Singer (1998), necessitam de algo que lhes proporcione sustento, o que o autor denomina de “ocupação”, e não necessariamente um emprego. Para ele, emprego deve ser bom, ou seja, oferecer pagamento, estabilidade, possibilidade de carreira, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, doenças, velhice e morte.

Para Dupas (1999), o conceito de “ocupação” sofreu fortes alterações, apresentando um trabalho mais flexível, precário e conseqüentemente desprovido de garantias que estavam associadas ao padrão convencional.

As revoluções industriais, mesmo aumentando a produtividade, causaram desemprego tecnológico, onde muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas. A mais marcante de todas foi a Terceira Revolução Industrial, a qual melhorou a produtividade não só nas indústrias, mas, sobretudo, na prestação de serviços, principalmente naquelas que trabalham com informações. Uma das grandes mudanças trazidas por essa revolução foi o auto-

atendimento, onde atividades que eram desempenhadas por funcionários passaram a ser desenvolvidas pelo próprio usuário (cliente).

Essa revolução afeta profundamente a forma de se trabalhar, pois aqueles trabalhadores que realizavam trabalhos rotineiros, dos quais não era exigido muito conhecimento, e nem a necessidade de pensar (decidir), são, com certeza, substituídos por máquinas, que passam a desempenhar a atividade com maior rapidez e menor custo. Gentili e Frigotto (2001) defendem que a crescente necessidade de produtividade buscada pelas empresas implica na transferência das habilidades físicas e mentais dos homens às máquinas.

Outro fator que, segundo Torrês (2000), também deve ser levado em consideração é o saber empírico, pois os trabalhadores se sentem inibidos para tentar acessar ao mercado de trabalho convencional, uma vez que esse conhecimento, para algumas empresas, é discriminatório. Gentili e Frigotto (2001, p. 56) acreditam na importância da qualificação para gerar não só o trabalho, mas uma vida mais digna, conforme relatam:

Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficiente para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer em face de suas inúmeras conseqüências na vida social e pessoal.

É importante lembrar que, mesmo assim, com todo esse quadro que se apresenta, continua existindo lugar para aqueles trabalhadores com maior qualificação, pois a microeletrônica gera novos postos de trabalho. Mas novamente ocorre a precarização do trabalho, pois enquanto alguns trabalhadores adaptam-se a essa mudança, aumenta o número de pessoas que passam a ter como principal atividade procurar trabalho.

Para Gentili e Frigotto (2001), uma vez sendo excluído do mercado formal e privado de todos os benefícios sociais que estão associados ao emprego e à contribuição, o sujeito está literalmente desempregado.

A taxa de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA) tem crescido de forma considerável nos últimos anos, segundo Carrion *et al.* (2004). Em 1994 já subira a cerca de 5%, foi para 9% em 2000, 13% em 2003 e 20% em muitas regiões metropolitanas em 2004. Os autores salientam, ainda, que os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE, de 1999, demonstraram que dos cerca de 72 milhões de brasileiros ocupados, apenas 26 milhões (37% da PEA) possuíam contrato de trabalho, sendo que 46 milhões trabalhavam na informalidade.

3.1.2 Exclusão social

O termo exclusão social, ressurgido na França no início dos anos 70, trás, segundo Santos, Holanda e Araújo (1999), uma forma de denominar os trabalhadores que se encontram em desemprego prolongado (há mais de um ano). Singer (1998) também defende essa idéia quando se posiciona dizendo que a pessoa que está há muito tempo sem trabalho, fatalmente será atingida pela exclusão social.

Existem muitas formas de exclusão social. Sendo assim, pode-se afirmar que dificilmente uma pessoa poderá ser considerada totalmente excluída. Porém Singer (1998) alerta que nos países de Terceiro Mundo existe um tipo de exclusão que é considerada fundamental, a exclusão econômica. Uma vez excluídas economicamente, as pessoas serão automaticamente excluídas de outras redes sociais.

No Brasil, segundo Singer (1998), a exclusão se dá como premissa, pela falta de renda adequada, principalmente levando em consideração cor, gênero, região, escolaridade e emprego formal, ou seja, os socialmente excluídos são formados por aqueles excluídos das principais fontes de renda, considerando a posição de classe. Santos, Holanda e Araújo (1999) também reforçam essa teoria quando alertam que o empobrecimento identificado pelos indicadores sociais tem acarretado o crescimento da injustiça social, fator, segundo eles, predominante para a exclusão social.

Muitos se excluem por fatores individuais. Singer (1998) assim considera aqueles que não estão qualificados para o mercado, ou que não estão dispostos a migrar para onde suas qualificações teriam espaço, ou porque optam por não ceder em suas prioridades, às quais fazem com que eles prefiram ficar ociosos, à margem do relacionamento econômico e social normal.

Opostos a essa visão, ainda segundo o autor, existem os fatores estruturalistas, onde se considera o desemprego não voluntário, ou seja, a exclusão se dá principalmente pela dinâmica das empresas ou outras estruturas de renda, as quais atuam diretamente sobre a oferta de trabalho.

Excluídas são aquelas pessoas que se encontram estigmatizadas socialmente. Corroborando com essa visão, Santos (1994), acredita que a exclusão social está relacionada com a desigualdade, sendo que, para o autor, a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico

e sócio-cultural das civilizações. A exclusão, também dentro da visão de Santos, Holanda e Araújo (1999), sofre a intervenção de aspectos sociais, econômicos e políticos.

No Brasil o processo de exclusão é resultante da discriminação econômica, cultural, política e étnica, por isso, para Sposati (apud WANDERLEY, 1997, p.78),

[...] isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão *social* e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por *exclusão social*. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Para Schilling (apud SANTOS; HOLANDA; ARAUJO, 1999), os legalmente excluídos dos direitos trabalhistas (trabalhadores sem carteira assinada) são um tipo marcante de excluído no Brasil. Os autores afirmam ainda, que em determinados momentos da história brasileira, ter um trabalho de carteira assinada, era uma garantia de se manter longe da pobreza e conseqüentemente da exclusão social.

Pobreza é a incapacidade de satisfazer necessidades básicas, sendo para Dupas (1999), o foco da exclusão social naquele país que não consegue fornecer as condições mínimas de sobrevivência dos cidadãos.

Dentro desse conceito, considera-se o participante do mercado de trabalho informal como excluído, pois ganha a vida em ocupações precárias com atividades sazonais ou clandestinas. Torrês (2000) também compactua dessa lógica quando analisa que a mão-de-obra terceirizada, o qual permanece no mercado informal de trabalho, também sofre exclusão das garantias da legislação trabalhista em vigor.

Dupas (1999) reforça a afirmativa, quando analisa que o trabalhador que passou do setor formal para o informal, vê sua renda diminuída, somada a um novo e forte temor com relação ao futuro e a proteção social.

Carleial *et al.* (2004) apontam que a Economia Solidária abre espaço para que a sociedade batalhe suas próprias formas de superar a exclusão social.

3.2 A EPS – ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO PROJETO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Como já discutido anteriormente, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com o aumento do desemprego, a redução do emprego formal, a terceirização e a precarização do trabalho, muitos trabalhadores buscam e encontram outras opções de trabalho em empreendimentos solidários.

Para Harel (apud TORRÊS, 2000), as comunidades locais são as primeiras atingidas diretamente pelo desemprego, principalmente o de longa duração. Por isso, o autor entende que somente essas comunidades é que têm condições de criar redes necessárias para manter o desempregado em atividade. Isso é possível através da identificação de soluções inovadoras com base no empreendedorismo social.

Essa dimensão vai possibilitar a cada cidadão ou grupo tornar-se sujeito ativo de seu próprio desenvolvimento. Macke e Carrion (2004) deixam claro que na perspectiva de gestão social privilegia-se a Visão da Comunidade, a qual propõe a construção coletiva de soluções, incorporando a pluralidade de saberes reunidos na comunidade. A Economia Solidária, sendo concebida dessa forma, vai contribuir na construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável.

Desenvolvimento local, para Paulo de Jesus (apud CATTANI, 2003), é um processo que mobiliza pessoas e instituições a fim de gerar oportunidades de trabalho e renda. É um esforço localizado, visando a que as pessoas se articulem de forma a descobrir atividades para melhorar a produção e comercialização de bens e serviços que visem melhorar as condições de vida das pessoas daquele local, sempre valorizando e ativando os potenciais e recursos locais.

Segundo Carrion e Lopes (2004), o desenvolvimento local é um processo que tem por eixo a inclusão social; por sustentação a intensa participação da sociedade civil; e por meta o fortalecimento econômico e o desenvolvimento social. É a busca do objetivo, objetivo esse que, segundo Macke e Carrion (2004), não seria viável caso o desenvolvimento local não existisse, pois a sua presença mobiliza a cooperação espontânea. E, também, quando um grupo é marcado pela confiança interpessoal, torna-se mais capaz de realizações do que os outros.

A Economia Solidária é um projeto que visa o desenvolvimento promovendo, para as pessoas e as comunidades, condições (recursos e ferramentas) para a produção e distribuição de bens, de tal forma que sejam suficientes para atender às necessidades de desenvolvimento genuinamente sustentável. Portanto, para Singer (2002), essa construção solidária depende principalmente da população, a qual terá que se disponibilizar a aprender e experimentar, aderindo a princípios de igualdade, solidariedade e democracia, sabendo que essas serão as novas regras da vida cotidiana.

Essa análise de Singer leva a entender que a principal regra para os projetos de Economia Solidária terem sucesso é estarem inseridos em projetos locais de desenvolvimento. Devem estar sintonizados e articulados com a realidade econômica, social, cultural e ambiental, ou seja, a interação entre a Economia Solidária e as necessidades de desenvolvimento local.

França Filho e Laville (2004) também reforçam dizendo que a marca da economia popular é nunca perder de vista a realidade local e as formas recíprocas para a elaboração de atividades econômicas, ou seja, para os autores, a economia popular tem como base a prática da solidariedade familiar e/ou comunitária.

Essa nova forma de empreendimento, dito solidário, proporciona melhora na qualidade de vida, não somente para aqueles que trabalham diretamente nos empreendimentos, mas para a comunidade e o local onde a mesma está inserida.

O desenvolvimento local passa a ser, então, um espaço territorial privilegiado para articulações setoriais, onde as interdependências e soluções podem, estar mais próximas dos agentes envolvidos: poder público, empresas comerciais, empresas sociais, agências integradoras do desenvolvimento socioeconômico e os excluídos sociais e do mercado de trabalho [...] (TORRÊS, 2000, p. 43).

A Economia Solidária funda, segundo França Filho e Laville (2004), uma vontade empreendedora, a qual não é movida pela rentabilidade do capital investido, mas, sim, pelo interesse de exercer uma profissão em comunidade e ajuda mútua, onde produtos e serviços são propostos visando atender as demandas reais, expressas localmente.

Torrês (2000) também reconhece, em suas colocações, a participação comunitária para que ocorra um desenvolvimento local eficaz, onde as comunidades estejam adaptadas a programas nacionais e internacionais, programas esses que não sejam promovidos pelo assistencialismo, baseados em caridade ou políticas-populistas.

Toda essa discussão e preocupação com a Economia Solidária e o desenvolvimento local levam ao questionamento: quais são as possibilidades reais de geração de trabalho e renda para a população?

Dal Ri (1999) explora a discussão dessas possibilidades quando apresenta a economia popular como atividades formais e informais, as quais são realizadas, geralmente, no contexto doméstico e comunitário, geradas por fortes laços culturais e relações de parentesco e, também, por relações entre vizinhos. Relações essas que não deixam de lado a motivação pela maximização dos lucros, não o lucro do mercado, mas o lucro social, onde as pessoas poderão satisfazer suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável.

A forma autogestionária de produção, segundo Carrion (2003), está embasada nas propriedades coletivas, no interior das quais pessoas reunidas por laços de solidariedade privilegiam as necessidades humanas ao capital, na distribuição do excedente. “[...] o que caracteriza a EP é sua condição de estar voltada para promover o sustento do grupo (experiência associativa) em geral, sem a presença de mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais” (DAL RI, 1999, p. 80).

Korten (apud TORRÊS, 2000) aborda que empresas de economia social são cooperativas ou organizações comunitárias. Assim, as formas de empreendimentos de Economia Solidária (organizações coletivas) mais comuns são: cooperativas de produção e serviço, associações de produção e serviço, grupos de produção e empresas autogestionárias.

“[...] Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...]” (SINGER, 1998, p. 138).

Para isso, é necessário conhecer as propostas de Economia Solidária, com seus princípios e características. Os princípios norteando a construção de instrumentos e políticas econômicas, com vistas à consolidação de empreendimentos comprometidos com as lutas democráticas e populares, de modo a promover a reintegração à vida produtiva de trabalhadores marginalizados.

3.3 IDENTIFICAÇÃO/APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA EPS

3.3.1 Significado do termo

O termo *solidariedade*² é jurídico e tem origem do latim *solidus*, ou seja, *solidariedade* é tornar sólida uma relação ou um compromisso.

A palavra *economia* tem origem grega, onde *ecos* significa casa e *monos* significa gestão, ou seja, gestão da casa. Deste modo, o termo *casa* pode ser um empreendimento, igreja, sindicato, uma casa familiar, uma rua, uma cidade, um país ou até quem sabe o planeta. Enfim, pode representar muitas coisas.

O termo *ecos* pode ser também corpo. Associando todas essas informações, pode-se concluir que *Economia Solidária* é a arte de fazer gestão de todos esses possíveis lugares que, direta ou indiretamente, fazem parte da vida das pessoas.

Dentro dessa linha de raciocínio, *Economia Solidária* é a relação que as pessoas estabelecem dentro do processo de produzir e consumir. Essas relações devem estar alicerçadas na responsabilidade e comprometimento no bem viver de todos os envolvidos nesse processo.

Em Quebec – Canadá, no 2º Encontro Internacional sobre Globalização da *Solidariedade*, realizado de 9 a 12 de outubro de 2001, através da Declaração de Lima, elabora-se uma definição de *Economia Solidária*.

A economia solidária apóia-se na cooperação, divisão e ação coletiva. Ela coloca a pessoa humana no centro do desenvolvimento econômico e social. A *solidariedade* na economia repousa em um projeto econômico, político e social ao mesmo tempo, que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseada no consenso e na forma de agir do cidadão (DECLARAÇÃO DE LIMA, 2005).

Percebe-se que a *Economia Popular Solidária* é um processo em construção. Para Carrion e Lopes (2004), não significa apenas mais uma alternativa de trabalho e renda para aquela parte da população que está com dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho, mas sim uma estratégia da dimensão humana do trabalho. Os autores ainda apresentam que esse tipo de economia tem no seu arcabouço valores como *solidariedade*,

² Informação construída com base na Dissertação de Mestrado de Valmor João Umbelino (2000).

distribuição igualitária do trabalho e dos excedentes, tendo como princípio político a autogestão.

A Economia Popular Solidária é um instrumento de políticas públicas descentralizadas voltadas não só para a geração de renda e emprego das pessoas, mas também como forma de reconhecimento da sociedade civil organizada com um novo ator social (CARRION; ANDERSSON, 2005).

3.3.2 Princípios de economia solidária e características desses empreendimentos

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debate em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios, na qual foram aprovados os princípios da Economia Solidária:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade (FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007).

As principais características dos empreendimentos de Economia Solidária, segundo apresentado pela ITCP da USP (2006), são:

- posse coletiva de meios de produção e distribuição;
- gestão democrática;
- repartição do excedente anual (sobras);
- capital (cota-parte) não é remunerado.

Ainda existe outra forma de apresentar essas características:

- a) socialização dos meios de produção e do produto do trabalho;
- b) exercício democrático do poder;
- c) gestão autônoma e participativa;
- d) integração entre a vida econômica, social e espiritual;
- e) desalienação do trabalho;
- f) busca do desenvolvimento integral – ampliação das oportunidades de realização dos indivíduos.

Pelos princípios e características apresentadas, percebe-se que a articulação dos grupos aparece em torno da criação de empregos, o empreendimento de Economia Solidária associa-se a novas formas de trabalho e geração de renda. No Brasil, esses empreendimentos já são uma realidade.

3.3.3 Economia popular solidária no Brasil

As transformações ocorridas no modelo mundial de desenvolvimento econômico e social provocaram, também no Brasil, profundas alterações no mercado de trabalho. As principais mudanças foram: redução da utilização de mão-de-obra na indústria, a terceirização, o aumento das atividades informais, o aumento da linha de pobreza e a redução da ocupação nas atividades agrícolas.

Nesse contexto de transformações, com a redução do emprego formal, crescimento da informalidade, além da desarticulação dos sindicatos em função da redução do número de trabalhadores, a busca por novas alternativas deu-se, inicialmente, através de reações a casos pontuais que visavam à manutenção dos empregos. As primeiras iniciativas aconteceram com o envolvimento de sindicatos lutando pelos operários ameaçados de desemprego. Posteriormente, os trabalhadores mobilizaram-se para construir outras formas associativas de trabalho.

O ressurgimento da Economia Solidária, no Brasil, segundo Singer e Souza (2000), é resultante dos desempregos em massa que iniciaram em 1981 e que foram extremamente agravados com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Nasce, assim, da organização de grupos que visavam enfrentar problemas locais, elaborando atividades econômicas, tais como: cooperativas de produção e serviços, grupos de produção e associações de serviços. Esses grupos, em sua maioria, tinham base popular e eram regidos por princípios de solidariedade e democracia.

Até hoje, são essas as bases e os princípios que norteiam a EPS no Brasil. Segundo França Filho e Laville (2004, p. 164), “São muitas vezes, iniciativa de um grupo de pessoas que habitam um mesmo bairro, portanto compartilham uma situação de vida e preocupações que são comuns”.

Nos anos 90, surgem as empresas de autogestão, iniciativa essa onde os trabalhadores passam a assumir a responsabilidade de conduzir de forma democrática e solidária a empresa sem patrão.

3.4 PROJETOS AUTOGESTIONÁRIOS

A autogestão é um processo em criação. Não é algo pronto, mas é algo construído no dia-a-dia, como conquista. É um processo onde o trabalho e a relação entre as pessoas devem ser capazes de resgatar o dimensionamento humano, tornando-os sujeitos que produzem e decidem. Ela visa superar as diferenças entre os que simplesmente decidem e os que só cumprem ordens sem saber de mais nada. É o poder da decisão das pessoas que trabalham para ter autonomia.

Autonomia significa superar interferências externas nas decisões de quem produz.

São milhares de trabalhadores resgatando auto-estima e cidadania que, hoje, detém em suas mãos os meios de produção e o próprio destino. Não mais como operários em construção. São cidadãos brasileiros construindo a autogestão e garantindo o sustento de milhares de famílias (ANTEAG, 2000, p. 7).

São práticas fundadas em relações sociais de solidariedade e cooperação, mudando as relações econômicas, sociais e culturais. Elas se contrapõem às relações baseadas na competição destrutiva, tornando as pessoas protagonistas e beneficiárias de seus próprios resultados econômicos, sujeitos da sua história.

A constituição de um empreendimento autogestionário requer, necessariamente, informações e conhecimento conjunto os trabalhadores. É necessário que:

[...] a educação e a preparação do trabalhador passem a integrar o processo de autogestão. Não adianta apenas ter um conjunto de trabalhadores com vocação, interesse e vontade, se não pode dotá-los de instrumentos para competir no mercado, e de conhecimento para que possam utilizar as ferramentas de gestão (ANTEAG, 2000, p. 95).

A autogestão, como mencionado anteriormente, é um processo em permanente construção onde o trabalho e a relação interpessoal deve conseguir resgatar o dimensionamento das pessoas como sujeitos ativos e criativos do seu próprio desenvolvimento, sujeitos esses que produzem e decidem.

Trazem práticas de uma nova organização social e econômica, rompendo com o individualismo, a competição e a acumulação. São pessoas construindo uma nova forma de se organizar para sobreviver, produzir e distribuir os resultados igualmente.

Os laços que cercam essas pessoas são de solidariedade e cooperação, laços esses que buscam gerar um novo princípio de instrumentos e políticas econômicas, voltado para um projeto político diferenciado para a sociedade, estruturado no desenvolvimento social, comprometido com as lutas democráticas e populares.

Os empreendimentos autogestionários recebem apoio de muitas entidades de Economia Solidária.

3.5 ENTIDADES DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Existem diversas entidades de Economia Solidária, que apóiam e atuam com os empreendimentos. Podem ser as mais variadas instituições (públicas e de sociedade civil) que trabalham com incubação, crédito, comercialização, redes, estudos, grupos de pesquisa, etc.

O universo da economia solidária no Brasil encontra-se, nesse momento, em pleno processo de estruturação, haja vista a criação recente, no Governo Lula, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAE), ligada ao Ministério do Trabalho, assim como vários processos de organização dos Fóruns estaduais de economia solidária e das redes de iniciativas [...] (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 150).

Carrion *et al.* (2004), também apontam a importância da atividade a ser desenvolvida pela SENAE, cujo objetivo é coordenar, acompanhar e apoiar programas municipais e estaduais de Economia Solidária, assim como outras atividades que estejam estruturadas nesse modelo, conquistando dessa forma a integração aos processos de desenvolvimento local, regional e urbano.

Singer e Souza (2000) e França Filho e Laville (2004) apresentam importantes organizações que surgiram no intuito de apoiar e fomentar as iniciativas de Economia Solidária. As entidades de apoio à Economia Solidária, segundo Singer (2002), difundem, entre aqueles trabalhadores sem trabalho, os princípios necessários para um empreendimento cooperativista e o conhecimento básico, que é necessário para a criação de qualquer empreendimento solidário.

Os pilares de sustentação da Economia Popular Solidária, na visão de Carrion *et al.* (2004) e Carrion (2003), está baseada na CUT – Central Única dos Trabalhadores; ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão; ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário; *Unitrabalho*; e ITCs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; o poder público de governos e prefeituras petistas, ainda organizações como a igreja Católica e a Evangélica de Confissão Luterana, agências internacionais de fomento como a *CÁRITAS* e a *MISERIA* e as ONGs – Organizações Não-Governamentais.

a) ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão

Nasceu a partir de um trabalho pioneiro em autogestão que foi realizado com os trabalhadores da empresa de Calçados Makerly no ano de 1991. A partir dessa data engajou-se em diversos outros projetos que se consolidaram com a criação formal da Associação em 1994, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.

A ANTEAG realiza projetos que promovem a autonomia dos trabalhadores na sua organização econômica e social. Ela é, também, uma entidade de representação autônoma e independente, ou seja, independente de órgãos governamentais ou aparelhos para-estatais.

b) CÁRITAS

É uma entidade ligada a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Essa entidade desde 1980 já financiava milhares de pequenos projetos, os quais se denominavam PACS – Projetos Alternativos Comunitários. O principal foco é trabalho e renda para moradores pobres, das periferias ou da zona rural, que se unem de forma associativa. Os valores disponibilizados aos empreendimentos são provenientes da ajuda *caritativa* das comunidades de fiéis da Igreja Católica.

c) MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

É um movimento social de intensa atuação, que se empenha, segundo Singer e Souza (2000), para que moradores do campo organizem-se a fim de integrar à economia através da obtenção de terras que tenham sido mantidas improdutivas (latifúndios). O maior destaque

desse movimento é a capacidade de organização, extrapolando o espaço local e indo além das reivindicações específicas.

Essa frente de luta influenciou o cenário político nacional, criando, em 1989 e 1990 o SCA – Sistema Cooperativista de Assentados, o qual está dividido em cooperativas de produção agropecuária, de prestação de serviços e de crédito.

d) ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Voltadas à organização de empreendimentos comunitários, as ITCPs foram criadas pela COPPE/UFRJ com apoio da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e do Banco do Brasil.

Como decorrência do grande movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que mobilizou milhões de pessoas entre 1992 e 1994, surgiram também em meados da década de 1990 as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem a universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros (SINGER; SOUZA, 2000, p. 25).

Em 1998, foi lançado o PRONINC - Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas, para ampliar o número de incubadoras nas universidades e, a partir de 1999, foi criada a rede de incubadoras vinculada à Fundação Unitrabalho.

As ITCPs, como mencionado anteriormente, são entidades universitárias, por isso são multidisciplinares, integradas por professores, alunos e funcionários pertencentes às mais diferentes áreas do saber dentro das universidades. O seu objetivo é atender grupos comunitários que pretendem se organizar e trabalhar em conjunto.

e) ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

Fruto do trabalho da CUT – Central Única dos Trabalhadores, foi criada em 1999. Resultou de uma parceria com a Unitrabalho e o DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos. Ela difunde conhecimento sobre Economia Solidária para lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento de Economia Solidária, através de cursos de pós-graduação. Mobiliza, dessa forma, sindicatos para apoiarem a Economia Solidária e se empenha na criação de cooperativas de crédito, visando a estabelecer uma rede nacional de crédito solidário.

Das iniciativas de finanças solidárias, surgem os bancos populares, os quais, em sua maioria, são cooperativas de crédito que proporcionam microcrédito para organizações coletivas populares, desde que sejam pequenas iniciativas.

Os autores apresentam ainda a participação de um número muito efetivo de ONGs. As organizações têm estreitado relações com os poderes públicos, principalmente as prefeituras municipais petistas.

3.6 PROPOSTA FILOSÓFICA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, como já mencionada anteriormente, surge em contraposição à exploração do trabalho humano e como uma nova alternativa de organizar as relações sociais e as relações de trabalho. Para a Economia Solidária, o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica. Dessa forma, criam-se relações econômicas e sociais pautadas na colaboração solidária, onde o valor central é o trabalho, o saber e a criatividade humana.

Autogestão é a propriedade coletiva dos meios de produção e a participação efetiva dos membros no processo de gestão. Isso significa dizer que o empreendimento pertence aos trabalhadores, ou seja, eles possuem a autonomia com relação aos meios de produção e as decisões quanto à gestão do empreendimento, desde o que, como, quando e para quem produzir e vender, até a divisão dos resultados. Sejam eles positivos ou negativos.

Esses empreendimentos são voltados para um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, usando a lógica da inclusão social. Por isso, faz-se necessária a participação de todos no processo de decisão (gestão do empreendimento), seja nas reuniões ou assembleias, como nas ações do dia-a-dia do empreendimento. Deve-se levar ainda em consideração a auto-sustentabilidade ambiental, ou seja, responsabilidade e comprometimento com as gerações futuras através da preservação do meio ambiente.

Dentro dessa lógica, a Economia Popular Solidária está pautada nos princípios de gestão que visam à valorização do trabalho sobre o excedente, a remuneração capaz de gerar vida digna, o processo decisório autogestionário e a divisão do trabalho sem hierarquia.

Para Albuquerque (apud CATTANI, 2003), o conceito de autogestão tem um caráter multidimensional, além de, segundo o autor, dimensão de caráter social, econômico, político e técnico, por isso é muito mais que uma simples modalidade de gestão.

Para se saber se um empreendimento é mesmo de Economia Popular Solidária, é só diagnosticar se ele vive, no dia-a-dia, esses princípios de gestão. Singer (2002) defende que a Economia Solidária é uma alternativa superior, pois esses princípios de gestão visam, segundo o autor, proporcionar àqueles que a adotam, uma vida melhor, o que não significa somente a possibilidade de consumir mais com menos consumo de esforço produtivo, mas de melhorar o relacionamento com todas as pessoas; conquistar a liberdade de escolher um trabalho que proporcione satisfação; autonomia do processo de decisão, com participação plena; e, principalmente, o fato de sentir segurança de que não será desamparado por seu grupo ou sua comunidade.

3.6.1 Valorização do trabalho sobre o excedente

O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital e sua propriedade. Os empreendimentos que praticam a Economia Solidária devem, segundo Grade e Aued (2003), negar a separação entre trabalho e os meios de produção, pois quando o capital e trabalho são fundidos o capital é de quem trabalha. Ou seja, quando não existe a separação entre trabalho e os meios de produção, a propriedade deve ser dividida de forma igual entre todos os trabalhadores.

Com relação às sobras que os empreendimentos têm anualmente, o destino das mesmas, segundo Grade e Aued (2003), será também decidido em Assembléia. Garante-se uma parte para um fundo que visa a assistência técnica, educacional e social, que deverá beneficiar os sócios e poderá beneficiar também seus familiares, a outra parte pode ir para novos investimentos, para capital de giro, para reserva de capital, benefícios sociais e coletivos e finalmente para serem distribuídos entre os sócios. Lembrando sempre que quem toma essa decisão é a Assembléia.

Esses fundos podem ser divisíveis ou não. O fundo divisível visa a ampliação do patrimônio do empreendimento, sendo que, quando o sócio sair, terá o direito de receber a sua parte, devidamente corrigida. O fundo indivisível pertence ao empreendimento como um todo. Isso garante que o mesmo seja preservado da descapitalização.

A proposta da Economia Solidária é proporcionar uma melhor distribuição de renda e assim reforçar o desenvolvimento local sustentável e a participação de todas as pessoas nos resultados da atividade econômica no âmbito local.

A dimensão econômica para Albuquerque (apud CATTANI, 2003, p. 20), “[...] são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital [...]”. Com a valorização do trabalho sobre o excedente, ou seja, o trabalho sendo mais valorizado que o capital, será possível uma partilha mais equilibrada e conseqüentemente uma equidade na remuneração.

3.6.2 Remuneração

Um empreendimento de Economia Solidária não visa, segundo Grade e Aued (2003), a maximizar lucro, mas sim quantidade e qualidade de trabalho. Ainda segundo os autores, se o capital não é remunerado, não existe lucro, logicamente os sócios não recebem salário, mas retiradas. A retirada será definida de acordo com a receita obtida. A decisão de como serão as retiradas, se os sócios receberão de forma igual ou não, é decidido em Assembléia.

Para Gaiger (apud CATTANI, 2003, p. 125), “[...] os benefícios são repartidos entre os associados e não se restringem aos ganhos monetários imediatos, a difusão dos empreendimentos tende a gerar um efeito direto sobre a distribuição de renda e da propriedade, ao mesmo tempo em que incide sobre as relações da comunidade em geral [...]”.

A definição do valor das retiradas varia de empreendimento para empreendimento. Alguns optam por retiradas iguais, entendendo que, de certa forma, os trabalhos e as responsabilidades são iguais, ou quase. Outros entendem que deve haver diferença, visando à que, racionalmente, o empreendimento se beneficie da mão-de-obra mais qualificada, mantendo-a ativa na organização e, conseqüentemente, gerando ganhos maiores para o empreendimento.

É muito importante que não seja confundida retirada com sobra, pois sobra é o valor que ficou disponível após o pagamento de todas as contas devidas pelo empreendimento.

Para Albuquerque (apud CATTANI, 2003, p. 20), a remuneração, num empreendimento autogestionário, “[...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem [...]”. A remuneração recebida, num empreendimento autogestionário, deve ser capaz de gerar vida digna ao trabalhador. Sendo que Singer (2002) defende que usufruir vida digna é ter liberdade de escolha, ter autonomia e participação plena no processo de decisão.

3.6.3 Processo decisório

A gestão da Economia Solidária é pautada na participação de todos no processo, de modo a exercitarem a democracia, ou seja, o exercício do poder coletivo. Dessa forma, segundo Singer e Souza (2000), as decisões tendem a ser mais assertivas, pois contam com a contribuição das experiências das pessoas. Em contrapartida são mais demoradas, pois é necessário que todos sejam ouvidos, ou pelo menos aqueles que têm interesse em participar.

Nesse tipo de gestão, todos devem exercer o direito de dar a sua opinião, criticar, argumentar e decidir. Dessa forma, é possível a existência da transparência, da solidariedade e do interesse social combinado com os interesses individuais. É a Assembléia a instância onde acontece a reunião dos associados para que haja discussões e sejam tomadas as principais decisões.

É importantíssimo, nesse modo de gestão, que haja a comunicação para a troca de informações e conhecimento. É necessário que os trabalhadores não só executem, mas pensem e criem. A grande transformação, em todos os sentidos, acontece através da apropriação, por parte das pessoas, do conhecimento, principalmente se esse ocorrer de forma coletiva. Não há que se negar que saber é uma forma de poder.

É necessário que a informação sobre tudo o que acontece no empreendimento seja democratizada, pois quanto mais pessoas tiverem acesso às informações, melhor será a organização do empreendimento. Por isso, todos devem ter oportunidade de se apropriar do conhecimento e que esse conhecimento individual se torne coletivo.

Dessa forma, é possível a verdadeira democracia econômica, onde os trabalhadores têm a capacidade e o poder de decisão sobre tudo aquilo que acontece no empreendimento. Para Grade e Aued (2003), num empreendimento todos têm o mesmo poder de decisão. A dimensão política da autogestão deve defender o poder compartilhado.

[...] se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir). De forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização [...] (ALBUQUERQUE apud CATTANI, 2003, p. 20-21).

Nesse processo de decisão, que se chama autogestionário, ocorre a igualdade de oportunidades: todos os trabalhadores participam das decisões, inclusive daquelas relativas à divisão do trabalho.

3.6.4 Divisão do trabalho

Numa estrutura de Economia Solidária, as pessoas devem estar organizadas para produzir ou prestar serviço, ou seja, as atividades a serem desenvolvidas devem estar organizadas. A divisão do trabalho deve existir de acordo com a atividade que o empreendimento faz e com a sua comercialização. Ela não deve existir como forma de dominação de uns sobre os outros. Ou seja, cada um desempenhará uma função que atenderá o coletivo.

Em qualquer empreendimento, as pessoas são diferentes, seja pelo fator idade, grau de instrução, experiência ou outros. Com certeza, as atividades desenvolvidas também terão características diferentes no seu grau de complexidade, na necessidade de esforço físico ou não, se precisa ter ou não experiência, enfim, isso fará com que na organização da produção e da administração se saiba combinar: direitos iguais para pensar e definir os rumos do empreendimento, as diferenças individuais e as diferentes exigências que são impostas em função do exercício da respectiva atividade.

Ao se definir a função que será desempenhada por cada membro do grupo, nunca se deve esquecer que, além de competência, são necessárias a cooperação e a ajuda mútua, levando sempre em consideração o desejo individual, de forma que seja combinado com o desejo coletivo.

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se *capital* à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho (SINGER; SOUZA, 2000, p. 11).

A dimensão técnica possibilita, segundo Albuquerque (apud CATTANI, 2003, p.21), “[...] uma outra forma de organização e de divisão do trabalho”. Sendo assim, a Economia Solidária constrói uma proposta de divisão de trabalho sem hierarquia, ou seja, não existe patrão, a divisão do trabalho ocorre de forma consensual e equilibrada, o que existe é a organização para o trabalho.

Em última análise, a Economia Solidária tem como proposta filosófica a concepção de que é possível criar um ser humano novo, dentro de um meio social em que cooperação e solidariedade não só é possível, como serão regras de comportamento e convívio, que possibilitarão, segundo Singer (2002, p. 116), “[...] a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros”.

3.7 DESAFIOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

3.7.1 Principais desafios

Existem grandes desafios para as práticas da Economia Popular Solidária. Se conseguir se manter isolada, no máximo a convivência com o capitalismo será pacífica. Se propiciar que o desemprego seja atenuado, poderá ser bem recebida pelo capital. Mas, com certeza, os empreendimentos de Economia Solidária não serão capazes de acabar com a miséria e a desigualdade, pois não é possível imaginar que, com a proliferação dos empreendimentos de Economia Solidária, num curto espaço de tempo seja possível tornar a economia hegemônica, suprimindo o poder do capital.

É necessário avançar nas práticas, ocupando e derrubando espaços do Estado, mudando conceitos e bases para que seja possível fluir novas relações sociais. Deve-se constituir espaços para que os trabalhadores fortaleçam o seu poder desenvolvendo projetos de cunho político, democrático e popular solidário.

Sabe-se do sucesso dos diversos empreendimentos de Economia Solidária, porém é ainda um grande desafio as possibilidades de expansão desses empreendimentos e que eles mantenham os princípios fundamentais de Economia Solidária. Talvez o maior desafio hoje enfrentado pela Economia Solidária seja o de gerar empreendimentos sustentáveis.

Um dos múltiplos desafios à sobrevivência dos empreendimentos, segundo Carrion, Valentim e Hellwig (2006), é o desconhecimento dos princípios mais elementares de gestão social. Por isso, os seus participantes não conseguem internalizar que o empreendimento é deles e que existem muitas vantagens nisso. Ou seja, é a dificuldade de entender a nova situação, a autogestão, onde são trabalhadores e patrão ao mesmo tempo. Os trabalhadores têm dificuldade de assimilar o que são empreendimentos solidários.

Um fato que torna isso muito claro é que os trabalhadores não gostam da idéia de não terem a carteira de trabalho assinada, pois, para a cultura dos trabalhadores, isso é um símbolo de inclusão social. Tal fato já foi mencionado anteriormente por Schilling (apud SANTOS; HOLANDA; ARAÚJO, 1999).

Alguns trabalhadores afirmam que trabalhar em empreendimentos de Economia Solidária, principalmente cooperativas, deve-se pela total falta de opção de emprego, e que

sua permanência nesse empreendimento é temporária, até que consiga arrumar alguma coisa melhor, de preferência um emprego com carteira assinada, onde tenham todos os direitos. Tais afirmações já foram ouvidas pela pesquisadora, quando a mesma coordenava, como representante da ITCP, o projeto da cooperativa Cooperunião.

Outros problemas enfrentados pelos empreendimentos são a disciplina, a hierarquia e a participação dos associados. A falta de participação ou manifestação dos associados muitas vezes tem a ver com o hábito que carregam do passado, onde nunca tiveram essa oportunidade, ou até mesmo por acreditarem que a sua opinião não fará diferença ou pior, a questão de decisão não ser problema deles.

Costa e Carrion (2005) apontam a autonomia dos trabalhadores como uma dificuldade muito séria, pois muitas vezes nos empreendimentos reproduzem-se as situações anteriormente vividas pelos trabalhadores, onde se tem a crescente separação entre o pessoal de administração e o de produção, não se vivendo a situação de grupo economicamente solidário.

Dentro dessa ótica, acontece a divisão do trabalho de forma tradicional ainda sendo mantida, comprometendo a gestão democrática e a disciplina, fato esse gerado pela incompreensão, por parte de alguns trabalhadores, do que significa o trabalho de forma cooperativa.

Outro desafio a ser transposto nos empreendimentos é a comum falta de instrução formal dos seus membros, afetando principalmente aqueles que assumem cargos de direção. É preciso reconhecer, segundo Costa e Carrion (2005), que os grupos de Economia Solidária reúnem pessoas cujo conhecimento é negligenciado pelos padrões médios da sociedade, caracterizando exatamente conhecimento diverso desse padrão cultural predominante.

Dessa forma, para que o empreendimento possa inserir-se num mercado competitivo é necessário qualificar os seus associados dentro de conceitos técnico-organizacionais e de questões mercadológicas, o que não é tarefa fácil. Por isso, a questão de educação nos empreendimentos é um projeto de vida para seus associados. Essa necessidade é defendida por Gentili e Frigotto (2001).

Para que se possa garantir que todos compreendam a autogestão como gestão democrática, é necessário um trabalho permanente de incentivo à inteligência coletiva. Uma metodologia muito utilizada para realizar esse trabalho é a do grande educador Paulo Freire

“do prático para o teórico, do teórico para o prático”, ou seja, deve-se sempre partir do universo (contexto) em que o associado está inserido.

Estudo do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da UNISINOS, com base em Gaiger (2005), apresenta os seguintes desafios da Economia Popular Solidária:

- integração econômica entre Empreendimentos de Economia Solidária;
- estruturas de escoamento, comercialização e troca;
- espaços comuns de formação, debate e intercâmbio;
- política de suportes financeiros;
- geração e disseminação de tecnologias apropriadas;
- alternativas adequadas à formalização dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Todas essas considerações demonstram que os empreendimentos de Economia Solidária ainda estão extremamente frágeis no que tange às questões de relação e gestão dos mesmos. “É necessário e urgente repensar-se a gestão desses empreendimentos, buscando-se formas mais democráticas e transparentes de organização, que possibilitem a expressão das diferenças, das singularidades dos sujeitos [...]” (TRAJANO; CARVALHO apud CATTANI, 2003, p. 175).

Carrion e Andersson (2005) apontam como debilidade a insuficiência de apoio e de padrões gerenciais adequados.

Outro aspecto muito importante a ser abordado, quando se fala de desafios da Economia Solidária, com base em Carrion, Valentim e Hellwig (2006), é a necessidade de reconhecimento público da importância das iniciativas da Economia Solidária, daí a necessidade, também, de políticas públicas efetivas.

3.7.2 Políticas públicas

A idéia de cooperação, nos últimos anos, tem tido cada vez mais destaque tanto por organismos internacionais, quanto em estudos e propostas de políticas por parte de órgãos nacionais. Está acontecendo também a ampliação de estudos e propostas sobre novas formas de gestão de políticas públicas para esta nova forma de produção caracterizada pela autogestão e conseqüente cooperação.

É responsabilidade de a política pública cumprir, segundo Carleial *et al.* (2004), a indispensável tarefa de promover o acesso de toda a sociedade, com igualdade, a direitos

civis, sociais e econômicos. É importante, para que isso seja passível de acontecer, que existam grupos imbuídos de participação e de colaboração, voltados para gerar a sinergia público-privada e a atitude de ação conjunta.

O Estado deve e tem o poder para construir e manter uma sociedade que viva em processo de coesão e que esteja engajada na participação do seu desenvolvimento sócio-econômico. Uma das formas para que o Estado possa promover isso é através da participação e o diálogo aberto com a sociedade, principalmente com os integrantes das comunidades regionais. Nessa visão, o Estado deve fortalecer as instâncias regionais e locais, oportunizando que a sociedade, como um todo, participe da gestão pública. A própria Constituição Brasileira garante essa participação.

Uma vez participando ativamente da gestão pública, a população terá também a garantia de poder estar organizando-se de forma solidária e contando com o apoio do poder público.

Hoje, o povo brasileiro já conquistou um importante espaço econômico solidário, principalmente no que diz respeito ao apoio institucional e por parte das autoridades governamentais. Isso teve sua maior ênfase, como já comentado anteriormente, quando da criação pelo Governo Lula da SENA - Secretaria Nacional de Economia Solidária, secretaria esta que está ligada ao Ministério do Trabalho. Essa atitude demonstrou a abertura de políticas públicas efetivas, voltadas à Economia Solidária.

É necessário que sejam garantidas bases de sustentação para a Economia Solidária. As mais importantes defendidas por Singer e Souza (2000) são as fontes financiadoras, as redes de comercialização, a assessoria técnica e científica e o processo de formação contínua dos trabalhadores. Consideram ainda de suma importância que haja apoio institucional e legal por parte do governo.

Entendendo então que Economia Solidária é capaz de criar empreendimentos que possibilitam o desenvolvimento local, regional, nacional, e porque não dizer mundial, Carleial *et al.* (2004) apontam seis desafios para a política pública:

1º) a necessidade de redefinição de uma política visando à inclusão dos que estão lutando nos movimentos sociais de Economia Solidária, pela sua sobrevivência na área urbana:

2º) que as empresas de Economia Solidária sejam incorporadas nos planos de desenvolvimento regional;

3º) estabelecer claramente a prática cooperativa, para que se possa identificar claramente a falsa cooperativa (fraude);

4º) estimular a demanda estatal nos diferentes níveis de ação governamental dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários;

5º) estimular e financiar um censo, a fim de identificar o volume de atividades solidárias existentes;

6º) com base nos dados obtidos propor uma articulação mais forte entre os planos de qualificação da força de trabalho com os planos de desenvolvimento espacialmente localizado.

4 MÉTODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Essa pesquisa, com base no seu objetivo geral, foi exploratória, pois o que se pretendia era investigar se a ITCP contribui para a geração de trabalho e renda, levando em consideração os princípios de gestão da EPS - Economia Popular Solidária.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), proporciona uma maior familiaridade com o problema. Para Richardson (1999), esse tipo de estudo deve ser utilizado quando se deseja conhecer melhor um fenômeno e não se tem informação suficiente sobre ele.

Para definir qual seria o delineamento da pesquisa, foi necessário observar que procedimentos seriam adotados para se efetuar a coleta de dados. Observando-se os procedimentos de coleta que foram adotados e sabendo-se que, segundo Vergara (2000), um tipo necessariamente não exclui o outro, utilizou-se o método de Estudo de Caso.

O estudo de caso é muito utilizado em estudos exploratórios, pois segundo Gil (2002), ele é recomendável para proporcionar maior nível de profundidade, transcendendo o nível puramente descritivo proporcionado pelo levantamento.

O tipo de abordagem utilizada foi quali-quantitativa, levando em consideração o principal instrumento de coleta utilizado, o questionário, o qual possuía perguntas abertas e fechadas.

Primeiramente utilizou-se a forma qualitativa, que, segundo Roesch (1999), não é utilizada para avaliar resultados, mas para avaliação formativa. Dentro dessa mesma análise, Diehl e Paim (2002) comentam que esse tipo de estudo possibilita que o pesquisador analise como ocorreram as mudanças em determinados grupos. Essas mudanças são geradas de acordo com a complexidade do problema, vendo-se que variáveis interferem no processo, entendendo a forma de viver dos grupos. Conseqüentemente, entenderá o que determina o comportamento dos indivíduos, objeto da análise.

Posteriormente, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, visando a sistematizar as respostas obtidas, de tal forma que as mesmas pudessem gerar indicadores quantificáveis. Para facilitar a análise de conteúdo, utilizou-se das categorias para que fosse possível esta

belecer classificações e, com base nessas classificações, foi possível apresentar uma análise quantitativa.

Sendo assim, foi necessário levar em consideração as diversas teorias existentes sobre o assunto, pois, segundo Richardson (1999), é necessário que se reconheça que as diferentes concepções teóricas terão implicações nas análises que serão obtidas ao final do estudo. Diehl e Paim (2002) também chamam a atenção para que nesse tipo de estudo as informações sejam analisadas à luz das teorias. A pesquisa bibliográfica foi imprescindível para que fosse possível definir quais seriam as categorias e conseguir realizar a análise de conteúdo.

Utilizou-se também o levantamento, visto que foi feito contato direto com as pessoas envolvidas, buscando, dessa forma, através de respostas escritas a questões predeterminadas, obter informações com relação ao objetivo do estudo, para que posteriormente fosse possível chegar às conclusões correspondentes a essas informações.

Gil (1999) entende que o levantamento é muito útil para estudo de opiniões. Diehl e Paim (2002, p. 86) também corroboram com essa opinião quando dizem “[...] os levantamentos tornam-se mais adequados para estudos descritivos que explicativos. São úteis para o estudo de opiniões e atitudes [...]”.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

População é um conjunto de indivíduos ou objetos que representam pelo menos uma característica em comum. Com base em Richardson (1999, p. 157) “É um conjunto de elementos que possuem determinadas características. Usualmente, fala-se de população ao se referir a todos os habitantes de determinado lugar”.

A população, nesse estudo, é formada pelos integrantes dos 37 (trinta e sete) empreendimentos que foram ou estavam sendo apoiados pela ITCP, desde a sua criação (maio/2003) até o início da pesquisa de campo (fevereiro/2006).

A amostra tem o objetivo de garantir a representatividade da população, além de ser uma prática barata, rápida e útil para o pesquisador. Seguindo as leis da probabilidade, Richardson (1999) entende que dependendo da forma como se seleciona a amostra, a mesma possuirá grande possibilidade de estar verdadeiramente representando a população.

A técnica de amostragem era adequada para esta pesquisa, primeiramente devido ao número razoável de empreendimentos que foram ou estavam sendo acompanhados pela ITCP, que até fevereiro de 2006 eram 37 (trinta e sete). Deve-se ainda levar em consideração que esses grupos possuem um número variável de participantes, assim tem-se a inviabilidade, econômica e temporalmente, de aplicar a entrevista a toda a população.

Corroborando com o exposto, Beuren (2004) afirma que a decisão por efetuar o levantamento com todos os sujeitos da pesquisa ou parte deles depende dos resultados desejados, da viabilidade econômico-financeira e da dificuldade na coleta dos dados.

Como a ITCP não intensificou sua atuação em um único setor ou tipo de atividade e, também, por entender que não existia, entre os empreendimentos assistidos, um que pudesse ser considerado como mais relevante para a economia da região, definiu-se pelo método de Estudo de Caso, onde os casos foram selecionados por amostra de conveniência.

A amostra definida por conveniência foi formada por 13 (treze) empreendimentos que estavam sendo assessorados pela ITCP em 2006, sendo eles: Cooper Casa Nova; Cia. da Beleza; Projeto CRIARTE; Coopersol Confecções; COOPERDEF; Mãos-de-Ouro; Cooperunião São José; e os assentamentos localizados em: Curitibaanos, Canoinhas, Fraiburgo, Água Doce, Correia Pinto e São José do Cerrito.

Uma vez definido os empreendimentos a serem pesquisados, o questionário (Apêndice A) pretendia-se aplicá-lo a todos os integrantes desses empreendimentos, mas devido à “Limitações da Pesquisa”, que serão apresentadas posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo em apenas três empreendimentos: a Cooperunião, grupo esse que era coordenado pela própria pesquisadora; a Coopersol; e um grupo de Tricô e Crochê que faz parte do Projeto Criarte. Ou seja, trabalhou-se com uma amostra por conveniência.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na elaboração desse trabalho, foram utilizadas como técnicas de levantamento de dados a pesquisa documental, o questionário, a entrevista não estruturada e a observação participante.

É importante ressaltar que cada técnica não foi utilizada de forma estanque, ou seja, durante a realização da pesquisa as mesmas foram utilizadas simultaneamente ou até mesmo uma servindo para complementar a outra.

O passo inicial na busca de informação deu-se através da pesquisa documental dos empreendimentos que foram ou estavam sendo acompanhados pela ITCP, ou seja, através da consulta as informações existentes nos arquivos físicos e digitais da ITCP. Essas informações diziam respeito a todos os empreendimentos assistidos pelo Programa, desde a sua criação em maio/2003.

Isso forneceu uma listagem de quais e como são os empreendimentos e que estratégias de atendimento foram ou estavam sendo utilizadas. Pois, conforme Richardson (1999), a pesquisa documental explora a análise de conteúdo e a análise histórica.

Para coletar dados primários, utilizou-se o questionário (Apêndice A), o qual possui 18 (dezoito) questões (perguntas abertas e fechadas). As questões buscam investigar a contribuição da ITCP para a geração de trabalho e renda nos empreendimentos acompanhados, observados os princípios de gestão da EPS. Visam também possibilitar a caracterização do processo decisório, da partilha do excedente e a organização da produção adotada nos empreendimentos.

Antes de ser utilizado com os pesquisados, foi efetuado teste-piloto com o questionário. Esse procedimento buscou garantir a qualidade do mesmo e certificar-se que estava devidamente adequado para o objetivo que se propunha.

O questionário possibilitou a pesquisadora conhecer diferentes aspectos das experiências dos empreendimentos, e se essas experiências provocaram algum tipo de mudança nas pessoas que participaram delas. Pois, para Richardson (1999), o questionário propicia a descrição das características de um grupo e quais são as variáveis envolvidas.

É importante salientar que a pesquisadora conversou com cada um dos pesquisados, em grupo ou individualmente, orientando-os quanto ao preenchimento do questionário e dirimindo qualquer dúvida possível, reforçando sempre que os mesmos eram livres em decidir se queriam ou não responder o questionário.

Os questionários foram levados pelos pesquisados para serem entregues em datas pré-determinadas. Porém alguns respondentes solicitaram que a pesquisadora auxiliasse no preenchimento do questionário, lendo a pergunta e anotando a respectiva resposta.

Além da aplicação do questionário, utilizou-se a entrevista. O tipo de entrevista foi a não estruturada, a qual serviu como ferramenta de apoio para o levantamento de informações, possibilitando a minimização das resistências e envolvendo os entrevistados, conseguindo proporcionar maior grau de participação.

Como nesse estudo não se deseja impor uma visão já construída da realidade, mas, sim, conhecer a realidade, optou-se pela entrevista não estruturada. Que, segundo Richardson (1999), possibilita saber o que ocorreu, como e por quê.

A pesquisadora procurou garantir que o entrevistado não se afastasse do assunto, intervindo, caso necessário, para que esse mantivesse o foco e preservasse a espontaneidade.

Outra técnica utilizada na pesquisa foi a observação participante. Essa técnica proporciona uma visão singular da própria realidade. Sua praticidade, porém, exige que se tenha muito cuidado e discrição no momento de se efetuar as observações e no posterior relato das mesmas. É importante ter claro que observar é mais do que simplesmente olhar. É ver e ouvir fatos, aspectos, situações e informações que dizem respeito ao tema proposto.

A observação participante, propicia, segundo Marconi e Lakatos (2002), uma real participação do pesquisador na comunidade ou grupo. Essa participação é tão expressiva que o pesquisador pode ser confundido como sendo um membro do grupo que está estudando.

Richardson (1999) destaca que o pesquisador, ao se utilizar da observação participante, além de quase fazer parte do grupo, passa a ocupar um lugar físico e emocional para o mesmo.

Com a intervenção da pesquisadora através da observação participante, foi possível dirimir dúvidas ou complementar informação obtida. É importante salientar que a pesquisadora é integrante da ITCP e, conseqüentemente, quando da sua atuação no programa, está integrada ao cotidiano de quase todos os empreendimentos.

Como a pesquisadora, de certa forma, é membro do grupo, não é uma estranha para eles. Isso pode ter se tornado um viés, interferindo na coleta de informações. Tal fato será analisado nas “Limitações da Pesquisa”.

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica foi efetuada em todos os momentos da pesquisa, visando a confrontar as informações coletadas com a teoria existente sobre o assunto. Richardson (1999) reforça o uso dessa ferramenta, pois defende que a mesma torna

possível fazer uma reflexão das opiniões obtidas dos entrevistados e a sua contraposição com a teoria utilizada.

Na prática, possibilitou que com as informações obtidas dos entrevistados, fosse feita a análise de conteúdo e a criação de categorias de respostas, garantindo a consistência das informações apresentadas. Posteriormente, possibilitou a respectiva análise e interpretação dos resultados e as conclusões.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2006, e para garantir que os entrevistados fossem mais espontâneos ao responder e possivelmente suas informações fossem mais verdadeiras, optou-se por não identificá-los durante a apresentação da análise e interpretação dos resultados.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Como o questionário possuía respostas abertas, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), é uma técnica utilizada visando a sistematizar as respostas obtidas, de tal forma que as mesmas possam gerar indicadores (quantificáveis ou não).

A análise de conteúdo auxilia para dar, ao pesquisador, solidez interpretativa. De acordo com Richardson (1999, p. 243), ela “Consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”.

Para facilitar a análise de conteúdo, utilizou-se das categorias a fim de que fosse possível estabelecer classificações. Para Richardson (1999), a análise por categoria, além de ser a mais antiga, é a mais utilizada entre as diversas técnicas de análise de conteúdo existentes. A categorização, segundo o autor, é a forma de classificar os elementos da pesquisa seguindo determinados critérios, facilitando, dessa forma, a análise das informações.

Gil (2002) também apresenta a categorização como a organização dos dados, onde se pode construir, com base no referencial teórico da pesquisa, um conjunto de categorias descritivas.

Com o propósito de enriquecer a análise dos dados obtidos nessa pesquisa, outro recorte utilizado foi a apresentação das respostas por idade e gênero, possibilitando, dessa forma, analisar se tais fatores interferem nas respostas.

4.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O fator limitante, nesse trabalho, foi a impossibilidade de pesquisar a totalidade dos empreendimentos. A primeira alteração deu-se à sugestão, feita pela própria coordenação da ITCP, que os assentamentos não deveriam ser investigados, dada a distância geográfica, assim como a necessidade de obter o consentimento do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para a realização de entrevistas. Outra alteração decorreu do fato de somente três empreendimentos, entre os quais a Cooperunião, se dispuseram a participar da pesquisa. Alguns dos responsáveis por outros empreendimentos se demonstraram interessados, se prontificando a receber o pesquisador, disposição esta que acabou, no entanto, não se efetivando.

Outro ponto que merece destaque é o fato da pesquisadora ter um envolvimento pessoal com a situação, na medida em que trabalhava, via ITCP, com os empreendimentos cuja realidade foi investigada. O fato de conhecer os empreendimentos e ter um envolvimento com os mesmos pode auxiliar na coleta de informações, entretanto, pode ser um limitador no desenvolvimento do trabalho. Considerando que a pesquisadora é professora da UNOCHAPECÓ e também coordenadora de um dos empreendimentos pesquisados, duas situações podem ocorrer: primeiro pode ocorrer desconforto para os pesquisados fazendo com que os mesmos não sejam fiéis ao responderem o questionário; e, em seguida, o fato dela ter uma relação direta, e de familiaridade com os empreendimentos contribui para alterar sua percepção da realidade.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 VISÃO GERAL DO PROGRAMA ITCP DA UNOCHAPECÓ

A ITCP, já no seu primeiro ano de funcionamento (2003), atuou em oito empreendimentos, sendo sete em convênio com outras entidades e um próprio.

Do convênio com a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), desenvolveu-se:

- Construção da Casa Colonial Rural;
- Assessoria a Grupos de Cooperação Agrícola e Associações de Agricultores de Seara (SC).

O convênio com a Prefeitura Municipal de Chapecó, através do Programa Empresa Mãe (que é uma incubadora de cooperativas populares criada pela Prefeitura), resultou em quatro projetos:

- Horta Comunitária “Associação Vale das Hortaliças” do Distrito de Marechal Bormann;
- Horta Comunitária “Associação Horta Comunitária Goio-En” do Distrito de Goio-En;
- COTRAV (Cooperativa de Cortadores de Erva-Mate do Distrito de Marechal Bormann);
- ASTRAD (Associação de Trabalhadoras Domésticas, do bairro CAIC).

Através da solicitação da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta (SC), desenvolveu um trabalho de assessoria à CORDALTA (Cooperativa Cordalta da Agroindústria de Cordilheira Alta), uma cooperativa de comercialização de produtos agrícolas, industrializados artesanalmente.

A COOPERUNIÃO (Cooperativa União de Construção Civil e Serviços Gerais) do Loteamento de Lajeado São José se caracterizou como um processo de incubação propriamente dito, gerado e conduzido pela ação direta da ITCP. A demanda para esse projeto

foi identificada através do programa de extensão desenvolvido pelo curso de Serviço Social da UNOCHAPECÓ.

Esses empreendimentos envolveram diretamente em torno de quinhentas pessoas.

Existiam ainda outras entidades conveniadas: a AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina); o PAPEL (Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local e Regional); e as Prefeituras Municipais da Região Oeste de Santa Catarina.

Até o final do ano de 2005, outros empreendimentos foram sendo assistidos pela ITCP:

a) Cooperpão - Um empreendimento de panificadores, com grupos no Distrito de Goio-En, no bairro Efapi, no bairro CAIC e na Linha Pinheirinho. A ITCP iniciou a intervenção com 13 participantes, objetivando desenvolver projeto para captação de recursos, assessoria na produção e comercialização e capacitação em Economia Solidária e relações interpessoais.

b) Cooper Casa Nova - Empreendimento voltado à construção civil. Iniciada a intervenção com a participação de 20 integrantes, o objetivo da intervenção foi desenvolver o Estatuto Social; trabalhar para a construção da sede; auxiliar no planejamento da entidade; e fornecer capacitação em Economia Solidária. Esse empreendimento ainda é acompanhado pela ITCP.

c) Mãos-de-Ouro - Um grupo de mulheres que viviam do artesanato. A ITCP iniciou sua intervenção em julho/2004, com a participação de 12 mulheres. O objetivo da intervenção foi desenvolver um plano de negócios auxiliando no planejamento da entidade; trabalhando as questões de contabilidade e custo; elaboração do Estatuto Social; trabalhar para a construção da sede; e capacitação em Economia Solidária e introdução à comercialização. Esse empreendimento ainda é acompanhado pela ITCP.

d) Projeto CRIARTE - Iniciou a partir de um projeto aprovado pela Petrobrás, tendo como objetivo a capacitação de 100 mulheres no segmento do artesanato. A ITCP iniciou a intervenção em março/2005, com a participação de 118 mulheres. O objetivo inicial foi a organização de oficinas de capacitação (em trabalhos manuais) nos mais diversos tipos de artesanato; conseqüentemente a organização dos grupos para a venda dos produtos e participação/exposição em feiras. Esse empreendimento ainda é acompanhado pela ITCP.

e) Mulher Ativa - Empreendimento de confecção, situado no bairro Efapi. A ITCP iniciou sua intervenção em junho/2004, com a participação de 9 mulheres. O objetivo da intervenção foi desenvolver um plano de negócio, trabalhando produção, comercialização, contabilidade, custos e levantamento de estoques, realizou também capacitação em relações interpessoais.

f) Coopersol Confecções, antiga AGD Confecções - Empreendimento de confecção de uniformes, agasalhos, camisetas, em geral. A ITCP iniciou a intervenção em julho/2005, com a participação de 12 mulheres e o objetivo era capacitação em cooperativismo e Economia Solidária, e todo o processo de incubagem para que fosse possível a legalização para se tornar uma cooperativa.

g) Cesol - Central de Empreendimentos de Economia Solidária da Região Oeste de Santa Catarina, agrega nove empreendimentos. A ITCP iniciou sua intervenção objetivando a organização e fortalecimento dos empreendimentos.

h) Cia. da Beleza - Participavam do empreendimento 24 mulheres que prestavam serviço de embelezamento pessoal, de forma autônoma. A ITCP iniciou sua intervenção em maio/2004, com o objetivo de organizar o empreendimento e capacitar em Economia Solidária, liderança e relações interpessoais. Esse empreendimento ainda é acompanhado pela ITCP.

i) COOPERDERF - Cooperativa de Deficientes de Chapecó – Empreendimento de pessoas portadoras de deficiência. A ITCP iniciou sua intervenção com a participação de 15 integrantes. O objetivo da intervenção foi criar na COOPERDEF um Núcleo do Projeto CRIARTE, assim realizaram-se capacitações voltadas a trabalhos manuais e artesanato. Esse empreendimento ainda é acompanhado pela ITCP.

j) Coopervida - A ITCP iniciou sua intervenção em junho/2004, com a participação de 84 integrantes. A Coopervida era um empreendimento acompanhado pela Prefeitura Municipal de Chapecó, que tinha como objetivo a prestação de serviços gerais. A ITCP entrou nesse trabalho para capacitar o grupo em relações interpessoais.

k) Hortas Comunitárias - Sofreram intervenção durante o ano de 2004, com orientação na área agrônômica, como: coleta de solo para análise, atividades e recomendação de plantio e manejo das culturas, compostagem, irrigação, controle de pragas e doenças, erosão do solo, construção de estufa e estruturação da horta; trabalhou-se também o processo de comercialização. Foram efetuados capacitações em Economia Solidária, relações

interpessoais, auto-estima, liderança e planejamento estratégico e operacional da cooperativa. Essas atividades variaram de acordo com a necessidade das seis hortas atendidas.

- Horta Comunitária Linha Almeida, de Três Palmeiras – 15 participantes;
- Horta Comunitária Vila Rica, da comunidade de Vila Rica – 6 participantes;
- Horta Comunitária São Pedro, do bairro São Pedro – 5 participantes;
- Horta Comunitária Vila Esperança, do bairro Efapi – 9 participantes;
- Horta Comunitária “Associação Vale das Hortaliças” do Distrito de Marechal Bormann – 10 participantes (mulheres);
- Horta Comunitária “Associação Horta Comunitária Goio-En” do Distrito de Goio-En – 3 participantes.

Em todos os empreendimentos percebeu-se uma atuação diferenciada da ITCP, devido à diversidade de demanda. A Cooperunião e Coopersol passaram pelo processo de incubação. Os demais empreendimentos receberam prestação de serviços de consultoria/assessoria e capacitação. Essas intervenções podem ter sido de forma eventual, emergencial ou mantida por mais tempo, variando conforme a necessidade de cada empreendimento e o acordo firmado com a ITCP.

Os principais serviços de consultoria/assessoria prestados a esses empreendimentos foram em áreas técnicas como: jurídica, social, contábil, administrativa, produtiva, econômica, relações interpessoais etc.

A ITCP no ano de 2006 continuou atuando nos seguintes empreendimentos:

- a) Cooper Casa Nova;
- b) Cia. da Beleza;
- c) Projeto CRIARTE;
- d) Coopersol Confeções;
- e) COOPERDEF;
- f) Mãos-de-Ouro;
- g) Cooperunião São José;

h) Assentamentos localizados em: Curitibaanos, Canoinhas, Fraiburgo, Água Doce, Correia Pinto e São José do Cerrito.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS UTILIZADOS NO ESTUDO DE CASO

Projeto CRIARTE – Profissionalização do Artesanato em Chapecó

Empreendimento realizado pela ITCP, através de financiamento do Programa PETROBRÁS FOME ZERO.

O objetivo foi realizar capacitações voltadas a trabalhos manuais e artesanato, introduzindo novos conhecimentos e tecnologias de produção, ações visando à constituição de uma cooperativa ou grupo associativo, e desencadear ações voltadas ao marketing e comercialização do que foi produzido, divulgando as ações.

A proposta era profissionalizar 100 mulheres que participavam de 84 grupos, pretendendo-se viabilizar, posteriormente, a multiplicação de conhecimentos e habilidades adquiridas.

Hoje o Projeto CRIARTE conta com aproximadamente 60 pessoas que participam mais ativamente.

A intervenção ocorreu a partir de março/2005.

Foram estruturados sete núcleos de trabalho, atendendo no decorrer do projeto 118 pessoas, que assim se organizaram:

- Núcleo do centro da cidade (nas dependências da ITCP): iniciado com 20 moradoras de diversos bairros da cidade, representantes de grupos de mulheres e de associações de artesãs já existentes, decidiram se qualificar em várias atividades artesanais: pintura em madeira, sabonetes e velas artesanais, trabalhos em palha, biscuit, fuxico, confecção de bolsas e produção de bijuterias (estas fabricadas a partir do crochê e de produtos naturais, especialmente sementes).

- Núcleo do bairro Pinheirinho, composto inicialmente por 15 mulheres que se especializaram na confecção de bijuterias, além de sabonetes e velas artesanais.

- Núcleo do bairro Quedas do Palmital, iniciando com 18 mulheres, cujo foco foram aulas de corte e costura voltadas à confecção industrial de camisetas, moletons, pijamas, roupas infantis.
- Núcleo do bairro Vila Páscoa, que começou com 22 mulheres, cujas atividades centraram-se em aulas de pintura em tecido e emborrachado.
- Núcleo 1 do Centro Espírita Bezerra de Menezes, composto por 15 mulheres de vários bairros, que também optaram pelas aulas de pintura em tecido.
- Núcleo 2 do Centro Espírita Bezerra de Menezes, constituído inicialmente por 13 mulheres de vários bairros da cidade, cujas aulas de tricô à mão foram as escolhidas.
- Núcleo da COOPERDEF, formado por 15 pessoas com deficiência, que passaram a trabalhar com confecção de chinelos e de arranjos feitos a partir de elementos da natureza (folhas, pedaços de tronco etc).

A decisão pelas atividades de cada grupo partiu do interesse e motivação prévia de cada participante, associada à análise de viabilidade futura de geração de renda.

Dos grupos atendidos através do Projeto CRIARTE fez parte dessa pesquisa o Núcleo 2 do Centro Espírita Bezerra de Menezes, com 6 participantes.

COOPERUNIÃO SÃO JOSÉ - Cooperativa União São José de Construção Civil e Serviços Gerais

Constituída por 35 sócios, sendo 13 homens e 22 mulheres, localizada na Avenida Leopoldo Sander em Chapecó/SC.

Este foi o primeiro trabalho de incubação realizado pela ITCP, o qual objetivou: formação e capacitação em cooperativismo e empreendimento autogestionário, acompanhamento do empreendimento desde a apresentação da demanda até a sua consolidação (legalização) da cooperativa, prestação posterior de serviços de consultoria: jurídica, social, contábil, administrativa, econômica etc.

A intervenção ocorreu de julho/2003 a dezembro/2005, quando a cooperativa cessou suas atividades.

Apesar da cooperativa não estar mais em atividade, até o presente momento não foi legalmente extinta.

O fato mais importante ocorrido durante o processo de intervenção foi que em novembro/2003 foi realizado o ato de Fundação da COOPERUNIÃO, sendo legalmente constituída, pela Junta Comercial, em fevereiro/2004.

Coopersol Confecções

A Coopersol era uma microempresa em empreendimento de Economia Solidária, que tinha o nome de AGD Confecções.

Depois de uma trajetória de 10 anos como microempresa, as mulheres participantes do grupo (empresa), decidiram transformar a AGD numa cooperativa.

O processo de intervenção iniciou em julho/2005, com a participação de 12 mulheres, oriundas de diversos segmentos da sociedade.

A expectativa do grupo era atingir o número de 20 mulheres para que fosse possível a viabilização da cooperativa.

A Coopersol desenvolve atividade de confecções voltada especialmente para empresas e colégios. Essa linha inclui camisetas, abrigos, calças, jaquetas e jalecos.

O objetivo da intervenção foi realizar capacitações voltadas para cooperativismo e Economia Solidária, e também o processo de incubagem para que a mesma fosse legalizada e se tornasse uma cooperativa, o que acabou se efetivando.

O ato de fundação ocorreu em dezembro/2005, sendo legalmente constituída, pela Junta Comercial, em janeiro/2006. O quadro social é composto por 27 mulheres, mas apenas 12 atuam no empreendimento.

5.3 PESQUISA DE CAMPO

Como apresentado anteriormente, a pesquisa foi realizada com a Cooperunião; a Coopersol; e um grupo de Tricô e Crochê que faz parte do Projeto CRIARTE.

A Cooperunião (que ainda não foi extinta) possui 35 associados; a Coopersol possui 12 mulheres atuando na cooperativa; e o grupo de Tricô e Crochê possui 6 mulheres participando.

Conseqüentemente, foram distribuídos 53 questionários, dos quais 41 retornaram respondidos, perfazendo um total de 77,36%. Esses questionários foram respondidos pelos integrantes de cada grupo.

A seguir serão apresentadas as informações coletadas através da pesquisa de campo, obtidas com a aplicação do questionário, apresentando, conseqüentemente, uma análise dessas informações.

5.3.1 Caracterização dos empreendimentos e entrevistados

Dos três empreendimentos pesquisados dois são cooperativas populares, sendo que uma desenvolve atividade de construção civil e serviços gerais e a outra confecção de uniformes, agasalhos, camisetas, em geral.

O terceiro empreendimento é um grupo de artesanato, do Projeto CRIARTE, que desenvolve a atividade de tricô e crochê.

Quanto ao gênero dos entrevistados, pode-se observar no Gráfico 1.

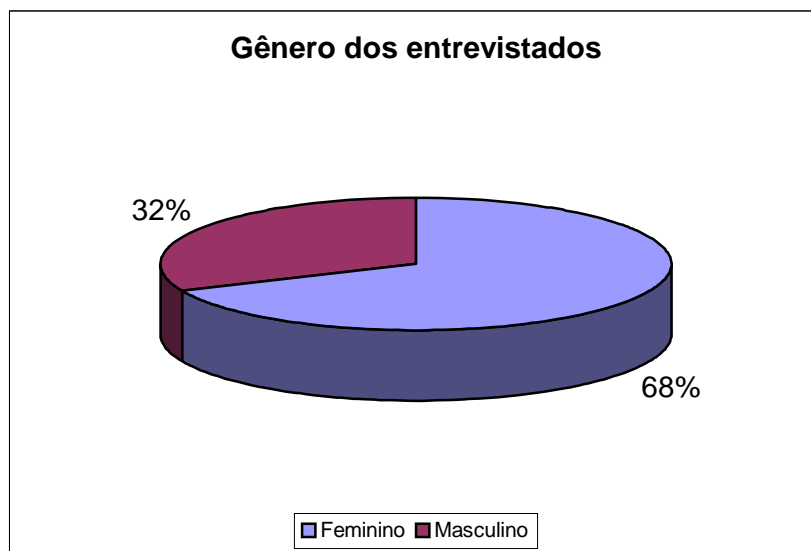


Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 41 entrevistados, 28 eram do sexo feminino (68%) e 13 eram do sexo masculino (32%). Como pode se observar, mais da metade da amostra é do sexo feminino, pois as atividades de confecção e tricô e crochê, nesse estudo, são desenvolvidos por mulheres. Apesar da construção civil e serviços gerais parecer uma atividade que essencialmente é

desenvolvida pelos homens, dos 35 integrantes dessa cooperativa, apenas 13 são do sexo masculino.

Costa e Carrion (2005) esclarecem que esse indicativo de percentual alta do gênero feminino nas atividades de Economia Popular Solidária é resultado dos traços fortes da chamada sociedade patriarcal, uma vez que muitas das atividades produtivas são extensões do trabalho doméstico, que nesse tipo de sociedade é atribuição exclusiva ou, na melhor das hipóteses, predominantemente feminina.

Para que fosse possível analisar a idade dos respondentes adotou-se um agrupamento por faixa etária, conforme apresentado no Gráfico 2.

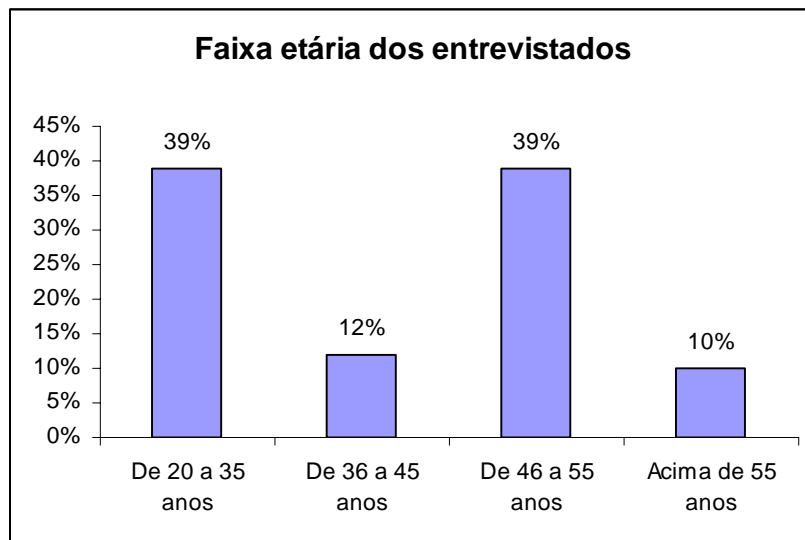


Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

A predominância dos entrevistados encontra-se entre duas faixas etárias: de 20 a 35 anos e de 46 a 55 anos, ambas com 16 entrevistados (39%); outros 5 entrevistados possuem de 36 a 45 anos (12%); e 4 possuem acima de 55 anos (10%).

A primeira faixa etária destacada é um grupo mais jovem (de 20 a 35 anos), é uma tendência que os jovens acreditem em opções diferenciadas de trabalho, estão mais propensos a correrem riscos e normalmente seus compromissos financeiros são menores.

A segunda faixa etária (de 46 a 55 anos) é um dos grupos que mais tem sofrido com a exclusão do mercado formal de trabalho. Muitas empresas, não preocupadas com a experiência e o conhecimento acumulado, querem no seu quadro funcional, empregado “mais jovem”, entendendo que ele está mais “aberto” para assimilar e se adaptar as novas tendências.

Relacionando a informação gênero com faixa etária, tem-se a seguinte informação, conforme Gráfico 3.

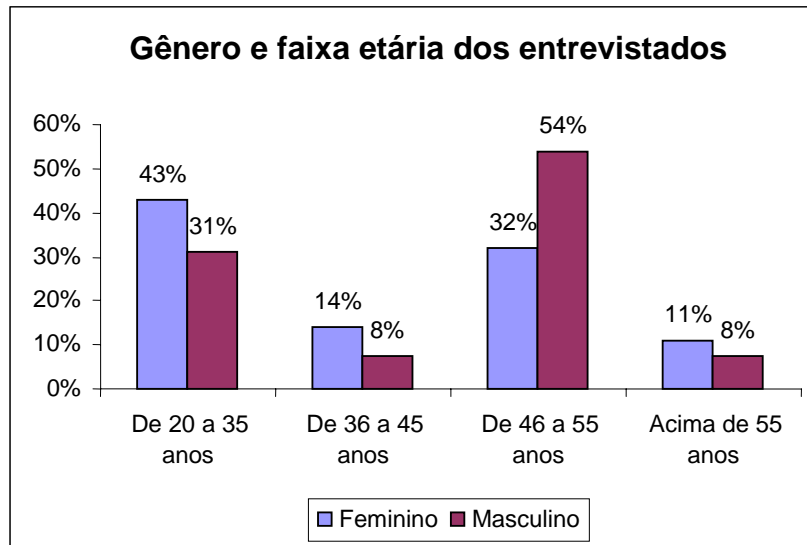


Gráfico 3 - Gênero e faixa etária dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que das 28 mulheres entrevistadas, 12 estão na faixa etária de 20 a 35 anos (43%) e 9 possuem de 46 a 55 anos (32%). Dos 13 homens entrevistados, 7 possuem de 46 a 55 anos (54%), e 4 possuem de 36 a 45 anos (31%).

Existe uma distribuição equivalente entre homens e mulheres dentro das duas faixas etárias de maior incidência. Somam 16 entrevistados em cada uma. Porém ocorre uma inversão, o número maior de mulheres está na faixa de 20 a 35 anos e o número maior de homens na faixa de 46 a 55 anos.

5.3.2 Renda mensal dos entrevistados

Primeiramente analisou-se a renda mensal dos entrevistados antes da intervenção, conforme pode ser visualizado no Gráfico 4.

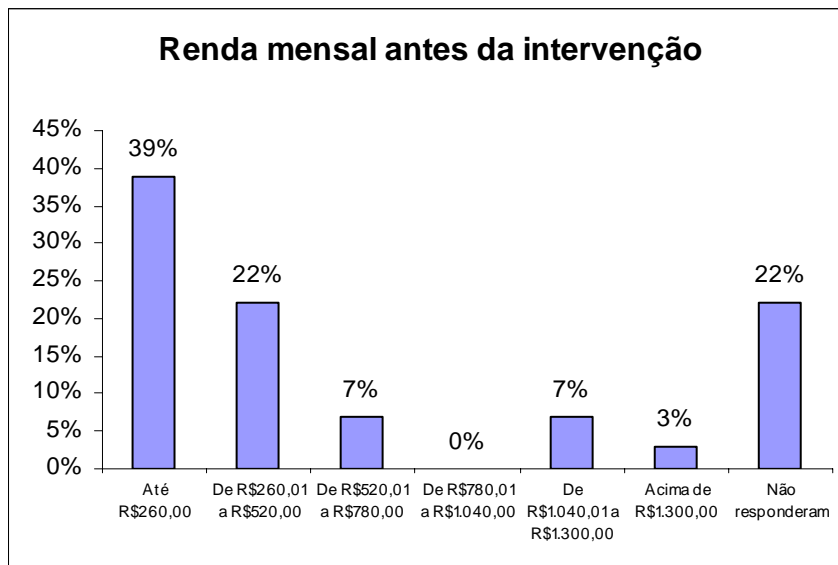


Gráfico 4 - Renda mensal antes da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

Antes do processo de intervenção, 39% dos participantes possuíam uma renda mensal de até R\$260,00 (16 respondentes), seguido por 9 respondentes (22%) que recebiam mensalmente de R\$260,01 a R\$520,00. Sendo assim, 25 dos 32 respondentes (61%) recebiam até R\$520,00. Nove entrevistados (22%) não responderam a essa pergunta.

Quanto à identificação da renda ser fixa ou variável, obteve-se a informação do Gráfico 5.

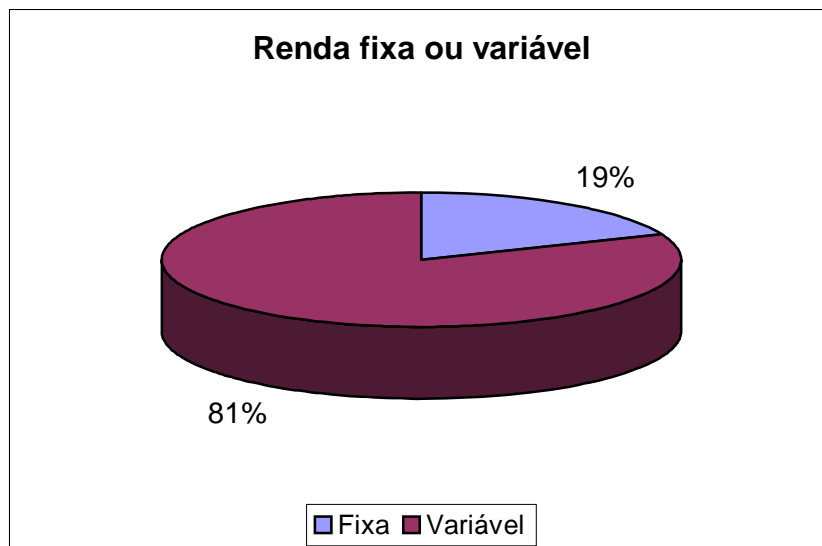


Gráfico 5 - Renda fixa ou variável

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 32 entrevistados que responderam a essa questão. Observa-se que 26 tinham renda variável, ou seja, quase a maioria (81%).

Posteriormente os entrevistados responderam qual é a renda mensal atual, conforme pode ser visualizado no Gráfico 6.

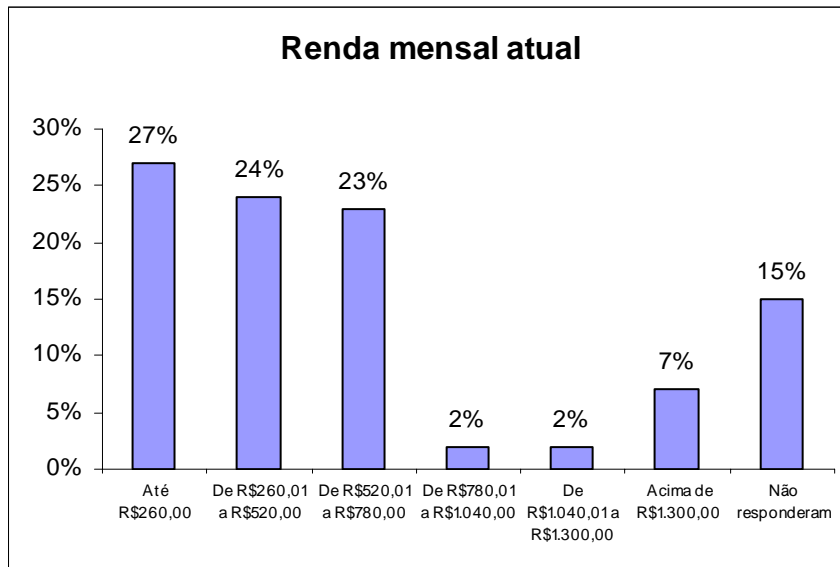


Gráfico 6 - Renda mensal atual

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que houve flutuação na renda mensal dos entrevistados, aumentando a mesma, sendo que os maiores índices salariais se dividiram em três faixas: 11 recebem até R\$260,00 mensais (27%); 10 recebem de R\$260,01 a R\$520,00 (24%); e 9 recebem de R\$520,01 a R\$780,00 (23%). Seis entrevistados (15%) deixaram em branco essa questão.

Comparando o Gráfico 4 com o Gráfico 6, tem-se a seguinte informação:

Renda	Qtde. antes	Qtde. depois
Até R\$260,00	16	11
De R\$260,01 a R\$520,00	9	10
De R\$520,01 a R\$780,00	3	9
De R\$780,01 a R\$1.040,00	0	1
De R\$1.040,01 a R\$1.300,00	3	1
Acima de R\$1.300,00	1	3
Não responderam	9	6
TOTAL	41	41

Quadro 1 - Comparativo entre renda mensal antes e depois da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que houve um incremento na renda mensal após a intervenção. O número de pessoas nas faixas de até R\$260,00 e de R\$1.040,01 a R\$1.300,00 diminuiu, porém em todas as demais faixas houve alterações significativas.

Uma forma de se comprovar essa afirmativa é fazendo o seguinte cálculo: imaginar que o salário recebido seja o maior salário de cada faixa, então se multiplica pela quantidade

de pessoas que recebem cada salário, tem-se um total de R\$15.080,00 antes da intervenção e R\$17.420,00 após a intervenção.

Dividindo os respectivos valores pelo total de pessoas que recebem, tem-se um salário médio de R\$486,45 antes da intervenção e R\$544,38 após a intervenção, o que de certa forma comprova que houve um aumento. Deve-se, ainda, levar em consideração que a faixa acima de R\$1.300,00 não foi utilizada para esse cálculo, sendo que antes da intervenção 1 pessoa estava nessa faixa e depois da intervenção passou a ser 3 pessoas.

Cabe salientar que, quando se questionou o salário antes da intervenção, 9 pessoas não responderam, e quando a pergunta foi sobre o salário atual, apenas 6 pessoas não responderam. Ficou registrado (de próprio punho) no questionário de 3 respondentes, que os mesmos haviam deixado a pergunta anterior em branco, porque só passaram a ter qualquer tipo de rendimento após o processo de intervenção.

Com relação à renda atual ser fixa ou variável, tem-se a informação do Gráfico 7.

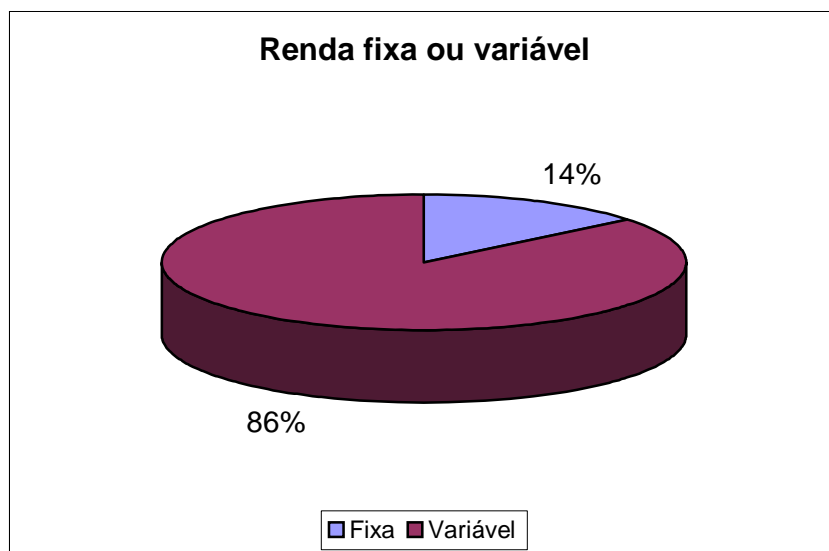


Gráfico 7 - Renda fixa ou variável

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que ainda existe uma predominância da renda variável, informação essa respondida por 30 entrevistados (86%).

Essa variabilidade da renda é considerada normal, uma vez que os empreendimentos pesquisados não optaram até o momento pela fixação de renda. Eles entendem que existe uma variação importante no tipo de serviço que é prestado, e conseqüentemente do valor a ser cobrado, assim torna-se difícil fixar valores.

Todos os empreendimentos pesquisados são “jovens”. Dessa forma, muitas definições ainda não foram possíveis de serem tomadas, principalmente com relação a poder fixar uma

retirada para seus associados. Todos até o momento estão “formando” a sua clientela. Ou seja, estão trabalhando conforme a demanda.

5.3.3 Entendimento dos entrevistados sobre empreendimento solidário

Para que um empreendimento de Economia Solidária possa servir para o fim que foi criado, é necessário que os seus integrantes entendam a essência desse tipo de empreendimento, o qual visa dotar os seus participantes de recursos e ferramentas para que possam trabalhar e se tornarem auto-sustentáveis, ou seja, tenham o suficiente para atender as suas necessidades, com mais qualidade de vida.

Ele não pode ser utilizado como sendo uma forma de ter trabalho e renda até que apareça um emprego formal. Pois nesses empreendimentos as pessoas devem entender que são ao mesmo tempo quem produz e quem gestiona, por isso a lógica é outra, tanto com relação a direitos como deveres de cada integrante. Ou seja, os resultados e benefícios são proporcionais ao desempenho e participação de cada um.

Para identificar o grau de envolvimento (comprometimento) dos entrevistados com o empreendimento que pertencem, elaborou-se a pergunta 5 do questionário, a qual objetivou saber se ele deixaria ou não o trabalho que faz hoje caso surgisse uma oportunidade de trabalhar com carteira assinada.



Gráfico 8 - Deixaria o trabalho?

Fonte: Elaborado pela autora

Essa pergunta dividiu os respondentes 21 entrevistados (51%) não deixariam de trabalhar no empreendimento, porém 20 entrevistados (49%) deixariam o empreendimento, caso recebessem uma oferta de trabalho com carteira assinada.

Fica claro que quase metade dos entrevistados não está envolvida (comprometida) com o empreendimento ao qual pertencem, ou estão participando apenas como forma de temporariamente não ficarem sem trabalho e renda.

Achou-se importante relacionar essa informação com o gênero e respectiva faixa etária do respondente.

No Gráfico 9 têm-se os 20 entrevistados que trocariam o trabalho no empreendimento por uma possibilidade de emprego com carteira assinada.

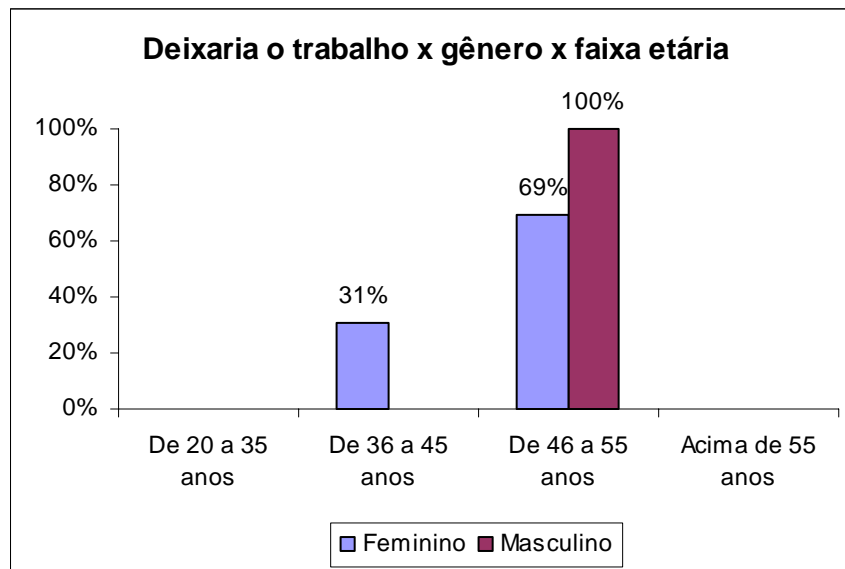


Gráfico 9 - Deixaria o trabalho x gênero x faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora

A faixa etária que está mais propensa a isso está de 46 a 55 anos, tanto para as mulheres como para homens. Sendo que no caso feminino representa 69% (9 respondentes) e no masculino 100% (7 respondentes).

Entende-se que as pessoas nessa faixa etária estão sempre buscando uma maior estabilidade, visto que a maioria tem responsabilidades profissionais e familiares mais acentuadas. É importante ressaltar que essa faixa etária, conforme já comentado na análise do Gráfico 2, é a que sofre maior exclusão, tendo sérias dificuldades de se colocar no mercado formal de trabalho. Por isso, quem tem uma atividade fixa e rentável, possui uma propensão a se acomodar, e aqueles que não possuem, se receberem uma proposta, tendem a agarrá-la com “unhas e dentes”.

No Gráfico 10 têm-se os 21 entrevistados que não trocariam o trabalho no empreendimento por uma possibilidade de emprego com carteira assinada

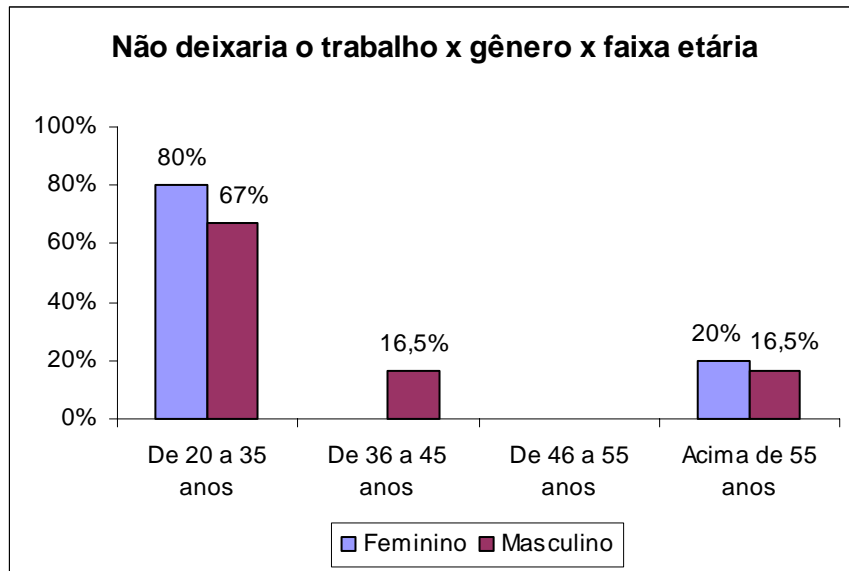


Gráfico 10 - Não deixaria o trabalho x gênero x faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora

O maior índice, tanto mulheres como homens, que não deixariam o empreendimento por um trabalho de carteira assinada estão na faixa etária de 20 a 35, sendo 80% das mulheres (12 respondentes) e 67% dos homens (4 respondentes).

Conforme já comentado anteriormente, a análise que se pode fazer é que o jovem tem muita aspiração empreendedora, sendo mais suscetível a correr riscos, pois em geral possui menos compromissos financeiros que os mais velhos. Outro fator importante é a confiança que deposita nos empreendimentos.

Outro dado interessante é os que possuem idade acima de 55 anos, que também se manifestaram favoráveis a se manterem no empreendimento. Acredita-se que os mesmos ou já estão numa situação mais estável, tanto profissional como familiar, ou estão aposentados, ou estão desempregados, daí sua opção por não deixar o empreendimento. Na pesquisa apareceu nessa faixa etária 20% de mulheres (3 respondentes) e 17% de homens (1 respondente).

Os entrevistados justificaram o motivo de sua opção de resposta. Para que fosse possível analisar as justificativas, procedeu-se o agrupamento das idéias, propondo categorias de análise.

A primeira proposta de categorias é referente aos 20 entrevistados que deixariam o trabalho que fazem hoje se surgisse a oportunidade de trabalhar com carteira assinada.

- a) Menciona Trabalho e renda
- b) Menciona Direitos trabalhistas
- c) Menciona Outras citações

As categorias definidas foram discutidas (teoricamente) principalmente quando da apresentação dos principais desafios enfrentados pela Economia Solidária.

A distribuição por categorias está apresentada no Quadro 2.

MOTIVO PELO QUAL DEIXARIA O TRABALHO		
Trabalho e renda	Direitos trabalhistas	Outras citações
Porque é um salário fixo (Respondente 04)	Quem vai pagar meus direitos quando eu precisar? (Respondente 01)	Já nem participo direito (Respondente 17)
Para ter uma renda melhor (Respondente 05)	Apesar de que as coisas lá fora não são muito fácil (Respondente 03)	
A cooperativa não arrumou serviço para nós (Respondente 07)	Pelos direitos e profissão (Respondente 11)	Porque seria melhor (Respondente 38)
Aqui é só enrolação, trabalho a gente tem que se virar (Respondente 15)	Apesar de estar bom, não tem nenhuma garantia (Respondente 18)	É só arrumar um (Respondente 23)
Porque é mais seguro, mais se o salário fosse em média R\$780,00 (Respondente 24)	Pelos direitos e profissão (Respondente 20)	
Até agora a ITCP não arrumou emprego pra nós (Respondente 27)	Para poder me aposentar mais fácil (Respondente 22)	
Porque é bom trabalho com carteira assinada e uma renda fixa (Respondente 37)	Porque eu teria meus direitos garantidos (Respondente 29)	
Por que seria uma oportunidade de ter uma renda mensal (Respondente 39)		
Porque é uma renda fixa e certa (Respondente 40)		
Porque eu preciso de dinheiro para comprar comida e pagar contas, mas quando tivesse horas vagas eu faria tricô (Respondente 41)		

Quadro 2 - Motivo pelo qual deixaria o trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de referências tem-se, em ordem decrescente: Trabalho e renda – 10; Direitos trabalhistas – 07; Outras citações 03, apresentadas no Gráfico 11.

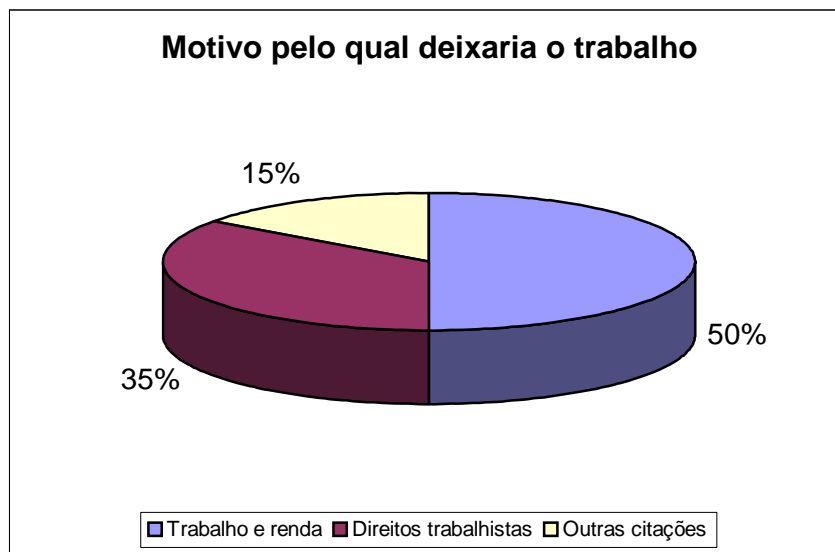


Gráfico 11 - Motivo pelo qual deixaria o trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados reforçam o não envolvimento (comprometimento) dos entrevistados com o empreendimento ao qual pertencem. A metade, 50% (10 respondentes), está preocupada com o trabalho e renda e 35% (7 respondentes) com os direitos trabalhistas. Isso confirma que os mesmos ou estão totalmente desinformados sobre o que seja um empreendimento de Economia Solidária ou estão querendo apenas tirar proveito momentâneo da situação.

A segunda proposta de categorias é referente aos 21 entrevistados que não deixariam o trabalho que fazem hoje se surgisse a oportunidade de trabalhar com carteira assinada.

- a) Menciona Acreditar num ideal (cooperação/união)
- b) Menciona Esperança (perseverança)
- c) Menciona Segurança (garantia/estabilidade)
- d) Menciona Outras citações

As categorias definidas demarcam a essência de um empreendimento de Economia Solidária, onde quem participa está disposto a viver de forma cooperativa e solidária, superando diferenças, entendendo que o empreendimento é deles e que existem muitas vantagens nisso.

O agrupamento das idéias dos entrevistados gerou a distribuição por categorias, apresentada no Quadro 3.

MOTIVO PELO QUAL NÃO DEIXARIA O TRABALHO			
Acreditar num ideal (cooperação/união)	Esperança (perseverança)	Segurança (garantia/estabilidade)	Outras citações
Acredito que na cooperativa ainda é melhor (Respondente 02)	A gente sempre deve perseverar (Respondente 08)	Apesar de difícil, aqui ainda estou melhor que "lá fora" (Respondente 10)	Estou bem melhor agora (Respondente 16)
A vida comunitária sempre é melhor e mais digna (Respondente 06)	Gostava, esperava que a cooperativa desse certo (Respondente 09)	Se quisermos podemos ter os mesmos direitos de quem trabalha com carteira assinada (Respondente 28)	Sem justificativa (Respondente 31)
Apesar das dificuldades acredito na cooperativa (Respondente 13)	Que com a cooperunião poderia render mais lucro (Respondente 12)	Gestionamos o que é nosso, o resultado do trabalho é partilhado sem apropriação ou expropriação (Respondente 33)	
Acredito que todos unidos sempre seremos melhores (Respondente 19)	Estou dentro até o fim (Respondente 14)	Porque estou construindo o que é meu (Respondente 34)	
Apostamos na idéia da cooperativa (Respondente 21)	Apesar de ir bem antes, acredito que é possível mudar as pessoas e a vida delas (Respondente 25)	A gente fundou isso aqui há 10 anos e me sinto em casa e realizada (Respondente 35)	
Estamos apostando na idéia (Respondente 26)	Meu pensamento é continuar aprendendo o pouco que posso (Respondente 36)		
Não me sentiria bem deixando minhas companheiras e o trabalho que eu gosto (Respondente 30)			
Porque é outra forma de trabalhar como cooperada (Respondente 32)			

Quadro 3 - Motivo pelo qual não deixaria o trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

A quantidade de referências, pela ordem decrescente, ficou: Acreditar num ideal (cooperação/união) – 08; Esperança (perseverança) – 06; Segurança (garantia/estabilidade) – 5; Outras citações – 2, conforme Gráfico 12.

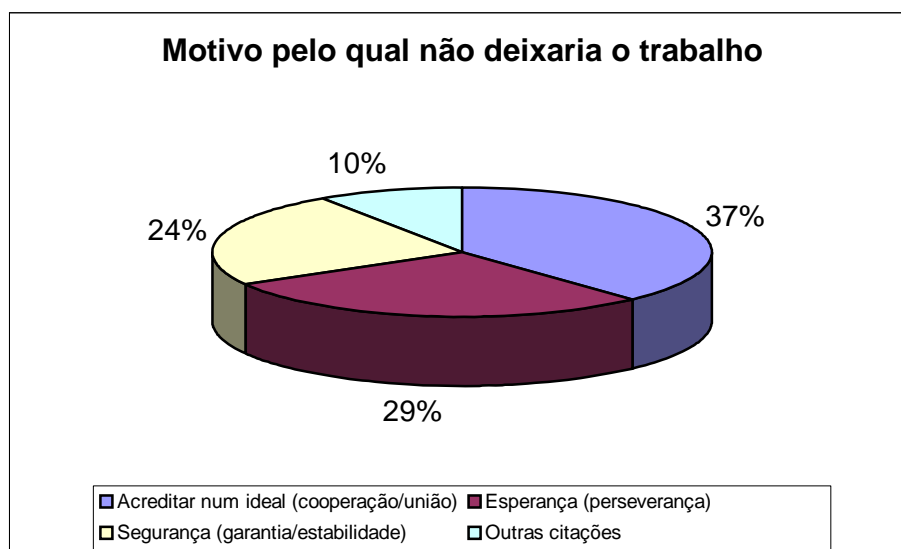


Gráfico 12 - Motivo pelo qual não deixaria o trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 12 apresenta que 37% (8 respondentes) apostam na cooperação e união; 29% (6 respondentes) têm a esperança como principal fonte motivadora; e 24% (5

respondentes) entendem que um empreendimento da Economia Solidária possui tantas ou mais vantagens que um emprego formal.

Através das respostas à questão 6 do questionário, buscou-se avaliar o que o entrevistado acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento). Houve 38 respondentes, 3 não responderam a essa questão.

Procedeu-se o agrupamento das idéias, propondo as seguintes categorias de análise:

- a) Menciona Garante os princípios de EPS
- b) Menciona Não garante os princípios de EPS

Buscou-se categorizar as respostas baseado na forma do entrevistado sentir se o empreendimento que participa está ou não garantindo os princípios de Economia Solidária.

É importante lembrar que, de forma simples, os princípios de Economia Solidária são: valorização social do trabalho, a satisfação plena das necessidades de todos, a mulher ocupando (com dignidade) o seu espaço, o respeito à vida e ao meio ambiente, a cooperação e a solidariedade.

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 4.

O QUE ACHA DE TRABALHAR EM UMA COOPERATIVA (OU EMPREENDIMENTO)?	
Garante os princípios de EPS	Não garante os princípios de EPS
Fui muito valorizada como pessoa, fui respeitada (Respondente 02)	Aqui não vi vantagem nenhuma (Respondente 01)
Acho bom, a gente não pode escolher serviço. Gostaria muito (Respondente 05)	Acho que só vi reunião, trabalho ninguém arrumou (Respondente 03)
Ótimo, isso que é um trabalho digno (Respondente 06)	As mulheres nunca tem serviço, só os homens (Respondente 07)
Apesar de difícil, acho que vale a pena tentar (Respondente 08)	Trabalhando é a conta (Respondente 11)
Gostava, aprendi o que não sabia, fiquei empolgada (Respondente 09)	Ninguém arruma trabalho. A gente é que tem que ir atrás (Respondente 15)
Aqui me sinto mais seguro, ainda mais com a Universidade (Respondente 10)	Detesto ficar fazendo reunião. Não vi dinheiro até agora (Respondente 17)
Trabalhar numa cooperativa renderia mais lucro (Respondente 12)	A cooperativa é muito insegura e não garante nenhum direito (Respondente 18)
Sempre acreditei e acreditarei que as pessoas podem se ajudar, é só querer (Respondente 13)	Trabalhando é a conta (Respondente 20)
Apesar de não atuar no trabalho, participo das reuniões, pois acho muito importante (Respondente 14)	Não gostaria de trabalhar em uma cooperativa (Respondente 22)
Apesar de ser "sofrido" é mais garantido (Respondente 16)	A cooperativa é muito enrolada, só uns que tem serviço (Respondente 23)
Acredito na união e trabalho do grupo (Respondente 19)	Disseram que é nós que temos que procurar serviço, então pra que cooperativa? (Respondente 27)
Meus pais e eu somos sócios, todos acreditamos (Respondente 21)	

Continua...

Continuação...

O QUE ACHA DE TRABALHAR EM UMA COOPERATIVA (OU EMPREENDIMENTO)?

Garante os princípios de EPS	Não garante os princípios de EPS
Eu acho que é bom porque a gente vê o resultado e vê o capital crescendo (Respondente 24)	
Eu poderia estar melhor sozinho, mas acredito que esse grupo pode fazer a diferença (Respondente 25)	
Tenho meu marido, eu e minha filha na cooperativa, tenho fé que vai dar certo (Respondente 26)	
Bom porque posso participar juntamente com os outros cooperados das decisões do grupo (Respondente 28)	
Olha eu trabalho em qualquer serviço desde que seja digno (Respondente 29)	
É muito bom, nós somos um grupo muito unido onde todos podem falar, dar idéias e sugestões (Respondente 30)	
A maneira como a pessoa é valorizada quanto ser humano (Respondente 31)	
Eu acho importante, queremos mudança (Respondente 32)	
De todas as experiências vividas essa é a mais rica e interessante (Respondente 33)	
Eu acho muito bom, pois somos um grupo excelente (Respondente 35)	
É ótimo (Respondente 36)	
Legal (Respondente 37)	
Seria bom (Respondente 38)	
Muito bom (Respondente 40)	
Eu acho muito bom, porque assim uma ensina a outra (Respondente 41)	

Quadro 4 - O que acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento)?

Fonte: Elaborado pela autora

As referências ficaram assim distribuídas: Garante os princípios de EPS – 27; Não garante os princípios de EPS – 11, demonstradas através do Gráfico 13.

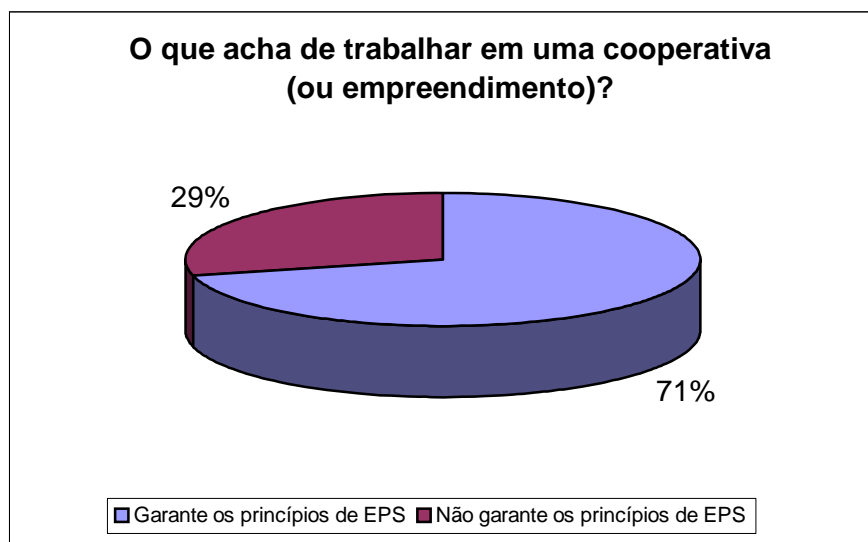


Gráfico 13 - O que acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento)?

Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 13 apresenta que dos 38 respondentes 27 (71%) acreditam que trabalhar num empreendimento garante os princípios de Economia Solidária e 11 (29%) acham que o empreendimento não garante.

Apesar dos índices apresentados anteriormente, gerados por desconhecimento ou insatisfação, 71% acreditam que um empreendimento é uma esperança de vida melhor, pois é isso que garante os princípios de Economia Solidária.

Os 29% que discordaram, em sua maioria, nos seus relatos deixaram claro que somente esperavam por trabalho, sem pensar em cooperação e solidariedade.

Na pergunta 7 do questionário, obteve-se uma avaliação dos entrevistados quanto a se sua vida está melhor ou pior do que antes da intervenção, apresentado do Gráfico 14.



Gráfico 14 - A vida está melhor ou pior do que antes da intervenção?

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 14, dos 41 entrevistados 30 (73%) considera que a vida melhorou após a intervenção e apenas 11 (27%) acreditam que piorou.

Mesmo com o resultado significativo apresentado no Gráfico 8, onde 49% dos 41 entrevistados responderam que deixariam o que fazem hoje caso recebessem uma proposta de trabalho com carteira assinada, agora 73% (desses mesmos 41) admitem que a sua vida melhorou após a intervenção.

Apesar de que para alguns participar de um empreendimento de Economia Solidária não lhes dá garantia de segurança e estabilidade, foram obrigados a admitir que o empreendimento no qual atuam hoje conseguiu lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Outro fator extremamente relevante nessa análise é que, conforme apresentado anteriormente no Gráfico 6 e Quadro 1, houve uma melhora significativa na renda atual dos entrevistados.

Com essa informação e os dados sobre gênero e faixa etária dos entrevistados, foi possível aprofundar o estudo sobre aqueles que consideram que a vida está melhor e os que consideram que a vida está pior.

No Gráfico 15 está apresentada a informação dos 30 respondentes que consideraram que a vida está melhor.

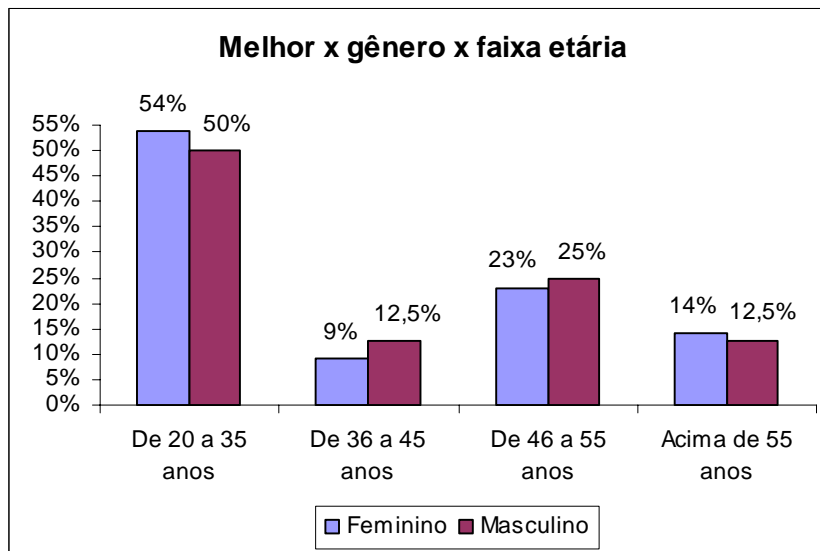


Gráfico 15 - Melhor x gênero x faixa etária
Fonte: Elaborado pela autora

Primeiramente aparece como destaque novamente as faixas etárias de 20 a 35 anos e de 46 a 55 anos, fato esse que já apareceu quando analisado se o entrevistado deixaria ou não o empreendimento.

A metade dos 30 entrevistados que responderam que a vida está melhor, tanto mulheres como homens, estão na faixa etária de 20 a 35 anos, sendo 12 mulheres (54%) e 4 homens (50%).

Se cruzar essa informação com a obtida no Gráfico 10, tem-se que o maior índice daqueles que não deixariam o empreendimento estão na faixa etária de 20 a 35 anos, inclusive apresentando o mesmo número de respondentes, 12 mulheres e 4 homens. Ocorre também com os que estão na faixa etária acima de 55 anos, onde apresentou o mesmo resultado 3 mulheres e 1 homem, mudando, é claro, os respectivos percentuais, que no Gráfico 15 são 14% e 12,5% respectivamente.

A faixa etária de 46 a 55 anos aqui se destaca como o segundo maior índice, com 5 mulheres (23%) e 2 homens (25%), apresenta novamente quase o mesmo índice para homens e mulheres. Essa faixa não foi citada no Gráfico 10, o que leva a crer que muitos daqueles que responderam que seriam capazes de sair do empreendimento por uma proposta de trabalho

com carteira assinada, reconhecem que a sua vida melhorou após a participação no empreendimento.

No Gráfico 16 estão apresentados os 11 entrevistados que acreditam que a vida ficou pior após a intervenção.

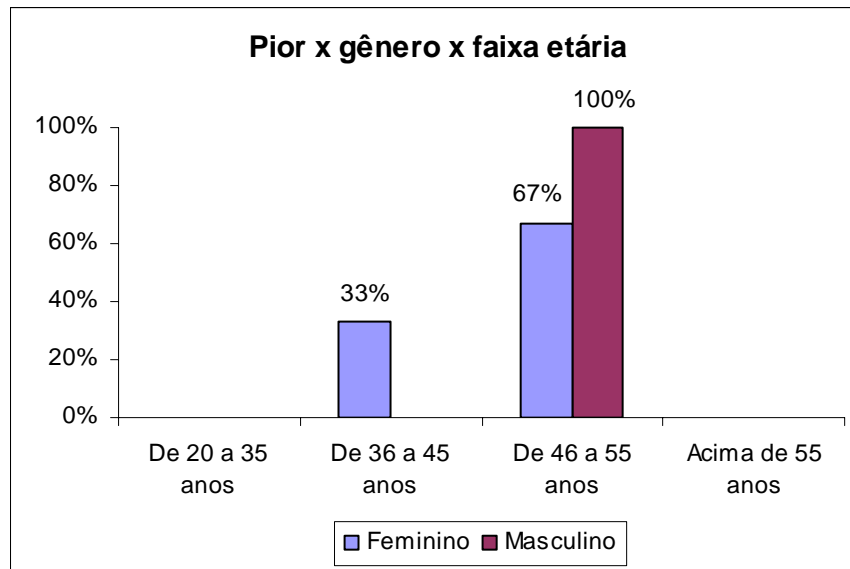


Gráfico 16 - Pior x gênero x faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora

82% dos respondentes estão na faixa etária de 46 a 55 anos, sendo 4 mulheres (67%) e 5 homens (100%). Aparece também 2 mulheres (33%) na faixa etária de 36 a 45 anos.

Essa informação comparada com a obtida no Gráfico 9, onde os entrevistados optaram por deixar o empreendimento, tem-se a mesma faixa etária como destaque (de 36 a 45 anos), o que diminuiu foi o número de respondentes, que para aquela situação eram 16 entre homens e mulheres e aqui se apresentam apenas 9.

O que se pode concluir, como já foi comentado anteriormente, é que muitos daqueles que fariam a opção de deixar o empreendimento, hoje, o empreendimento está lhe proporcionando uma vida melhor.

Nessa pergunta os entrevistados também justificaram o motivo de sua opção de resposta. Então, para analisar as justificativas, procedeu-se o agrupamento das idéias, para aqueles que responderam que a vida melhorou e para aqueles que responderam que a vida piorou.

Para os que responderam que a vida melhorou formou-se as seguintes categorias de análise.

- a) Menciona Realização (união/cooperação/aprendizagem/valorização)

- b) Menciona Trabalho e renda
- c) Menciona Outras

A categoria Realização buscou contemplar as idéias referentes a: valorização como pessoa, união e cooperação entre o grupo, oportunidade de aprendizagem e conquista da independência (não no aspecto financeiro, mas como condição de vida).

A distribuição por categorias, ficou constituída conforme mostra o Quadro 5.

MOTIVO PELO QUAL A VIDA ESTÁ MELHOR DO QUE ANTES DA INTERVENÇÃO		
Realização (união/cooperação/aprendizagem/ valorização)	Trabalho e renda	Outras citações
Hoje sou vista como gente (Respondente 02)	Porque estou ganhando mais (Respondente 11)	Me sinto bem (Respondente 38)
As reuniões proporcionavam troca de idéias (Respondente 05)	Porque a cooperunião rendeu um trabalho riquíssimo (Respondente 12)	É um meio de sentir ocupada (Respondente 39)
Apesar de não ser fácil trabalhar com grupo, acho que “chegaremos” lá (Respondente 06)	Estou trabalhando, e acho que melhorei como “pessoa” (Respondente 13)	Porque a gente tira o estresse e se alegra conversando com as amigas (Respondente 41)
Apesar de não ter arrumado trabalho, aprendi muita coisa nova. Até curso fiz (Respondente 08)	Agora tenho serviço quase todo o dia (Respondente 16)	
Me apeguei com o grupo (Respondente 09)	Porque estou ganhando mais (Respondente 20)	
Minha família até ficou mais unida (Respondente 10)	Eu acho que a gente tem serviço mais garantido (Respondente 24)	
Sempre estou aprendendo coisas novas (Respondente 14)	Hoje eu me sinto mais valorizada pelas companheiras e meu salário melhorou (Respondente 31)	
Aqui todos participam e vivem juntos, acho que isso é o que tem de melhor (Respondente 19)	Melhor, porque sempre fui dona de casa e hoje tenho salário e me sinto independente (Respondente 34)	
Aprender a viver comunitariamente (Respondente 21)	Eu era só dona de casa, escrava do lar, hoje me sinto realizada, estar conquistando minha independência (Respondente 35)	
Estou apostando quase que minha vida nessa participação e acho que vai dar certo (Respondente 25)		
Conversamos mais e aprendemos como é ser cooperativa (Respondente 26)		
Estou aprendendo e conhecendo pessoas que sabem dar valor ao trabalho do grupo (Respondente 28)		
Eu faço o que eu gosto, é um sonho que eu sempre tive e agora realizei (Respondente 30)		
Porque trabalhar como cooperada eu me sinto mais valorizada (Respondente 32)		
Minha situação financeira não mudou, mas estar junto com um grupo construindo independência, construindo-se enquanto sujeito é muito prazeroso (Respondente 33)		
Consegui fazer novas amizades e aprendi bastante coisas diferentes (Respondente 36)		
Eu não sabia fazer tricô e hoje eu sei fazer alguma coisa (Respondente 37)		
Conheci muitas pessoas diferentes e aprendi bastante coisa (Respondente 40)		

Quadro 5 - Motivo pelo qual vida está melhor do que antes da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferência tem-se: Realização –18; Trabalho e renda – 9; Outras citações – 3, conforme Gráfico 17.



Gráfico 17 - Motivo pelo qual a vida está melhor do que antes da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

Sabe-se que o ser humano, desde os primórdios da civilização, lutou para garantir a sua sobrevivência e do seu grupo. Isso significava atender as necessidades básicas.

As necessidades foram apresentadas pelo psicólogo americano Abraham Maslow, que as definiu num conjunto de cinco necessidades: fisiológicas (básicas), segurança, afeto, estima e auto-realização.

Os estudos identificaram que o homem só buscaria uma nova necessidade, respeitando a seqüência apresentada, se tivesse satisfeito a anterior, mesmo entendendo que as mesmas sempre continuarão a serem perseguidas, ou seja, o fato de satisfazer uma necessidade não a excluirá.

Dentro desse contexto, tem-se que a primeira necessidade a ser satisfeita é a fisiológica (básica), a qual pode-se dizer que hoje é garantida pela existência de renda (condições financeiras).

Sendo os participantes dos empreendimentos de Economia Solidária pessoas que não estão no mercado formal de trabalho, poderia se considerar que os mesmos buscariam, com maior intensidade, satisfazerem as suas necessidades primárias.

Porém, no Gráfico 17, a categoria trabalho e renda ficou em segundo plano, com 9 inferências (30%), enquanto a categoria Realização (união/cooperação/aprendizagem/valorização) apareceu com 18 inferências (60%).

Isso demonstra que aqueles que consideraram que a sua vida melhorou após a intervenção, acreditam e estão vivendo os princípios de Economia Solidária.

Para aqueles que responderam que a vida piorou formou-se as seguintes categorias de análise.

- a) Menciona Falta garantia (renda/trabalho/alguns tem privilégio)
- b) Menciona Obrigatoriedade de participação (reunião)
- c) Menciona Outras citações

A distribuição por categorias ficou constituída conforme mostra o Quadro 6.

MOTIVO PELO QUAL A VIDA ESTÁ PIOR DO QUE ANTES DA INTERVENÇÃO		
Falta garantia (renda/trabalho/alguns tem privilégios)	Reunião	Outras citações
Porque não tem salário fixo (Respondente 04)	Antes pelo menos fica em casa, agora tenho que vir em reunião (Respondente 01)	Nem vou que é para não me incomodar (Respondente 17)
Além de não arrumarem emprego, se não "participa" ficam olhando de cara feia (Respondente 07)	Perco mais tempo com reunião (Respondente 03)	
A gente não tem garantia nenhuma (Respondente 18)	Podia tomar uma cerveja e tem que ir em reunião (Respondente 15)	
Continuo do mesmo jeito, ganhando a mesma quantia (Respondente 22)		
Dão serviço para aqueles "amigos deles" (Respondente 23)		
Dinheiro que é o bom, ainda não vi (Respondente 27)		
Quando eu estava trabalhando o pouco que eu ganhava me ajudava muito (Respondente 29)		

Quadro 6 - Motivo pelo qual vida está pior do que antes da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferência tem-se: Falta garantia – 7; Reunião – 3; Outras citações – 1, conforme Gráfico 18.



Gráfico 18 - Motivo pelo qual a vida está pior do que antes da intervenção

Fonte: Elaborado pela autora

A falta de garantia teve 64% (7 respondentes). Essa garantia tem a ver com o fato de não conseguirem imediatamente trabalho e renda, e por acreditarem que alguns do grupo são privilegiados, e 3 respondentes (27%) se queixaram de ter que participar em reuniões.

Essas informações também apareceram no Quadro 4, onde se perguntou o que o entrevistado achava de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento). Aqueles que não estavam satisfeitos mencionaram a falta de trabalho, inclusive “alegando” que eles é que tinham que ir atrás de trabalho; e as reuniões que era necessário participarem, tempo que preferiam utilizar para outras coisas, principalmente lazer.

Fica claro que esse grupo ou não conseguiu assimilar o verdadeiro sentido do trabalho solidário ou se nega a participar dessa forma. Singer (1998) deixa claro que essas pessoas estão perdendo uma oportunidade de se reintegrar à vida produtiva por conta própria, de forma individual ou coletiva, sempre com comprometimento e responsabilidade.

Talvez o desejo dessas pessoas fosse de assistencialismo, de certa forma ganhar as coisas prontas, sem necessidade de terem que despendar dedicação, comprometimento, esforço, vontade de experimentar e aprender.

Para corroborar com a pergunta 7, elaborou-se a pergunta 8, na qual o entrevistado respondia se estava ciente ou não que a sua cooperativa (ou seu empreendimento) é apoiado(a) pela UNOCHAPECÓ. Todos os 41 entrevistados responderam que sim, que tinham conhecimento do acompanhamento feito pela ITCP ao seu empreendimento.

5.3.4 Proposta filosófica de economia popular solidária

Como apresentado na teoria, os empreendimentos, para que sejam voltados para o projeto de Economia Solidária, devem permitir e garantir a participação de todos no processo de decisão (gestão do empreendimento).

Singer (2002) defende que esses princípios de gestão devem garantir ao trabalhador uma vida melhor, conquistando dessa forma o seu espaço de participação plena na vida do empreendimento.

Dessa forma, analisaram-se os quatro princípios de gestão: valorização do trabalho sobre o excedente; remuneração; processo decisório; e a divisão do trabalho. Tais princípios uma vez utilizados no empreendimento confirmam que esse empreendimento é mesmo de Economia Popular Solidária.

Na seqüência, será apresentada a avaliação de cada um desses princípios, dentro da lógica do grupo entrevistado.

5.3.4.1 Valorização do trabalho sobre o excedente

A pergunta 10 possibilitou ao entrevistado identificar quem define como vai ser a partilha do excedente, conforme Gráfico 19.

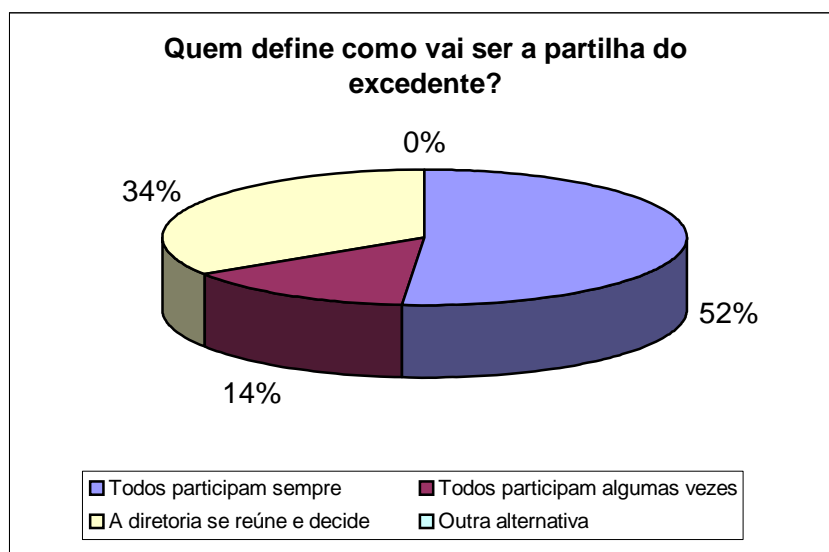


Gráfico 19 - Quem define como vai ser a partilha do excedente?

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 41 entrevistados, 35 responderam, 6 devolveram essa questão em branco.

Pode-se observar pelo Gráfico 19 que um pouco mais da metade dos entrevistados (52% - 18 entrevistados) responderam que todos participam da decisão sobre como será a partilha do excedente; 34% (12 entrevistados) disseram que é a diretoria que decide; e 14% (5 entrevistados) identificaram que todos participam algumas vezes.

O resultado apresentado não é o ideal, pois ainda existe uma grande parcela 34%, 12 dos 35 entrevistados, que identificaram que a decisão é feita pela diretoria. É importante salientar que dentro do princípio de gestão da valorização do trabalho sobre o excedente, é necessário que os integrantes do empreendimento participem da decisão de como será feita a divisão do resultado, seja ele positivo ou negativo.

A decisão não deve ser feita com a participação de parte dos associados ou somente a diretoria decidindo, ela deve ser com a participação, sempre, de todos e deve ser realizada em Assembléia.

Na pergunta 9, os 31 entrevistados responderam como é feita a partilha do excedente. Procedeu-se o agrupamento das respostas, formando as categorias de análise.

- a) Menciona Garante os princípios da EPS
- b) Menciona Não garante os princípios da EPS

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 7.

COMO É FEITA A PARTILHA DO EXCEDENTE?	
Utilizando os princípios de EPS	Não utilizando os princípios de EPS
Deve ser conforme cada um trabalha (Respondente 02)	Se alguém partilhou eu não recebi (Respondente 01)
É repartido em partes iguais (Respondente 04)	Nunca teve (Respondente 03)
Deve ser proporcional a participação de cada um (Respondente 06)	Não há excedente (Respondente 05)
Conforme cada um desempenha sua tarefa (Respondente 08)	Nós nunca tivemos dinheiro (Respondente 07)
Ia fica na cooperativa depositado e no final do ano o grupo iria dividir proporcional (Respondente 09)	Se alguém dividiu foi com os outros (Respondente 15)
Quem trabalha bastante ganha bastante, quem trabalha pouco tem que ganhar pouco (Respondente 10)	Mulher nunca viu dinheiro (Respondente 17)
Será proporcional ao que cada um produziu (Respondente 13)	Que eu saiba nunca sobrou nada (Respondente 18)
Cada um deve receber conforme se esforçou (Respondente 14)	Não tinha nenhum resultado (Respondente 22)
Igual para todos (Respondente 16)	Não teve sobra (Respondente 23)
Deverá ser como diz no Estatuto, discutido em assembléia (Respondente 19)	Primeiro tem que ter dinheiro para depois dividir (Respondente 27)
Dividir entre os que tem direito (Respondente 21)	
Com reunião de todos os cooperados (Respondente 24)	

Continua...

Continuação...

COMO É FEITA A PARTILHA DO EXCEDENTE?	
Utilizando os princípios de EPS	Não utilizando os princípios de EPS
Se sobrar, deverá se avaliar quanto cada um produziu e depois decidir no grupo se dá para o associado ou deixa na cooperativa (Respondente 25)	
Trabalhou tem direito, não trabalhou não tem (Respondente 26)	
Quando há trabalho os resultados são divididos entre os cooperados que trabalham (Respondente 28)	
Era dividido entre os membros da cooperativa (Respondente 29)	
A partilha é feita de forma igual por horas trabalhadas (Respondente 30)	
Dividida a sobra conforme o tempo trabalhado (Respondente 31)	
Trabalhamos com a partilha de horas. Pagamos as despesas e repartimos as sobras (Respondente 32)	
É feito controle administrativo e as sobras são partilhadas. A hora trabalhada tem o mesmo valor para todos os cooperados, independente do cargo ou função que exerce (Respondente 33)	
É contado as horas de cada uma e é dividido igual por hora, tanto costureira como auxiliar (Respondente 35)	

Quadro 7 - Como é feita a partilha do excedente?

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferências tem-se: Utilizando os princípios da EPS – 21; Não utilizando os princípios da EPS – 10, conforme Gráfico 20.

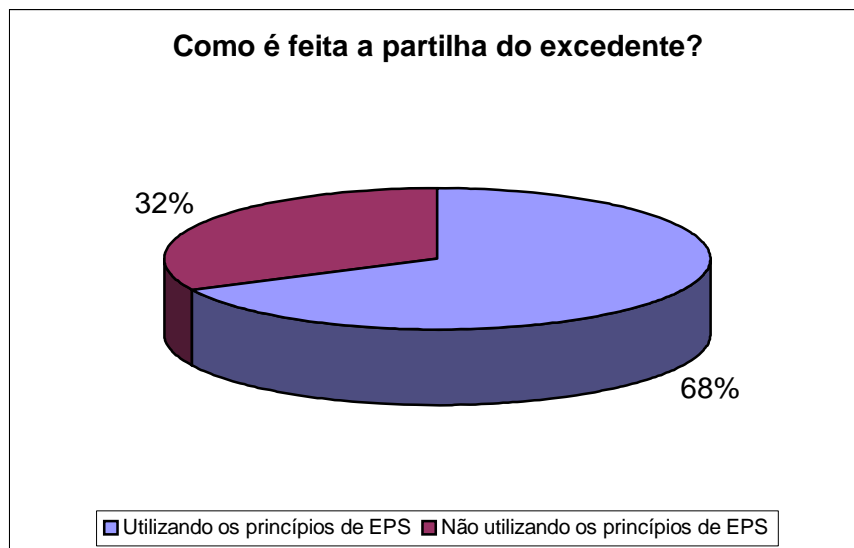


Gráfico 20 - Como é feita a partilha do excedente?

Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo com uma participação não integral das pessoas na decisão sobre a partilha do excedente, Gráfico 19, 68% dos entrevistados (21 respondentes) identificaram que na partilha do excedente são utilizados os princípios de Economia Solidária, os 32% (10 entrevistados) que identificaram que não é utilizado o princípio, na verdade manifestaram-se dizendo que

não houve excedente, ou seja, não ocorreu partilha. Foram poucas, mas houve manifestações dizendo que, se ocorreu partilha, eles não ficaram sabendo.

Cabe salientar que o valor central é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital e sua propriedade. Se todos participarem da decisão sobre a partilha do excedente e o trabalho for mais valorizado que o capital, será possível garantir uma partilha mais equilibrada, sendo mais justa a distribuição da renda.

5.3.4.2 Remuneração

Na pergunta 12 o entrevistado identificou quem define como vai ser a remuneração, conforme Gráfico 21.

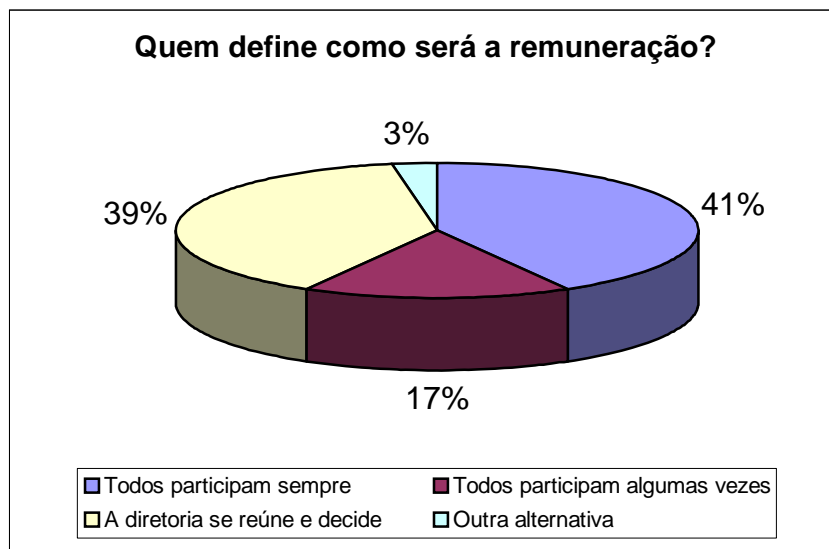


Gráfico 21 - Quem define como será a remuneração?

Fonte: Elaborado pela autora

No Gráfico 21 houve uma divisão bem significativa de quem define como será a remuneração onde 41% (16 entrevistados) disseram que todos participam sempre; 39% (14 entrevistados) que é a diretoria quem decide; e 17% (6 entrevistados) que todos participam algumas vezes. Ou seja, isso demonstra que a participação no processo de decisão não é efetiva.

Um empreendimento deve ser capaz de se organizar, produzir e remunerar seus integrantes de forma justa. Cada empreendimento decide com será a retirada de seus associados, se receberão de forma igual ou não. Por isso, é imprescindível que as pessoas estejam presentes na hora de decidir como será a remuneração e não deixem isso para aqueles

que estão na coordenação do empreendimento ou que julgam que têm mais conhecimento sobre o assunto.

A remuneração deve ser capaz de gerar vida digna, que, segundo Singer (2002), é ter liberdade de escolha, autonomia e participação plena no processo de decisão.

Na pergunta 11, os 32 entrevistados responderam como se decide qual a remuneração que cada um vai receber. Procedeu-se o agrupamento das respostas, formando as categorias de análise.

- a) Menciona Utilizando os princípios da EPS
- b) Menciona Não utilizando os princípios da EPS

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 8.

COMO SE DECIDE QUAL A REMUNERAÇÃO QUE CADA UM VAI RECEBER?	
Utilizando os princípios de EPS	Não utilizando os princípios de EPS
Deve ser conforme o que trabalhou (Respondente 02)	Nós mulheres nunca recebemos nada (Respondente 01)
Em assembleia (Respondente 04)	Acho que nem sabem como fazer (Respondente 03)
Se houvesse renda comum seria dividida igualmente entre todos em assembleia (Respondente 05)	O presidente paga do "jeito" dele (Respondente 06)
Um sempre queria mais que o outro, deveria ser proporcional ao trabalho desenvolvido (Respondente 09)	Elas pagam como querem (Respondente 07)
O grupo se reúne e discute como será (Respondente 10)	O pessoal não ajuda muito para decidir (Respondente 08)
Conforme a renda (Respondente 12)	Deixam o presidente sozinho para decidir (Respondente 13)
É conforme trabalha (Respondente 14)	No fundo quem decide é o presidente (Respondente 15)
Todos discutem para chegar num acordo (Respondente 19)	Acho que não tem muito critério, é conforme a cara da pessoa (Respondente 16)
Por quantia trabalhada cada 30 dias (Respondente 22)	Se tiver trabalho deve receber (Respondente 17)
É conforme desempenha, com base no que foi acertado com o cliente (Respondente 25)	O pessoal mais sabido é que decide (Respondente 18)
Todos são convocados p/reunião e ali tomamos decisões e o que cada um vai receber. Dentro da ordem de trabalho (Respondente 28)	Não houve muita conversa (Respondente 21)
Nós nos reuníamos e conversávamos, pois éramos muito unidos (Respondente 29)	Eu nem sei se recebo certo (Respondente 23)
É somado as horas trabalhadas e dividimos em preço por horas (Respondente 30)	A diretoria se reúne e vão decidir o salário de cada funcionário (Respondente 24)
Decidiu as sobras pelas horas trabalhadas (Respondente 31)	Precisava discutir mais (Respondente 26)
Depende do que produzimos, quando temos mais trabalho repartimos mais, quando temos menos trabalho repartimos o que dá (Respondente 32)	Eles pagam o que querem (Respondente 27)
A definição é feita pelo resultado mensal (Respondente 33)	
As sobras são partilhadas pela hora trabalhada (Respondente 34)	

Quadro 8 - Como se decide qual a remuneração que cada um vai receber?

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferências tem-se, pela ordem decrescente: Utilizando os princípios da EPS – 17; Não utilizando os princípios da EPS – 15, conforme Gráfico 22.

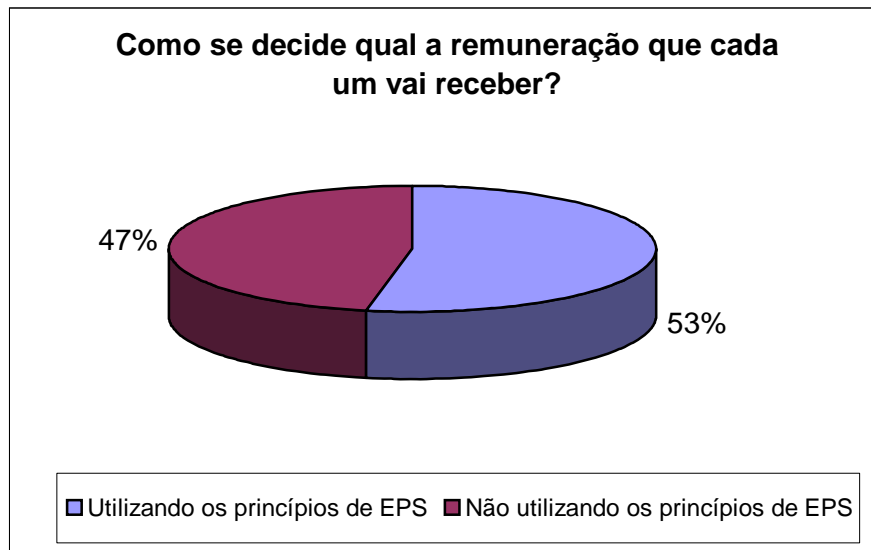


Gráfico 22 - Como se decide qual a remuneração que cada um vai receber?

Fonte: Elaborado pela autora

Essa análise também reforça que a decisão não está sendo feita de forma adequada, pois um pouco mais da metade dos entrevistados (53% - 17 respondentes) dizem que os princípios de Economia Solidária são utilizados quando se decide qual a remuneração que cada um vai receber, 15 entrevistados (47%) acham que isso não ocorre, justificando inclusive que o pagamento é feito de maneira extremamente aleatória, sem critérios, gerando no associado dúvida se o mesmo está recebendo corretamente.

Quando o associado conhece o princípio, como demonstrado no Quadro 8, mas mesmo assim não tem uma participação mais efetiva, com certeza estará correndo o risco de que a remuneração não esteja sendo feita de forma justa. Somente a participação efetiva é que garantirá a discussão e a decisão comum.

A proposta da Economia Solidária é proporcionar uma melhor distribuição de renda, reforçando o desenvolvimento sustentável e a participação de todos nos resultados provenientes da atividade econômica.

5.3.4.3 Processo decisório

Para que fosse possível analisar como se dá o processo decisório nos empreendimentos, perguntou-se aos entrevistados sobre dois acontecimentos comuns no cotidiano dos mesmos, a admissão e afastamento de associados.

O Gráfico 23 apresenta o resultado da pergunta: Quem define sobre admissão; e o Gráfico 24 a pergunta: Quem define sobre o afastamento.

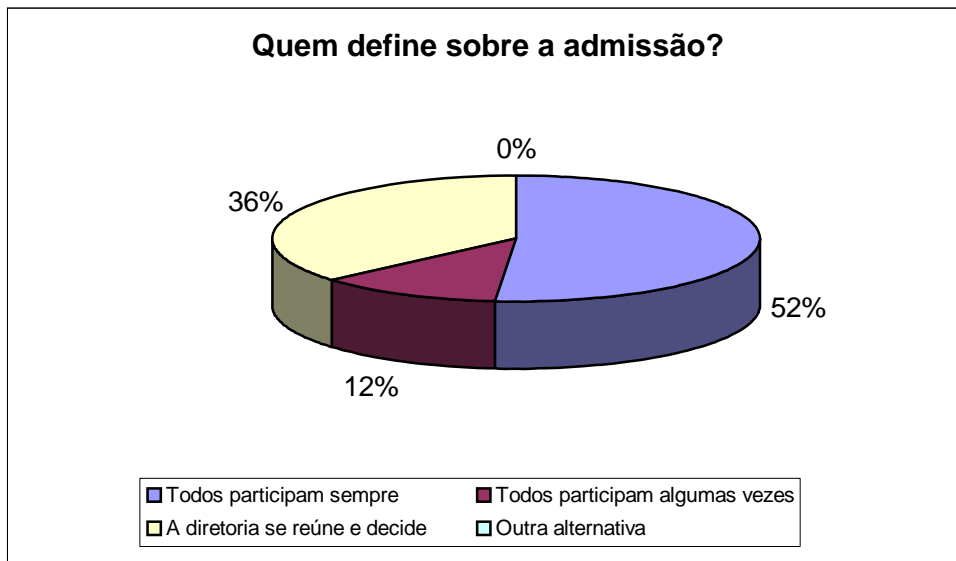


Gráfico 23 - Quem define sobre a admissão?

Fonte: Elaborado pela autora

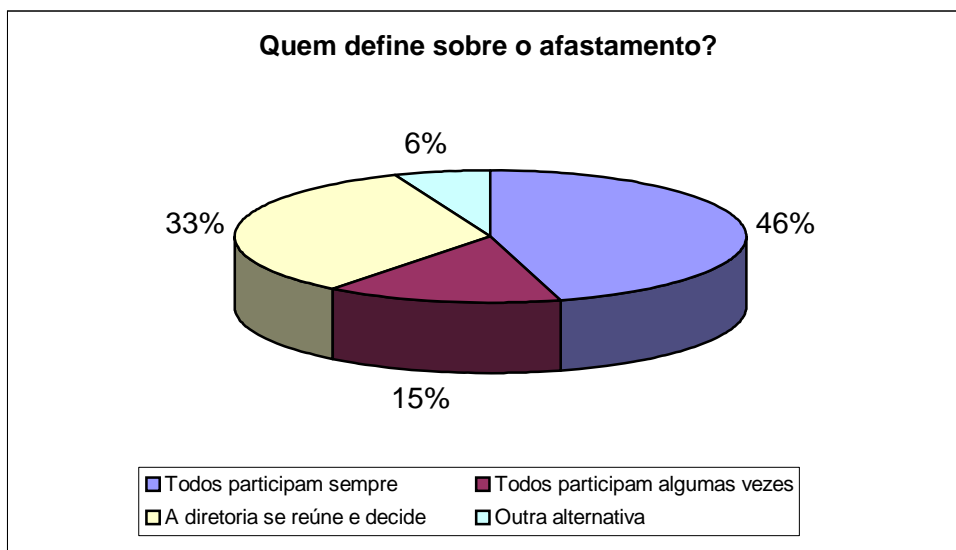


Gráfico 24 - Quem define sobre o afastamento?

Fonte: Elaborado pela autora

Achou-se mais conveniente fazer as análises dos dois gráficos juntos, pois existe quase que um equilíbrio nos índices. A participação sempre de todos no processo de admissão contou com 52% (17 entrevistados) e no afastamento 46% (15 entrevistados); a decisão sendo da diretoria apareceu 36% (12 entrevistados) na admissão e 33% (11 entrevistados) no afastamento. A participação esporádica (algumas vezes) para o caso de admissão foi de 12% (4 entrevistados) e 15% (5 entrevistados) nos afastamentos.

O resultado novamente demonstra a fragilidade da participação na gestão do empreendimento. É preciso, no processo de decisão, garantir a transparência, a solidariedade e

o interesse social combinado com os interesses individuais. É através da participação na gestão do empreendimento que as oportunidades de igualdades acontecem.

Nunca se deve esquecer que num empreendimento de Economia Solidária as pessoas são as mãos que produzem e as cabeças que gestionam todo o empreendimento

Na pergunta 13, os entrevistados responderam como se decide sobre a admissão de novos membros. Foram 28 respondentes. Procedeu-se o agrupamento das respostas, formando as categorias de análise.

- a) Menciona Utilizando os princípios da EPS
- b) Menciona Utilizando, parcialmente, os princípios da EPS

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 9.

COMO SE DECIDE SOBRE A ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS?	
Utilizando os princípios da EPS	Utilizando, parcialmente, os princípios da EPS
Por assembleia (Respondente 05)	Só se fizer curso (Respondente 01)
Tem que aguardar e fazer o curso, o grupo decide (Respondente 06)	Tem que passar pelo curso que nós passamos (Respondente 02)
Acho que só se a gente deixar, discutido em reunião (Respondente 07)	Só depois do curso (Respondente 03)
Pede para entrar e espera fazer o curso, depois o grupo de reúne e chama (Respondente 08)	Tem que saber as mesmas coisas que nós (Respondente 10)
Se reúnem (Respondente 12)	Só depois que tiver sido capacitado pela ITCP (Respondente 13)
A ITCP capacitará, depois a gente decide (Respondente 14)	Só com o curso feito (Respondente 16)
Tem que fazer reunião e curso, o grupo decide (Respondente 15)	Só depois de fazer a preparação (Respondente 17)
Se inscreve, faz a preparação (como nós) e a assembleia decide (Respondente 19)	Quando tiver feito o curso (Respondente 18)
Com reunião de todos os cooperados, com votação da maioria (Respondente 24)	Quando estão formado na cooperativa (Respondente 21)
Pede para participar, faz a preparação com a ITCP e depois a assembleia decide (Respondente 25)	Com curso (Respondente 23)
Faz curso e espera ser chamado pelo grupo (Respondente 27)	Depois de preparado (Respondente 26)
É convocada uma assembleia para que todos deem sua opinião sobre o assunto (Respondente 28)	
Nós nos reunimos e conversávamos entre os membros (Respondente 29)	
Todos os associados decidem junto e nós avaliamos a ideia de cada um (Respondente 30)	
Todos participam da decisão (Respondente 32)	
Definimos algumas regras pelo próprio estatuto. Buscamos pessoas que tenham afinidade com a proposta (Respondente 33)	
Em grupo, alguém com formação e que conheça um pouco o que é cooperativismo (Respondente 35)	

Quadro 9 - Como se decide sobre a admissão de novos membros?

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferências tem-se, pela ordem decrescente: Utilizando os princípios da EPS –17; Utilizando parcialmente os princípios da EPS –11, conforme Gráfico 25.

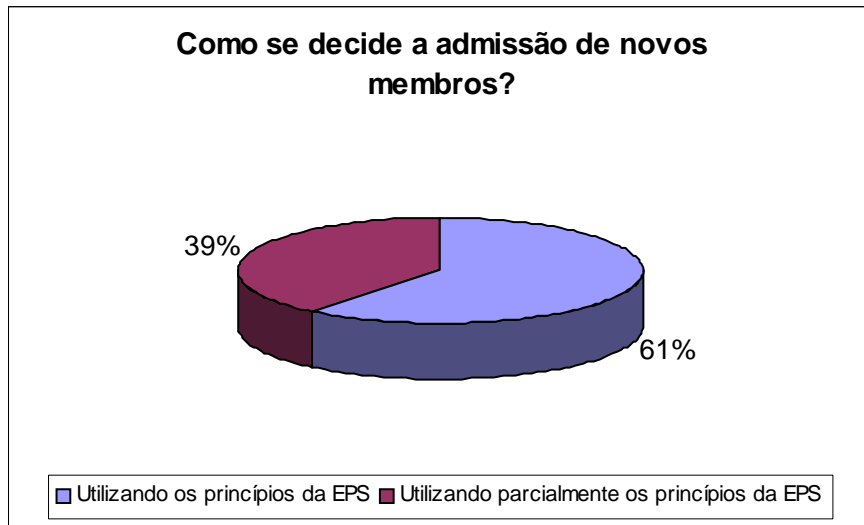


Gráfico 25 - Como se decide sobre a admissão de novos membros?

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar dos índices apresentados no Gráfico 23 (Admissão), o resultado quanto a como se decide a admissão de novos membros, demonstra que o grupo tem um bom conhecimento sobre os princípios de Economia Solidária, pois 61% (17 entrevistados) estão na categoria que os princípios de Economia Solidária são utilizados e 39% (11 entrevistados) responderam que os mesmos são parcialmente utilizados.

Considera-se uma avaliação positiva, pois não houve a identificação de não serem respeitados os princípios de Economia Solidária. Os que identificaram que a utilização é parcial, ficaram nessa categoria porque não mencionou, na sua justificativa, que é imprescindível que o grupo se reúna para a tomada de decisão.

Na pergunta 15, os 31 entrevistados responderam como acontece o afastamento de algum membro. Procedeu-se o agrupamento das respostas, formando as categorias de análise.

- a) Menciona Utilizando os princípios da EPS
- b) Menciona Não utilizando os princípios da EPS
- c) Menciona Outras citações

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 10.

COMO ACONTECE O AFASTAMENTO DE ALGUM MEMBRO?

Utilizando os princípios da EPS	Não utilizando os princípios da EPS	Outras citações
Depende do motivo da saída (Respondente 03)	Se quiser sair é difícil (Respondente 01)	Ninguém desistiu por enquanto (Respondente 02)
Deveria ser em assembléia (Respondente 04)	Sai a hora que quer, não precisa dar justificativa (Respondente 07)	Não teve (Respondente 29)
Combinado por todos (Respondente 05)	As mulheres se afastaram pela demora de “aparecer” serviço (Respondente 09)	
Conforme estatuto (Respondente 06)	Se quiser, ninguém vai prender (Respondente 10)	
Só como prevê o estatuto (Respondente 08)	Sai quando bem entender (Respondente 15)	
Com reunião (Respondente 12)	É só pedir e pronto (Respondente 17)	
Tem que justificar, aí o grupo decide (Respondente 13)	Basta querer (Respondente 18)	
Se quiser a gente avalia (Respondente 14)	Saíram por conta própria (Respondente 22)	
Pode sair, mas tem que cumprir a lei do grupo (Respondente 16)	Se é para incomodar, melhor sair (Respondente 23)	
Tem que seguir o que diz o estatuto (Respondente 19)	Ninguém pode prender ninguém (Respondente 27)	
Conforme o estatuto (Respondente 21)	Quando a pessoa não tem espírito de cooperação e isso é difícil para o grupo (Respondente 30)	
Com reunião de todos os sócios da cooperativa (Respondente 24)	Nunca afastamos ninguém que saiu, foi por conta própria (Respondente 35)	
Pede para sair, a gente avalia o que diz o estatuto e decide em assembléia (Respondente 25)		
O estatuto diz como é (Respondente 26)		
Em assembléia geral e com a participação de todos associados e coordenação (Respondente 28)		
O grupo avalia se deve ou não o afastamento (Respondente 31)		
Algumas regras são estatutárias, outras poderão ser criadas por regimento interno (Respondente 33)		

Quadro 10 - Como acontece o afastamento de algum membro?

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferências tem-se, pela ordem decrescente: Utilizando os princípios da EPS – 17; Não utilizando os princípios da EPS – 12; Outras citações – 2, conforme Gráfico 26.

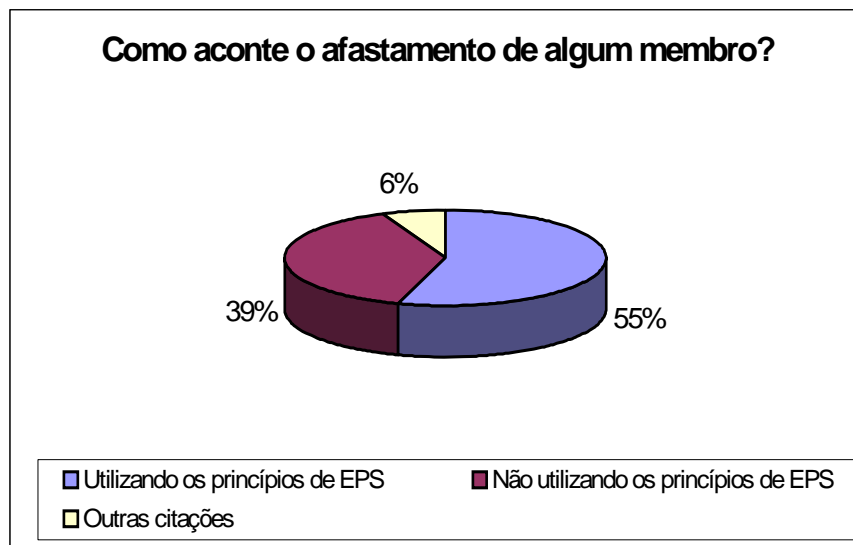


Gráfico 26- Como acontece o afastamento de algum membro?

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação a quem decide o afastamento (Gráfico 24), o nível de conhecimento e aplicabilidade dos participantes do empreendimento não está adequado.

O Gráfico 26 apresenta a seguinte informação com relação a como acontece o afastamento: 55% (17 respondentes) entendem que os princípios são utilizados e 39% (12 respondentes) identificam que não. Pelas respostas do grupo que acredita que não são utilizados os princípios de Economia Solidária, a maioria demonstra desconhecer quais sejam os princípios a serem utilizados. Eles deixaram claro que acreditam que basta apenas que a pessoa deseje se afastar do empreendimento, não sendo necessária nenhuma regra a ser seguida.

A participação no processo de decisão sobre o afastamento, apresentada no Gráfico 24, onde se identifica que todas as formas de “quem decide” tiveram a sua incidência, ou seja, a participação dos membros não é efetiva, com certeza gera um desconhecimento dos princípios por parte dos mesmos.

Finalizando a análise do Processo de Decisão, foi possível identificar que os integrantes do empreendimento ou não estão fazendo valer seu direito à participação ou, como identificado na teoria, não participam (se manifestam) porque já carrega do passado o estigma que não tinham essa oportunidade, ou ainda por acharem que sua opinião não faz diferença, ou pior, decidir não é problema deles.

No trabalho de pesquisa realizado por Carrion *et al.* (2004) em RECOOPERE, Curitiba (PR), os entrevistados também demonstraram baixo interesse pelas Assembléias em que são tomadas as decisões.

Jamais se deve esquecer que o processo decisório é a alma do projeto solidário. A gestão se dá através da participação em reuniões, assembléias e em todas as ações do dia-a-dia do empreendimento, assim as pessoas estarão exercitando a democracia, o exercício do poder coletivo.

Entenda-se democracia como a capacidade e o poder de decisão sobre tudo aquilo que acontece no empreendimento.

Costa e Carrion (2005) defendem que um empreendimento autogerido, marcado por valores de participação e cooperação, acabará com qualquer tipo de gestão, que tenha como proposta legitimar a centralização do poder de decisão nas mãos de uma minoria intelectual.

5.3.4.4 Divisão do trabalho

As pessoas devem estar organizadas para produzir ou prestar serviço, cada um deve desempenhar uma atividade que atenda ao coletivo. Nesse tipo de empreendimento, não existe padrão, a divisão do trabalho deve ocorrer de forma consensual e equilibrada.

Na pergunta 18 o entrevistado identificou quem define sobre a divisão do trabalho, conforme Gráfico 27.

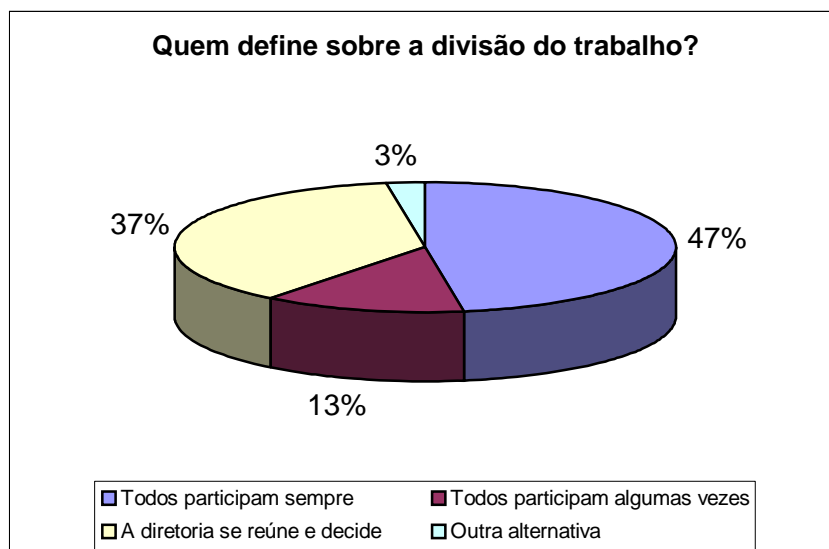


Gráfico 27 - Quem define sobre a divisão do trabalho?

Fonte: Elaborado pela autora

Novamente acontece uma divisão significativa das formas de decisão: 47% (18 entrevistados) acham que todos participam sempre; 37% (14 entrevistados) dizem que é a diretoria; e 13% (5 entrevistados) relacionam que participam algumas vezes.

Mais uma vez demonstra que o membro do grupo omite-se na participação da decisão, motivo esse que provavelmente causa tantas reclamações e desconfortos dos mesmos.

Alguns trabalhadores não têm a compreensão do significado de trabalho de forma cooperativa, fato esse gerado, muitas vezes, por manter a forma tradicional de divisão do trabalho. Isso pode comprometer a gestão democrática e a disciplina.

Na pergunta 17, os entrevistados (36) responderam como é feita a divisão do trabalho (quem vai fazer o quê). Procedeu-se o agrupamento das respostas, formando as categorias de análise.

- a) Menciona Utilizando os princípios da EPS
- b) Menciona Não utilizando os princípios da EPS

Transcreveram-se as respostas dos entrevistados, citando-as dentro da respectiva categoria de análise, conforme Quadro 11.

COMO É FEITA A DIVISÃO DO TRABALHO?	
Utilizando os princípios da EPS	Não utilizando os princípios da EPS
Sempre pediam quem podia e aí o grupo decidia (Respondente 02)	Para nós não era muito justa (Respondente 01)
Cada um na sua profissão (Respondente 04)	Conforme a "amizade" (Respondente 03)
Entre os sócios seriam divididas as tarefas (Respondente 05)	Existia um grupo que tinha algumas "preferências" (Respondente 06)
É colocado a vaga, e se analisa os interessados (Respondente 08)	Se tivesse trabalhado, talvez saberia (Respondente 07)
É bastante discutido no grupo (Respondente 10)	Nem todos eram avisados, dependia de quem "contratava" o trabalho. Houve "ataque" ao trabalho dos outros, nem todos eram avisados, tirando a oportunidade igual para todos. (Respondente 09)
Conforme a habilidade de cada um (Respondente 12)	Os mais "chegados" tem mais vez (Respondente 15)
O grupo se reúne e vê quem é a melhor pessoa para a atividade (Respondente 13)	Eu muitas vezes não fui consultado (Respondente 18)
O grupo sempre decide junto (Respondente 14)	Fazíamos o que o presidente mandava (Respondente 22)
Conforme a necessidade, vê quem se enquadra (Respondente 16)	Tem vez que a gente nem fica sabendo (Respondente 23)
Vê, quem ta com vontade vai, discutem antes (Respondente 17)	O presidente ou qualquer um da diretoria (Respondente 24)
Todos os interessados se reúnem e decidem (Respondente 19)	Convidam aqueles que eles querem (Respondente 27)
Se fosse o caso o grupo julgava (Respondente 21)	
Conforme o serviço, reúne o grupo e discute como se fará a divisão das tarefas (Respondente 25)	
Se necessita alguém, convoca o grupo e decide (Respondente 26)	
Nos reunimos e quando não há trabalho para todos, vão trabalhar quem está disponível (Respondente 28)	
Uns lavavam os vidros, outros as paredes, outros o chão (Respondente 29)	
Aqui todos trabalham juntos, ninguém escolhe serviço (Respondente 30)	
O grupo (Respondente 31)	

Continua...

Continuação...

COMO É FEITA A DIVISÃO DO TRABALHO?	
Utilizando os princípios da EPS	Não utilizando os princípios da EPS
Quem tem mais habilidade do trabalho que se faz, assim se distribui as tarefas. Mas temos oportunidade de aprendermos tudo, se quisermos, depende dos momentos quando estamos com mais serviço ou menos (Respondente 32)	
Levamos em conta a necessidade, as diferentes habilidades e a produtividade. Mas também, fazemos alternâncias levando em conta as doenças provocadas por tarefas repetitivas (Respondente 33)	
O que cada um se habilita a fazer (Respondente 34)	
Toda segunda-feira pela manhã a gente se reúne e distribui as tarefas, o que for mais urgente (Respondente 35)	
Faz por quem corta (Respondente 38)	
Em grupo (Respondente 39)	
Sim porque a gente gosta e quer aprender, conversando em grupo (Respondente 41)	

Quadro 11 - Como é feita a divisão do trabalho?

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de quantidade de inferências tem-se, pela ordem decrescente: Utilizando os princípios da EPS – 25; Não utilizando os princípios da EPS – 11, conforme Gráfico 28.

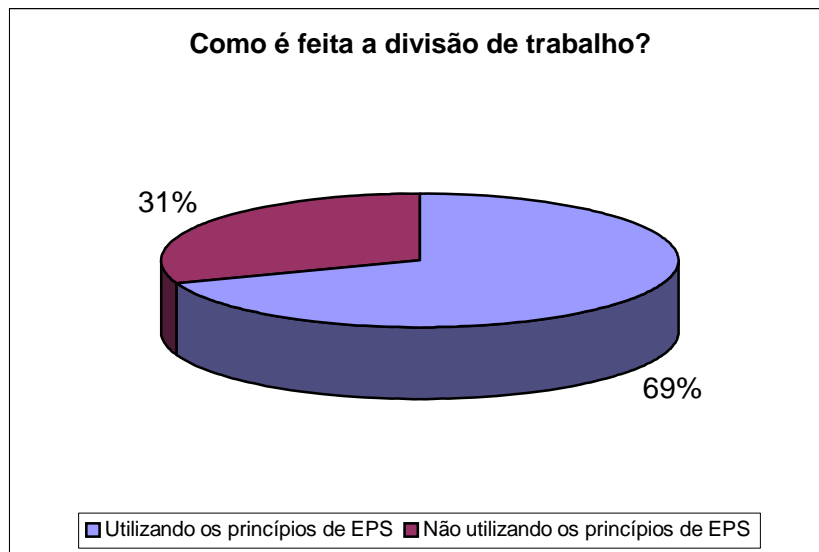


Gráfico 28 - Como é feita a divisão do trabalho?

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar do bom índice 69% (25 entrevistados) estar na categoria de que são utilizados os princípios de Economia Solidária para fazer a divisão do trabalho e somente 31% (11 entrevistados) acharem que não é utilizado, apareceu relatos sérios identificando que houve manifestação de preferências quando da escolha para o trabalho, em detrimento de outros companheiros e que alguns nem eram consultados sobre os serviços.

Não se pode deixar de considerar que, nos empreendimentos, as pessoas são diferentes (idade, grau de instrução, experiência etc.), mas, com certeza, as atividades a serem

desenvolvidas também são. Por isso, não é admissível haver preferências. É necessário saber combinar os fatores. Nunca se deve esquecer que um bom trabalho se faz com competência, mas é extremamente necessária a cooperação e ajuda mútua.

6 CONCLUSÕES

A partir dos objetivos propostos e do estudo de campo realizado, apresentam-se as considerações finais, considerando que o propósito dessa pesquisa foi analisar se o apoio prestado pela ITCP da UNOCHAPECÓ às cooperativas e empreendimentos, identificados como o Movimento de Economia Popular e Solidária, está contribuindo para a geração de trabalho e renda dos trabalhadores dessas organizações.

A princípio, a escolha dos empreendimentos, objeto desse estudo, deveria ser o mais antigo e um em processo de extinção (ou extinto). Como uma das cooperativas atendia os dois requisitos, definiu-se por fazer a pesquisa com todos os empreendimentos que receberam a intervenção da ITCP. Mas, conforme justificado no item “Limitação da Pesquisa”, isso não foi possível, viabilizando, dessa forma, somente três empreendimentos para serem pesquisados.

O estudo de caso foi realizado em duas cooperativas populares (uma de confecção e outra de construção civil e serviços gerais) e um grupo de artesanato (tricô e crochê), totalizando 53 pessoas. Os questionários foram entregues a todos e respondidos no período de fevereiro a março de 2006, sendo que retornaram 41 questionários (77,36%).

No grupo pesquisado houve predominância do sexo feminino, 68% dos entrevistados. Quanto à faixa etária houve destaque para duas, de 20 a 35 anos e de 46 a 55 anos, sendo que no total das mulheres pesquisadas o maior índice (43%) pertence à faixa etária de 20 a 35 anos, já para os homens a incidência está na faixa etária de 46 a 55 anos (54%).

O primeiro objetivo da pesquisa: **Verificar se após o início da assessoria prestada pela ITCP houve flutuação na renda dos integrantes dos empreendimentos por ela apoiados e, nesse caso, qual o sentido dessa flutuação**, foi respondido através das demonstrações gráficas, nas quais se percebeu que houve um aumento significativo na renda dos participantes após a intervenção.

Através de uma simulação comparativa, obteve-se uma renda média mensal de R\$486,45 antes da intervenção e R\$544,38 após. Inclusive três associados se manifestaram respondendo que antes da intervenção não tinham renda.

A renda se mostrou variável, tanto antes da intervenção (81%), como depois (86%), o que é considerado normal em empreendimentos de Economia Solidária, uma vez que não

existe salário e as pessoas recebem por aquilo que produzem e com base no desempenho (resultado) dos serviços prestados pelo empreendimento.

Quando solicitado se os participantes deixariam o trabalho caso recebessem uma proposta de trabalho com carteira assinada, 51% responderam que não deixariam. Outro dado interessante é que 71% dos entrevistados consideram que trabalhar numa cooperativa (ou empreendimento) garante os princípios de Economia Solidária, onde um dos principais é o trabalho e renda. Ainda na pergunta se a vida está melhor ou pior do que antes da intervenção, 73% responderam que está melhor.

Com relação ao segundo objetivo: **Investigar se os trabalhadores identificam mudanças em suas vidas associadas ao fato de estarem atuando de modo associativo, e descrevê-las**, observou-se, como comentado anteriormente, que se recebesse uma proposta para trabalhar com carteira assinada 51% não deixariam o empreendimento, alegando que eles têm um ideal e estão seguindo, mesmo com as dificuldades, pois a união e a cooperação podem superar mais facilmente os problemas. Responderam também que é bom saber que é “dono” do que é seu e que todos têm direitos iguais, sendo que a garantia dos direitos é o grupo que constrói.

Os 49% que deixariam o empreendimento justificaram que os principais motivos são renda e direitos trabalhistas, pois acreditam ser muito importante ter um salário fixo (certo) e carteira assinada, reclamaram da falta de trabalho na cooperativa, que segundo os entrevistados a cooperativa não arrumou trabalho para eles. Ficou claro que não percebem a garantia de direitos no empreendimento e acreditam que no trabalho formal isso é certo.

Para poder responder também ao segundo objetivo da pesquisa, perguntou-se o que o associado acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento), onde 71% responderam que no empreendimento que estão os princípios de Economia Solidária são garantidos. Justificaram sua resposta através de inferências como: mais valorização, trabalho digno, desafio, aprendizagem, segurança, mais resultado (lucro), solidariedade/união (trabalho em grupo), acreditar na proposta (esperança) e participação.

Com relação a estar a vida hoje melhor ou pior do que antes da intervenção, 73% responderam estar melhor, uma vez que possui reconhecimento; existe participação; união e solidariedade (trabalho em grupo); é possível a aprendizagem; acreditam na luta por um ideal; e melhorou a renda, com conquista e garantia de trabalho, gerando independência.

Dessa forma, conclui-se que os respondentes acreditam que o trabalho em uma cooperativa (ou empreendimento) é positivo, principalmente porque a mudança gerada na vida dos mesmos foi significativa, levando em conta que 73% afirmam que sua vida está melhor depois da intervenção e 71% entendem que o empreendimento lhes dá a garantia dos princípios de Economia Solidária, os quais são: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Para responder ao terceiro objetivo: **Investigar os princípios de administração subjacentes às práticas de gestão da produção e de pessoas nas cooperativas (empreendimentos) assessoradas pela ITCP UNOCHAPECÓ**, utilizou-se a análise dos princípios de gestão: valorização do trabalho sobre o excedente; remuneração; processo decisório; e a divisão do trabalho.

Essa análise possibilita saber se os empreendimentos são ou não de Economia Solidária.

Quanto à **Valorização do Trabalho Sobre o Excedente**, no momento de decidir como será a partilha do excedente (sobra) somente 52% participam sempre. Porém com relação a como é feita a partilha do excedente, 68% responderam que são utilizados os princípios de Economia Solidária, e dos 32% que responderam que os princípios não são utilizados, 6 dos 10 respondentes disseram que não houve excedente para ser partilhado.

Quanto à **Remuneração**, a participação total dos associados acontece em 41% dos casos em 39% a diretoria é que decide.

A remuneração é um fator que varia de empreendimento para empreendimento, cada um adota a forma que esteja mais adequada a sua realidade.

No caso da pesquisa, os resultados mostram que isso fica muito prejudicado, pois a participação de todos é baixa, o que poderá acarretar num salário não muito justo.

Os próprios entrevistados relatam que não existe muito critério, ou a própria diretoria é que decide, sem consultar o grupo. Existe inclusive a informação de não saber se está recebendo corretamente.

Na pesquisa realizada por Carrion *et al.* (2004), em seis grupos que pertencem ao Fórum Municipal de Economia Popular Solidária da Prefeitura de Cachoeirinha (RS), os entrevistados relataram que, com relação à divisão de ganhos, o discurso democrático e participativo não consegue ocultar a existência de hierarquia e privilégios, o que gera

desconforto e insatisfação. Na mesma pesquisa realizada pelos autores, porém na RECOOPERE, cooperativa de catadores de resíduos sólidos em Curitiba (PR), os pesquisados responderam que o critério utilizado é a produtividade individual.

Com relação ao **Processo Decisório**, no caso de admissão de associados, 52% participam sempre da decisão. Com relação a como se decidem sobre a admissão de novos membros, 61% disseram ser utilizado os princípios de Economia Solidária, os outros 39% identificaram como ocorre o processo de admissão, apenas não mencionaram que além da capacitação daqueles que querem ingressar, deve haver uma reunião (grupo) para decidir a admissão.

O que se conclui é que existe o conhecimento dos princípios por parte de todos os entrevistados (com relação à admissão), principalmente considerando que a maior preocupação dos mesmos é que as pessoas antes de integrarem o grupo sejam capacitadas em Economia Solidária. Tal preocupação é assinalada por Grade e Aued (2003), quando argumentam que é necessário que novos sócios passem sempre por estágios probatórios.

Já no caso do afastamento de associados, 46% responderam que sempre há participação de todos no processo de decisão e 33% disseram que é a diretoria que decide.

Esse indicador não está muito adequado, porque ao comentar como acontece o afastamento, 39% demonstraram não conhecer os princípios de Economia Solidária, sendo que para eles basta que a pessoa deseje sair. É claro que não se admite a possibilidade do associado não ter direito a sair de forma voluntária, porém deve haver uma justificativa mínima para tal e uma reunião (grupo) para analisar a solicitação.

Informações importantes que apareceram nos relatos dos afastamentos é que as pessoas que se afastaram dos empreendimentos foi por conta própria e que quando a pessoa não tem espírito de cooperação isso se torna difícil para o grupo. É importante ressaltar essas informações, pois na pesquisa realizada em Cachoeirinha (RS) por Carrion *et al.* (2004), esse tipo de relato também se fez presente, quando os autores dizem que as saídas são narradas pelos pesquisados como desligamentos voluntários, onde a origem seria a ausência de “perfil” para a atividade solidária e autogestionária.

Tal fato também é apresentado por Costa e Carrion (2005), quando da realização da pesquisa em dois grupos que pertencem ao Fórum Municipal de Economia Popular Solidária da Prefeitura de Cachoeirinha (RS), onde os pesquisados dizem que a pessoa se desligou sozinha, evidenciando que a saída é encarada naturalmente, como parte da vida.

Talvez isso tenha sido identificado na pesquisa pelo fato dos empreendimentos serem jovens e em processo de estruturação, e os afastamentos (legais) ainda não ocorreram. Dessa

forma, não está muito claro para os associados quais deveriam ser os procedimentos corretos a serem seguidos.

A **Divisão do Trabalho** é outra decisão que necessita ser feita de forma democrática, garantindo assim que todos tenham oportunidade, dentro das suas possibilidades e habilidades (qualificações) de trabalharem no empreendimento.

Na pesquisa, 47% participam sempre do processo de decisão, porém quanto a como é feita a divisão do trabalho, 69% identificaram, pelas suas respostas, que são utilizados os princípios de Economia Solidária. Porém 31% que disseram não ser utilizado os princípios fizeram considerações sérias, dizendo que a escolha para o trabalho é muito informal, dando preferência para algumas pessoas, muitos até comentaram que por diversas vezes não foram consultados quando da existência de um serviço.

No trabalho apresentado por Carrion *et al.* (2004), desenvolvido em Cachoeirinha (RS), repete a mesma forma de divisão das tarefas relatada nessa pesquisa, em que os pesquisados dizem que a divisão pode ser fruto do domínio de uma determinada técnica ou ainda arbitrada por um líder mais forte que assume o controle da situação como um chefe.

O que se pôde observar foi a problemática na utilização dos princípios de gestão nos empreendimentos. Essa informação ficou evidente pelas inferências feitas pelos pesquisados. Ali apareceram situações como: decisões sendo tomadas de forma unilateral, muitas vezes centralizadas na mão do presidente; desigualdade na divisão do trabalho e na remuneração, onde alguns são privilegiados em detrimento de outros; o não acesso (transparente) das informações do empreendimento, muitas vezes gerado pelo desinteresse dos próprios associados; o fato de esperar que a cooperativa arrume trabalho, sem entender que ele é a própria cooperativa; o desinteresse na participação das reuniões e momentos de discussão, achando que isso é perda de tempo; e o desconhecimento de alguns princípios básicos de gestão.

Isso demonstra que, se nem todos dominam com propriedade os princípios de Economia Solidária, esse é um dos maiores desafios atuais desses empreendimentos. A informação da não vivência prática dos princípios, como já comentado anteriormente, informa sobre em que medida os empreendimentos esposam os princípios associados à Economia Solidária.

Os resultados apresentados na pesquisa demonstraram a dificuldade, por parte dos empreendimentos, na utilização dos princípios. Porém, deve-se levar em consideração que esses empreendimentos são novos, ou seja, estão consolidando sua estrutura de

funcionamento. Entende-se que a apreensão inadequada dos princípios da ES, pelos empreendimentos, não permite afirmar que não sejam empreendimentos de Economia Solidária, pois, quando se aborda o tema Economia Solidária depara-se com uma situação guarda-chuva a qual encobre uma pluralidade de situações onde se verifica a busca por solidariedade, em contraposição ao individualismo.

Quando se aborda o tema Economia Solidária, depara-se com um conceito amplamente, e porque não dizer, mundialmente utilizado, onde o seu âmago é a solidariedade, contrapondo-se ao individualismo.

A Economia Solidária assume o papel de combate ao desemprego, através da inserção social, comprometida no bem viver dos indivíduos. É o resgate da dimensão humana, tornando os participantes sujeitos que produzem e decidem, decidir para ter autonomia, tornando-se sujeito de sua história.

Se a Economia Solidária, como foi apresentada por alguns autores, é a arte de fazer gestão de todos os espaços que fazem parte da vida das pessoas, isso a torna extremamente complexa e frágil, diante da realidade que hoje se apresenta.

Por isso, ao finalizar, retoma-se a pergunta de estudo: **O apoio prestado pela ITCP da UNOCHAPECÓ às cooperativas e empreendimentos, identificados com o Movimento da Economia Popular e Solidária, está contribuindo para a geração de trabalho e renda dos trabalhadores dessas organizações?**

Conclui-se que apesar do pouco tempo de atuação da ITCP desde a sua criação (07/05/2003), até a realização da pesquisa (fevereiro e março/2006), quase três anos, pode-se afirmar, através dos resultados apresentado pela pesquisa de campo, que a ITCP está contribuindo para a geração de trabalho e renda dos trabalhadores nos empreendimentos por ela acompanhados.

Finalmente, cabe à pesquisadora, tecer uma crítica a forma de atuação da ITCP. Pois, apesar de entender que ela contribuiu para a geração de trabalho e renda o estudo evidenciou que existe muita deficiência na gestão dos empreendimentos. Fato esse que com certeza deve levar a ITCP a repensar sua atuação nas intervenções, criando uma forma mais eficaz de desenvolver nos grupos os princípios de Economia Solidária e trabalhar para garantir que os empreendimentos compreendam e vivam esses princípios.

Uma das principais considerações que pôde se chegar ao final desse estudo, é que, tomando como exemplo a Cooperunião, a qual está em processo de extinção, as colocações

mais fortes dos entrevistados foram com relação a que muitos entendiam como responsabilidade da cooperativa ou da própria UNOCHAPECÓ conseguir trabalho. Deixando claro que em momento nenhum assumiam isso como responsabilidade de todo o grupo. Outra informação extremamente relevante é o fato de que o processo de decisão estava quase todo centralizado na mão da presidência. Fato esse que pode ter sido gerado por dois motivos: pela postura hierárquica inadequada da presidência ou pelo próprio desinteresse no processo de participação das decisões, por parte dos associados.

Por isso, se salienta que a ITCP não está cumprindo adequadamente o seu papel, uma vez que não consegue garantir que os grupos por ela assessorados sigam, no seu processo de gestão, os princípios da Economia Solidária. Sabe-se do desafio que se apresenta, porém a Universidade é responsável por trabalhar para a geração de empreendimentos autogestionários e, por isso, deve criar meios de garantir que os empreendimentos conheçam e vivam os princípios.

Deseja-se finalizar esse trabalho com três frases retiradas da seção “Entre Aspas” da Revista Reader’s Digest (1997): “Nenhum de nós é tão esperto quanto todos nós” (Phil Condit); “A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso” (John Ruskin); e “Sempre que se vê um empreendimento com sucesso, é porque alguém antes tomou uma decisão destemida” (Peter Drucker).

REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Autogestão**: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BEUREN, Ilse Maria (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

CARLEIAL, Liana et al. **Economia solidária e informalidade**: pontos de aproximação, proposta conceitual e novos desafios para a política pública. In: GARCIA, M. F.; KATZ, F. (org.). **Emprego e trabalho**: uma visão multidisciplinar. Maringá: PME/UEM, 2004. p. 49-74.

CARRION, Rosinha da Silva Machado *et al.* **Economia popular solidária e luta contra a exclusão no Brasil**: políticas públicas e experiências empíricas. *Économique populaires et lutte contre l'exclusion au Brésil*. In: FALL, Addoul; FAVREAU, Louis; LAROSE, Gerald (org.). **Le Sud...et le nord dans la mondialisation quelles alternatives?**. 1 ed. Montreal: Presses de l'Université de Quebec/Éditions Karthala, 2004. v. 1. p. 175-192. **Initiatives économiques populaires et lutte contre l'exclusion au Brésil**. Université du Quebec em Outaouais, Chaire de Recherche du Canadá em Developpement dès Collectivités. Série Comparaisons internationales. N. 16, Aout, 2004. p. 3-21.

CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Alternativas econômicas de trabalho e produção**: desafios de governança à consolidação de empreendimentos populares nos modelos da economia popular e solidária – o caso do Rio Grande do Sul. In: IV Congresso Latinoamericano de Sociologia Del Trabajo – El Trabajo en América Latina en Los Comienzos del siglo XXI: perspectivas de su carácter emancipador y de su centralidad, Habana, Cuba, set. 2003. v. IV. p. 1-15. CD rom.

_____; LOPES, André de Oliveira. **Desenvolvimento local e governança**: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In: CARVALHO NETO, Antonio; NEVES, Magda de Almeida; FERNANDES, Duval (org.). **Trabalho e cidade**. Belo Horizonte: PUC, 2004. p. 211-235.

_____; ANDERSSON, Fabiano. **A contribuição do poder público municipal para a consolidação das associações de recicladores, em modelos solidários, em Porto Alegre**. In: IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET, Recife. ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2005.

_____; VALENTIM, Igor Vinícius Lima; HELLWIG, Beatriz Centenaro (org.). **Residência solidária UFRGS**: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre: UFRS, 2006.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **A difícil tentativa de apontar racionalidade e iniciativas populares de trabalho e produção coletivas estruturadas em modelos associativos**. In: ARAUJO, Margarete Panerai; BAUER,

Maristela Mercedes (org.). **Desenvolvimento regional e responsabilidade social: construindo e consolidando valores.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005. p. 9-22.

DAL RI, Neusa Maria (org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DECLARAÇÃO DE LIMA. Disponível em: <http://www.redesolidaria.com.br/biblioteca/quebec.htm>. Acesso em: 21 mar. 2005.

DIEHL, Astor Antônio; PAIM, Denise Carvalho Tatim. **Metodologia e técnica de pesquisa em ciências sociais aplicadas: uma proposta de estudos.** Passo Fundo: Clio, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 05 jan. 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **Desafios da economia popular solidária.** Grupo de Pesquisa em Economia Solidária - UNISINOS. out. 2005. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/arq/IIIemesol.ppt>. Acesso em: 05 jan. 2007.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRADE, Marlene; AUED, Idalberto Maluezzi. **Apontamentos de estudo sobre novas relações sociais na economia solidária.** 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/616-of3-st2.htm>. Acesso em: 30 jan. 2007.

ITCP da USP. **Características dos empreendimentos de economia solidária.** 2006. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/?q=node/12>. Acesso em: 05 jan. 2007.

MACKE, Janaina; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Programas de responsabilidade social corporativa: em questão a contribuição para o desenvolvimento local.** In: I Encontro de Administração Pública e Governança EnPAG – ANPAD, 2004, Rio de Janeiro. EnPAG. **Los programas de responsabilidad social corporativa contruyen com el desenvolvimento social?** In: XXV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Porto Alegre, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

POLI, Odilon Luiz. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNOCHAPECÓ**: novas possibilidades na relação universidade x estado e sociedade. **Revista Extensão**. Sistema ACAFE. Extensão em Rede. Blumenau: FURB, ano 2, n. 2, p.58-80, 2004.

PROJETO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP UNOCHAPECÓ. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó, mar. 2003.

REVISTA SELEÇÕES: Reader's Digest. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil, ano 55. maio 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos; HOLANDA, Francisco Uribam Xavier; ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **Exclusão social no mercado do trabalho**: o caso do Ceará, Brasil. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1994.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TORRÊS, Ofélia de Lanna Sette. **Empregabilidade negociada**. São Paulo: Atlas, 2000.

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia solidária e educação popular**: contradições e perspectivas. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: REVISTA QUADRIMESTRAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social & sociedade**: mínimos sociais, exclusão social, São Paulo: Cortez, 1997. p.74-104.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Entrevistado(a): _____ Sexo: _____ Idade: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

1. Tipo de Empreendimento:

() Cooperativa Popular

Data de Fundação: ____/____/____

() Associação

() Empresa Autogestionária

() Outro: _____

2. Atividade(s) desenvolvida(s):

3. Qual era sua renda mensal *antes* da intervenção da ITCP UNOCHAPECÓ?

() Até R\$260,00

() De R\$260,01 a R\$520,00

() De R\$520,01 a R\$780,00

() De R\$780,01 a R\$1.040,00

() De R\$1.040,01 a R\$1.300,00

() Acima de R\$1.300,00

A renda era: () Fixa () Variável

4. Qual é a sua renda mensal hoje?

() Até R\$260,00

() De R\$260,01 a R\$520,00

() De R\$520,01 a R\$780,00

() De R\$780,01 a R\$1.040,00

() De R\$1.040,01 a R\$1.300,00

() Acima de R\$1.300,00

A renda é: () Fixa () Variável

5. Se surgisse a oportunidade de trabalhar com carteira assinada, você deixaria o trabalho que faz hoje?

() Sim () Não

Por quê? _____

6. O que você acha de trabalhar em uma cooperativa (ou empreendimento)?

7. Você acha que a sua vida hoje está melhor ou pior do que antes?

() Melhor () Pior

Por quê? _____

8. Você sabia que a sua cooperativa (ou seu empreendimento) é apoiada(o) pela UNOCHAPECÓ?

() Sim () Não

9. Como é feita a partilha do excedente (“resultados” financeiros do empreendimento)?

10. Quem define como vai ser feita a partilha?

() Todos participam sempre

() Todos participam algumas vezes

() A diretoria se reúne e decide

() Outra alternativa. Explicitar: _____

11. Como se decide qual a remuneração que cada um vai receber?

12. Quem define como será a remuneração?

() Todos participam sempre

() Todos participam algumas vezes

() A diretoria se reúne e decide

() Outra alternativa. Explicitar: _____

13. Como se decide sobre a admissão de novos membros?

14. Quem define sobre a admissão?

() Todos participam sempre

() Todos participam algumas vezes

() A diretoria se reúne e decide

() Outra alternativa. Explicitar: _____

15. Como acontece o afastamento de algum membro?

16. Quem define sobre o afastamento?

() Todos participam sempre

() Todos participam algumas vezes

() A diretoria se reúne e decide

() Outra alternativa. Explicitar: _____

17. Como é feita a divisão do trabalho (quem vai fazer o quê)?

18. Quem define sobre a divisão do trabalho?

() Todos participam sempre

() Todos participam algumas vezes

() A diretoria se reúne e decide

() Outra alternativa. Explicitar: _____